

Programa de Ações Integradas e
Referenciais de Enfrentamento à
Violência Sexual Infanto-Juvenil no
Território Brasileiro
PAIR



Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo: Enfrentamento e Crítica

Caderno de Textos



José Leon Crochik
Aline Mossmann Fernandes
Organizadores

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE SÃO PAULO:
ENFRENTAMENTO E CRÍTICA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitora

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor

João Ricardo Filgueiras Tognini

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Resolução nº 53/11

CONSELHO EDITORIAL

Dercir Pedro de Oliveira (Presidente)

Carmen de Jesus Samúdio

Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Claudete Cameschi de Souza

Edgar Aparecido da Costa.

Edgar César Nolasco

Elcia Esnarriaga de Arruda

Gilberto Maia

Maria Rita Marques

Maria Tereza Ferreira Duenhas Monreal

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Sonia Regina Jurado

Ynes da Silva Felix



Programa
ESCOLA DE
CONSELHOS

Comissão Editorial:

Antonio José Ângelo Motti

Constantina Xavier Filha

Eduardo Ramirez Meza

Maria de Lourdes Jeffery Contini

Sandra Maria Francisco de Amorim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

V795 Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo :
enfrentamento e crítica / José Leon Crochik, Aline Mossmann Fernandes,
organizadores.– Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2011.

187 p. : il. ; 21 cm.

ISBN 978-85-7613-355-1

Programa Escola de Conselhos

1. Crime sexual contra as crianças – São Paulo (Cidade) – Prevenção. 2.
Adolescentes maltratados sexualmente – São Paulo (Cidade). I. Crochik, José
Leon. II. Fernandes, Aline Mossmann.

CDD (22) 362.76098161

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE SÃO PAULO:
ENFRENTAMENTO E CRÍTICA**

José Leon Crochik
Aline Mossmann Fernandes
Organizadores

Campo Grande, MS
2011



Organizadores

José Leon Crochik
Aline Mossmann Fernandes

Autores

Aline Mossmann Fernandes
Dalka Chaves de Almeida Ferrari
Ednilton José Santa-Rosa
José Leon Crochik
Marcelo Moreira Neumann
Ricardo Casco

Revisão Linguística e Ortográfica
de responsabilidade dos autores

Impressão e Acabamento
Editora UFMS

Direitos exclusivos
para esta edição



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL
Portão 14 - Estádio Morenã - Campus da UFMS
Fone: (67) 3345-7200 - Campo Grande - MS
e-mail: conselho@editora.ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-85-7613-355-1
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil

Sumário

Apresentação	13
Introdução	15

Parte I - Diagnóstico rápido participativo – DRP: O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Município de São Paulo – SP

Apresentação do DRP	27
I - Método e Dados do Município	28
1. Método	28
2. Dados do Município	32
II- Informações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes	60
1. Informações Gerais sobre a rede	60
2. Gestão interna de cada órgão/programa/serviço	61
3. Resultados alcançados por eixo temático	67
4. Georeferenciamento	104
Considerações Finais	109
Lista de siglas e abreviaturas	114

Parte II - Textos apresentados nos seminários

Fatores sociais e psicológicos que determinam a violência sexual Dalka Chaves de Almeida Ferrari	117
Painel com as políticas públicas do município de São Paulo Dalka Chaves de Almeida Ferrari	129
A análise da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da Teoria Crítica da Sociedade Ricardo Casco	151
Alguns aspectos para se pensar a mobilização e articulação para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil Ednilton José Santa-Rosa	159
Tabus sexuais e direitos hoje e a relação com o eixo de defesa e responsabilização dos Planos de Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes Marcelo Moreira Neumann	166
(Anexo I) Plano Operativo Local – São Paulo	176

Relação de Tabelas e Quadros

Tabela 1: Número de Conselhos Tutelares por região e classificação pelos Índices de Desenvolvimento Humano de 2000	29
Tabela 2: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e o IDH médio por região	33
Tabela 2a: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Leste	34
Tabela 2b: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Norte	35
Tabela 2c: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Oeste	35
Tabela 2d: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Sul	36
Tabela 3: Esperança de Vida ao Nascer nos anos 1980, 1991 e 2000	37
Tabela 4: Estabelecimentos escolares e matrículas em educação básica, segundo rede de ensino, em 2008	37
Tabela 5: Estabelecimentos e Matrículas da Rede Municipal de Ensino segundo Tipo de Escola, 2008	38
Tabela 6: População total por grau de instrução, em 2007	39
Tabela 6a: Frequência e porcentagem da população da região Leste por grau de instrução, em 2007	39
Tabela 6b: Frequência e porcentagem da população da região Norte por grau de instrução, em 2007	40
Tabela 6c: Frequência e porcentagem da população da região Oeste por grau de instrução, em 2007	40
Tabela 6d: Frequência e porcentagem da população da região Sul por grau de instrução, em 2007	41
Tabela 7: Produto Interno Bruto (1) do município de São Paulo de 2002 a 2007	41
Tabela 8: Estabelecimentos e empregos formais por setor de atividade econômica em 2006	42
Tabela 9: Rendimento médio real dos ocupados por setor de atividade econômica	42

Tabela 10: Distribuição dos domicílios, por faixas de renda <i>per capita</i> , em porcentagem em 2000	43
Tabela 11: Taxa de desemprego por tipo	43
Tabela 12: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento em 2007	44
Tabela 12a: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Leste	44
Tabela 12b: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Norte.	45
Tabela 12c: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Oeste	45
Tabela 12d: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Sul.	46
Tabela 13: Frequência e porcentagem de favelas por região em 2008	46
Tabela 13a: Frequência e porcentagem de favelas na região Leste	47
Tabela 13b: Frequência e porcentagem de favelas na região Norte	47
Tabela 13c: Frequência e porcentagem de favelas na região Oeste	48
Tabela 13d: Frequência e porcentagem de favelas na região Sul	48
Tabela 14: Domicílios segundo número de moradores por região em 2000	49
Tabela 14a: Domicílios segundo número de moradores na região Leste	49
Tabela 14b: Domicílios segundo número de moradores na região Norte	50
Tabela 14c: Domicílios segundo número de moradores na região Oeste	50
Tabela 14d: Domicílios segundo número de moradores na região Sul	51
Tabela 15: Hospitais, leitos e coeficiente por rede em 2008	51
Tabela 16: Hospitais, leitos e UBS por região em 2008	52
Tabela 16a: Hospitais, leitos e UBS na região Leste em 2008	52
Tabela 16b: Hospitais, leitos e UBS na região Norte em 2008	53
Tabela 16c: Hospitais, leitos e UBS na região Oeste em 2008	53

Tabela 16d: Hospitais, leitos e UBS na região Sul em 2008	54
Tabela 17: Mortalidade por causas externas em 2008	54
Tabela 17a: Mortalidade por causas externas, em 2008, na região Leste	55
Tabela 17b: Mortalidade por causas externas, em 2008, na região Norte	56
Tabela 17c: Mortalidade por causas externas, em 2008, na Zona Oeste	56
Tabela 17d: Mortalidade por causas externas, em 2008, na região Sul	57
Tabela 18: Taxas de mortalidade geral e infantil nos anos 1980, 1991, 2000 e 2008	57
Tabela 19: Óbitos dos residentes no município de São Paulo, segundo a causa, de 2000 a 2008	58
Tabela 20: Entidades cadastradas no CMDCA por tipo e por região	60
Tabela 21: Tipo de imóvel dos Conselhos Tutelares	61
Tabela 22: Respostas dos Conselheiros Tutelares em relação à suficiência da Infraestrutura dos Conselhos	62
Tabela 23: Respostas dos Conselheiros Tutelares em relação à adequação da Infraestrutura dos Conselhos	62
Tabela 24: Suficiência e adequação dos profissionais disponíveis nos Conselhos Tutelares	63
Tabela 25: Profissionais disponíveis e requisitados nos Conselhos Tutelares	63
Tabela 26: Profissionais disponíveis nos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR).	64
Tabela 27: Periodicidade de Planejamento dos Conselhos Tutelares	66
Tabela 28: Frequência média das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atendidos em 2009 nos Conselhos Tutelares pesquisados	68
Tabela 29: Média da Porcentagem estimada da faixa etária das vítimas da violência sexual atendidas pelos Conselhos Tutelares	69
Tabela 30: Porcentagem estimada da violência sexual contra crianças e adolescentes, por sexo, segundo os conselheiros tutelares	69

Tabela 31: Condições socioeconômicas das famílias das crianças e adolescentes em situação de violência sexual (percentual estimado)	72
Tabela 32: Frequência de Boletins de Ocorrências do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP) sobre vítimas menores de 18 anos, no ano de 2009, por tipo de queixa	74
Tabela 33: Frequência de Boletins de Ocorrências do DECAP sobre vítimas menores de 18 anos nos anos de 2007, 2008 e 2009	75
Tabela 34: Frequência de Boletins de Ocorrência de violência sexual contra menores de 10 anos, de 2006 a maio de 2010, média e desvio padrão por região	76
Tabela 35: Frequência de Boletins de Ocorrência relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por faixa etária	77
Tabela 36: Frequência de Boletins de Ocorrências relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por sexo	78
Tabela 37: Frequência de Boletins de Ocorrências relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por ano	79
Tabela 38: Tipo de violência registrada no período de maio de 2003 a maio de 2010	80
Tabela 39: Frequência de atendimento e de acompanhamento do CNRVV e do Projeto Quixote	82
Tabela 40a: Rendimento das famílias das vítimas de violência sexual atendidas pelo CNRVV	84
Tabela 40b: Rendimento das famílias das vítimas de violência sexual atendidas pelo Projeto Quixote	84
Tabela 40c: Rendimento das famílias das vítimas de violência sexual atendidas pela Rede Criança	84
Tabela 41: Frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byington, no período de 2006 a 2010 (até junho inclusive), por ano e por sexo	85
Tabela 42: Frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byigton, de 2006 a 2010(até junho inclusive), por idade	86
Tabela 43: Frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byington, de 2006 a 2010, por região	86
Tabela 44: Frequência de categorias de objetivos dos Conselhos Tutelares segundo os entrevistados	102

Tabela 45: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a região central	104
Tabela 46: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010, por Delegacia de Polícia para a Zona Leste	105
Tabela 47: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a Zona Norte	106
Tabela 48: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a Zona Oeste	107
Tabela 49: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a Zona Sul	108

Relação dos quadros

Quadro 1: Amostra de Conselhos Tutelares por região e os respectivos Índices de Desenvolvimento Humano	30
Quadro 2: Instituições que forneceram dados para DRP e o respectivo método de coleta de dados	31
Quadro 3: Formas de Realização de Planejamento dos Programas Cuidar	65
Quadro 4: Localidades de ocorrência mais frequentes dos diversos tipos de violência sexual, segundo os Conselheiros Tutelares entrevistados, IDH dos distritos ao qual pertencem	70
Quadro 5: Origem das vítimas que recorrem aos Conselhos Tutelares	72
Quadro 6: Áreas do município que os Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) atendem	81
Quadro 7: Bairros onde ocorreram a violência e Índice de Desenvolvimento Humano dos distritos aos quais pertencem na Zona Norte e na Zona Oeste	83
Quadro 8: Principais Atividades de atendimento realizadas pelos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) no período 2008-2010	99
Quadro 9: Principais Atividades de Prevenção realizadas pelos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) no período 2008-2010	101
Quadro 10: Distritos e Bairros atendidos pelos Conselhos Tutelares pesquisados	103

APRESENTAÇÃO

O enfrentamento da violência sexual sempre é uma tarefa de alta complexidade e, quando dirigido à proteção de crianças e adolescentes torna-se um desafio ainda maior. Independente da orientação teórica ou mesmo doutrinária, muito já se produziu a esse respeito, inclusive no que tange a explicitação desses desafios.

Em que pese já se tenha diversos e qualificados registros sobre essa questão, entendemos que faz-se necessário continuar incentivando, apoiando e fortalecendo todas as iniciativas direcionadas à sistematização de experiências e de atividades voltadas ao aprimoramento das práticas profissionais e institucionais que tem como pano de fundo a defesa e/ou proteção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, em especial aquelas que se incumbem de buscar a evolução das políticas públicas e de seus métodos.

Se enfrentar a violação de direitos sexuais desse segmento da população é complexo, não é difícil imaginar o agravamento desse desafio quando se fala da sua ocorrência em grandes metrópoles brasileiras. Assim é possível vislumbrar como seria isso numa megalópole como a cidade de São Paulo.

Pois bem, aqui está o registro de uma experiência realizada na cidade de São Paulo, empreendida por um grupo de extraordinários cidadãos, extremamente comprometidos com esses direitos humanos que, independente de seus vínculos institucionais, desenvolveram a árdua tarefa de construir caminhos onde as iniciativas políticas, as atribuições institucionais e as competências técnicas instaladas, poderão trilhar de forma integrada para a integração de políticas públicas de proteção de defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes

Esse caderno registra um recorte da realidade da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo, dentro de um recorte temporal que poderá balizar a adoção de medidas objetivas e concretas para o recrudescimento das situações identificadas extratificadas numa agenda construída de forma coletiva, tendo como autores dessa proposição os principais e estratégicos atores dos serviços de atenção, proteção de defesa aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Antonio Jose Angelo Motti

Coordenador do Programa Escola de Conselhos-PREAE/UFMS

INTRODUÇÃO

Marcelo Moreira Neumann¹

Aline Mossmann Fernandes²

O PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro é um método que une ações de pesquisa, mobilização e capacitação dos profissionais e operadores do sistema de garantia de direitos, que trabalham na área da infância e juventude. Tem como objetivo o enfrentamento das situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi criado em 2002, como resposta às demandas do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, sob a Coordenação da então Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social. O Programa contava com ações alocadas na então Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e no Ministério do Turismo.

Em agosto de 2002, como resposta às orientações contidas na Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres e Adolescentes para fins de Exploração Sexual, o governo brasileiro, em parceria com a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID, implantou o *Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR*.

O PAIR tem como objetivo geral ampliar a agenda comum de trabalho entre governo federal, sociedade civil e organismos internacionais de intervenção específica. Inicialmente, aplicou-se a sete localidades selecionadas a partir de indicadores de violência e exploração sexual, principalmente em regiões de fronteira incluindo as internacionais, com países da América Latina que, comprovadamente, vêm se tornando rota para o tráfico de crianças e mulheres brasileiras para fins de exploração sexual comercial.

Em Janeiro de 2003, o Presidente Lula, no primeiro encontro com seus ministros, priorizou o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes como umas das principais metas do seu governo. Em decorrência dessa determinação, foi criada a Comissão Intersetorial para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, inicialmente

¹ Psicólogo, Doutor em Serviço Social e Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, Professor de Psicologia Jurídica da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador do PAIR-SP.

² Bacharel em Psicologia e Psicóloga formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LaEP/IP-USP) e pesquisadora PAIR-SP.

coordenada pelo Ministério da Justiça, integrada por representantes do Governo federal, Congresso Nacional, sociedade civil, organizações e organismos internacionais, dentre outros.

Em 2004, levando em conta a necessidade de ações integradas para o enfrentamento dessa grave violação dos direitos sexuais e reprodutivos infanto-juvenis, o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexuais de Crianças e Adolescentes passou a ser coordenado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela articulação de políticas públicas na área. Nessa mesma época, a Subsecretaria passa também a coordenar a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Uma das principais ações do Programa é a mobilização de redes com vistas a integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção local, capazes de desencadear respostas mais efetivas para a superação desta grave violação dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

A coordenação do Programa também é responsável pela disseminação de boas práticas; pela sistematização de informações; e pela promoção de campanhas de sensibilização e mobilização. A área atua, ainda, na gestão do Disque Denúncia Nacional, serviço de recebimento e encaminhamento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes, implementado por meio da parceria com a Petrobrás e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA.

Hoje, o PAIR encontra-se disseminado em 22 Estados brasileiros. No Estado de São Paulo, o PAIR começou a articular suas ações em 2004, pela cidade de São Paulo, mas na ocasião não houve aderência ao programa pela prefeitura dessa cidade, uma vez que se julgou que dever-se-ia consolidar uma política própria em relação ao tema. Na época, a cidade estava estruturando os programas de atendimento à violência sexual contra crianças e adolescentes por meio dos recursos do “Sentinela”.

O Estado de São Paulo começou a pautar a questão do abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes em 2001, pelo Pacto São Paulo, que é um movimento de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, criado por alguns profissionais que representaram o Estado de São Paulo na construção do Plano Nacional, em Natal no ano de 2000.

A retomada do PAIR em São Paulo ocorreu em 2009, por iniciativa da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que desenvolveu um projeto para a expansão desse programa em vários locais da Federação, entre eles a cidade de São Paulo, na qual foi realizado

um encontro em conjunto com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social e a prefeitura do município.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) foi escolhida pela prefeitura como órgão de interlocução com o PAIR Nacional. Depois de várias reuniões com a CMDH, foi articulado um encontro de trabalho em março de 2010 com a CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. A partir deste momento, foi iniciado o diagnóstico sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na capital. Assinaram o documento de adesão da implantação do PAIR: representantes da Secretaria Estadual da Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da Escola de Conselhos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, do governo federal.

A equipe do PAIR-SP foi coordenada pelo Prof. Dr. José Leon Crochík, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e contou com pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito – LaEP e do Laboratório de Estudos sobre a Violência do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie: Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Prof. Dr. Ricardo Casco, Prof. Dr. Ednilton José Santa Rosa, psicólogas Aline Mossmann Fernandes e Anna Lúcia Marques Turriani Siqueira, membros do LaEP/IP-USP. Contou também com a colaboração de outros membros do LaEP: Profa. Dra. Marian Ávila de Lima Dias da Universidade Federal de São Paulo – Campus de Diadema; Psicóloga Cintia Freller do Instituto de Psicologia da USP; Psicólogos Thiago Bloss, Lucas B. Silva, Lenara Spedo e Raphael Camara, formados pelo Instituto de Psicologia da USP; e Psicóloga Karen Danielle Magri Ferreira e Estudante de Psicologia Marco Antônio Rodrigues da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Esses profissionais foram convidados pelo Prof. Antonio José Ângelo Motti da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos – Governo Federal, para desenvolver a pesquisa e as ações do PAIR-SP.

A metodologia do PAIR prevê algumas etapas para o desenvolvimento de seus objetivos e metas estratégicas, destacando-se: articulação política em cada município, a formação de um grupo intersetorial em cada cidade, a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo que desvele a ocorrência do fenômeno da violência sexual, a realização de um Seminário Municipal para debater o problema e construir coletivamente um Plano Operativo Local (POL), a escolha

de uma Comissão Local para o monitoramento da POL, a Capacitação da Rede e o Assessoramento Técnico.

Na cidade de São Paulo, em 2010 e 2011, desenvolvemos as ações previstas pelo PAIR Nacional; alguns dos resultados dessas ações serão expostos ao longo deste livro. É bom ressaltar que as ações do PAIR basicamente estruturam-se em torno de seis eixos estratégicos discutidos no Plano Nacional de enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:

- a) **Análise de Situação** – visa o conhecimento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições de garantia do financiamento do Plano, o monitoramento e avaliação, a divulgação de todos esses dados e informações à sociedade brasileira;
- b) **Mobilização e Articulação** – objetiva fortalecer articulações nacionais, regionais e locais de combate para eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade no enfrentamento dessa problemática e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização;
- c) **Defesa e Responsabilização** – visa a atualização da legislação sobre crimes sexuais, o combate à impunidade, a disponibilização de serviços de notificação e a capacitação de profissionais da área jurídico-policia;
- d) **Atendimento** – objetiva garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes e suas famílias, em situação de violência sexual;
- e) **Prevenção** – visa assegurar ações preventivas contra a violência sexual, e que crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento de sua autodefesa.
- f) **Protagonismo infanto-juvenil** – tem por objetivo promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução desse Plano Nacional.

As atividades do PAIR-SP contemplaram todos os eixos acima colocados, no Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, nos Seminários Teóricos e na realização coletiva do Plano Operativo Local (POL), na escolha dos 16 delegados para atuar na Comissão Local para o monitoramento do POL e por fim na Capacitação dos Operadores da Rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e no Assessoramento Técnico.

Após a articulação política, a primeira etapa realizada foi a construção do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, que tem como objetivo pesquisar os serviços e programas de atendimento e proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual existentes no município/região, assim como, a frequência e as modalidades desse tipo de violência. A descrição desse diagnóstico será apresentada no próximo capítulo deste livro.

Para dar continuidade às próximas etapas do PAIR-SP, optou-se por realizar encontros preparatório para o seminário de construção de Políticas Operativas Locais (POL). Esses ocorreram na Universidade Presbiteriana Mackenzie e tiveram como objetivo debater o “Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e o DRP, divididos por eixos, discutidos à luz da Teoria Crítica de Sociedade, com leituras previamente sugeridas aos participantes. Ao todo foram realizados seis encontros no período de 08 de fevereiro a 22 de março de 2011 com aproximadamente 25 pessoas: membros da equipe de coordenação PAIR-SP, convidados (alunos e pessoas da Rede de Proteção) e membros da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – CMESCA (ou indicados por essa).

O primeiro encontro foi destinado a uma introdução com a apresentação do histórico e estrutura do Plano Municipal. As quatro reuniões seguintes tiveram o propósito de abordar os eixos do Plano Nacional refletidos à luz de textos da Teoria Crítica da Sociedade. Para compor essa discussão, foram elaborados os textos: *A análise da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da Teoria Crítica da Sociedade* de autoria do Prof. Dr. Ricardo Casco; *Tabus sexuais e direitos hoje e a relação com o eixo de defesa e responsabilização dos Planos de Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes* – redigido pelo Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann; *Alguns aspectos para se pensar a mobilização e articulação para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil* – escrito pelo Prof. Dr. Ednilton José Santa-Rosa. Os textos citados serão apresentados na segunda parte deste livro³.

O último encontro teve como intuito avaliar o que havia sido discutido até o momento e esclarecer os objetivos dos facilitadores no Seminário para discussão das Políticas Operativas Locais.

A próxima etapa foi a realização do “Seminário Teórico: Teoria Crítica da Sociedade e Enfrentamento da violência sexual Infanto-Juvenil”, que teve como fito aprofundar questões sobre o enfrentamento à violência sexual, juntamente com a discussão dos eixos do Plano Municipal em preparação ao Seminário para Construção do Plano Operativo Local.

Este seminário foi realizado nos dias 29 e 30 março de 2011 e contemplado em três períodos. Em cada um deles foi apresentada uma mesa com dois palestrantes e um coordenador e contou com aproximadamente 110 participantes.

³ Foram solicitados os textos dos participantes das diversas etapas do PAIR-SP, contudo, devido o tempo exíguo para entrega, a maioria não os remeteu.

No período da manhã do dia 29 de março, foi realizada a mesa *Fatores Sociais e Psicológicos que Determinam a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes* com participação das palestrantes Dra. Leila Regina Paiva de Souza da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Profa. Dalka Chaves de Almeida Ferrari do Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae (CNRVV), coordenada pela psicóloga Dra. Cíntia Freller do Laboratório de estudos sobre Preconceito da Universidade de São Paulo. À tarde foi dedicada à mesa *A Importância da Teoria e da Pesquisa para o Entendimento e Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes* coordenada pela Psicóloga Eliane Schutt da Fundação Telefônica, teve como palestrantes o Prof. Dr. Odair Sass do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica – SP e o Prof. Dr. José Leon Crochík do Instituto de Psicologia da Universidade São Paulo.

No dia 30 de março foi realizada a mesa *Questões Psíquicas e Jurídicas Que Devem Nortear a Intervenção como Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil*, coordenada pela Profa. Dra. Marian A. L. Dias da Universidade Federal de São Paulo (campus Diadema), e contou com os palestrantes Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Dr. Renato Roseno do Centro de Defesa da Criança e Adolescente do Ceará (CEDECA/Ceará). Um dos textos da Profa. Dalka Chaves de Almeida Ferrari que será apresentado na segunda parte deste livro refere-se à sua exposição nesse seminário.

A próxima etapa do PAIR-SP foi o *Seminário de propostas para Políticas Operativas Locais (POL)* que, como o próprio nome revela, teve como meta a formulação de propostas a ser desenvolvidas junto à Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), além de eleger delegados para a comissão municipal responsável pelo monitoramento do POL.

O seminário ocorreu entre os dias 12 e 13 de abril de 2011 (períodos da manhã e tarde) e dia 14 de abril (período da manhã e começo da tarde). Estiveram presentes por volta de 150 pessoas de vários segmentos, sobretudo integrantes de órgãos públicos municipais.

No dia 12 pela manhã foi realizada a abertura do seminário que teve como participação o Deputado Estadual Carlos Bezerra Jr. e a Coordenadora de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) Sra. Zilah Daijo Kurok, em seguida foram apresentados a metodologia PAIR, o Plano Municipal de Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil e alguns dados do DRP por uma mesa composta por Lúgia Magalhães Braga - Consultora Regional do PAIR, Psicóloga Fabiana

Gouveia Pereira – coordenadora da CMESCA e Prof. Dr. Ricardo Casco da Equipe de Coordenação PAIR-SP.

Para o período da tarde, a proposta inicial era distribuir os participantes em 24 subgrupos divididos pelas quatro regiões (centro oeste, leste, sul e norte) e pelos seis eixos do Plano Municipal (Análise da Situação; Defesa e Responsabilização; Mobilização e Articulação; Prevenção; Atendimento e Protagonismo), com o objetivo de levantar três problemas e possíveis soluções (uma para cada problema) para enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescentes na cidade de São Paulo. Foram constituídos, no entanto, 19 subgrupos; alguns grupos discutiram mais de um tema.

Cada grupo contou com um facilitador, formado anteriormente nos encontros do Mackenzie, um coordenador e um redator que foram escolhidos na hora pelos integrantes de cada subgrupo. O facilitador, como o próprio nome sugere, foi responsável por facilitar a dinâmica grupal trazendo para a discussão alguns dados do DRP e as ações do Plano Municipal, além de questões debatidas nos outros seminários. O coordenador administrava o tempo das discussões e tinha responsabilidade de não deixar o grupo “dispersar” e o redator era encarregado de anotar as questões formuladas.

A manhã do dia 13 de abril foi destinada à reunião com os coordenadores para apresentação das questões sugeridas pelos grupos e para definir quais propostas eram comuns para as diversas regiões e quais eram as específicas. No período da tarde, os participantes discutiram todas as questões levantadas pela manhã e as respectivas propostas de solução em plenária, que teve continuidade no dia seguinte.

As questões foram expostas e debatidas por eixo e as propostas de solução foram votadas. Ao todo foram 39 problemas enunciados e foram designadas as ações e instituições responsáveis e parceiras para o enfrentamento desses problemas (ver anexo 1).

Por fim, foram votados 16 delegados e 7 suplentes para compor a comissão do POL. O seminário estava previsto para acabar às 12h00 do dia 14, porém terminou por volta das 15h00 devido às discussões.

Um das últimas atividades do PAIR foi a Capacitação da Rede que em São Paulo foi chamada de *Seminário Teórico Prático de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-juvenil do Município de São Paulo*. Esta etapa teve como objetivo o alinhamento conceitual e metodológico sobre o tema para a integração da rede de programa e serviços e prevê o envolvimento dos agentes públicos e sociais, de diversas áreas, que atuam na rede local (Motti et al., 2008).

Este evento foi realizado de 04 a 07 de julho de 2011 e teve a participação de aproximadamente 80 pessoas.

Nos dois primeiros dias de evento, 04 e 05 de julho, foram realizadas as “Aulas Gerais” abertas para todos os que se inscreveram. As aulas contaram com a presença da advogada Thaís Dumê Faria – Oficial de Programação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que ministrou a aula *Marcos Regulatórios*, no dia 04 de julho pela manhã; do Coordenador do Programa da Escola de Conselhos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Antônio José Ângelo Motti que promoveu a aula *Mecanismos de Proteção Integral da Criança e do Adolescente*, realizada no mesmo dia, no período da tarde.

No dia 05 de julho ocorreram as aulas *Painel com as Políticas Públicas do Município*, ministrada pela Profa. Dalka Chaves de Almeida Ferrari – Coordenadora do Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae (CNRVV), cujo texto será exposto na segunda parte deste livro, e pela coordenadoria de Proteção Especial da SMADS Isabel Bueno; e a aula “*Violência, Sociedade e Cultura*” ministrada pelo Prof. Dr. José Leon Crochík pelo Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann.

Nos dias 06 e 07 de julho, foram desenvolvidas as “oficinas temáticas”. Como as oficinas ocorreram concomitantemente, cada participante só pode fazer parte de uma, escolhida ao realizar sua inscrição. Os temas das cinco oficinas foram sugeridos conforme os eixos do Plano Municipal e tiveram os seguintes ministrantes:

1. Capacitação para coleta de dados – Profa. Marlene Bueno Zola, doutoranda da PUC-SP e professora da Universidade Nove de Julho (Uninove).
2. Fluxo e rede de atenção – pelo Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann e pelo Prof. Dr. Ednilton José Santa-Rosa;
3. Atendimento especializado – Psicóloga Maria Inês Rondelli – Projeto Quixote;
4. Sexualidade em nossa sociedade – Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo;
5. Protagonismo – Educador Social João Carlos Guilhermino da Franca – Projeto Camará.

A realização da implementação do PAIR no município de São Paulo foi resultado de um longo trabalho realizado pela equipe coordenada pelo Prof. Dr. José Leon Crochík, esse trabalho, contudo, não seria possível se não houvesse o apoio e parceria das seguintes instituições: Comissão Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Educação, Fundação Telefônica, Rede Criança, Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae (CNRVV), Projeto Quixote e em especial da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CMESCA).

Registramos aqui nossos agradecimentos a essas instituições e em particular ao Sr. José Gregori - Secretário Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, ao Sr. Carlos Bezerra Jr. - Deputado Estadual, a Sra. Zilah Daijo Kurok - Coordenadora de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), a Psicóloga Fabiana Gouveia Pereira – coordenadora da CMESCA, Kátia Cristina dos Reis – CEDECA Interlagos, a Sra. Ana Cristina Silva – coordenadora da Rede Criança, a Profa. Dalka Chaves de Almeida Ferrari – coordenadora do CNRVV, a Psicóloga Maria Inês Rondello – Projeto Quixote, a Sra. Thais Romoli Tavares – Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Educação, a Psicóloga Eliane Schutt Almeida - Fundação Telefônica, a Jornalista Lynara Ojeda, a Psicóloga Sandra Amorim e a Consultora Regional do PAIR Lúcia Magalhães Braga - Programa Escola de Conselhos - PREAE da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e também aos integrantes da equipe de coordenação PAIR-SP:

Prof. Dr. Ricardo Casco, Prof. Dr. Ednilton José Santa-Rosa e a Psicóloga Anna Turriani pela leitura e sugestões na revisão do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Agradecimentos especiais a Sra. Leila Regina Paiva de Souza - Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ao Sr. Antônio José Ângelo Motti - Coordenador do Programa Escola de Conselhos – PREAE da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul pelo apoio e confiança dados ao nosso trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Escola de Conselhos - PAIR. *Projeto de Ampliação das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes*. Mato Grosso do Sul, UFMS, 2008.

Motti, A. J. Ângelo.; Contini, M. L. Jeffery.; Amorim, S. M. Francisco *Consolidando a experiência do PAIR*. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2008.

PARTE I

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO – DRP: O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SP

Prof. Dr. José Leon Crochík⁴

Prof. Dr. Marcelo Moreira Neumann⁵

Psicóloga Aline Mossmann Fernandes⁶

⁴ Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP; Bolsista do CNPq.

⁵ Psicólogo; Doutor em Serviço Social e Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP; Professor de Psicologia Jurídica da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador do PAIR-SP.

⁶ Bacharel em Psicologia e Psicóloga formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LaEP/IP-USP) e pesquisadora PAIR-SP.

Apresentação do DRP

O Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) é uma das etapas iniciais da implantação do PAIR. Fundamental para estabelecer qualquer política pública, tem como objetivo verificar os tipos e a frequência da violência sexual contra crianças e adolescentes e a rede intersetorial existente para enfrentá-la, no período que a pesquisa ocorre. O termo ‘rápido’ indica que deve ser um instrumento que não deve adiar por muito tempo as outras fases; o termo ‘participativo’ aumenta a segurança dos dados coligidos.

O DRP é fruto de pesquisa em uma área na qual as definições dos conceitos são complexas e, por vezes, polêmicas, e cujo tema comporta, algumas vezes, quer ausência de informações, quer informações pouco precisas. Não obstante, deve-se trabalhar com os dados existentes. Para minimizar as dificuldades e aumentar seu grau de precisão, recorremos a diversas fontes quantitativas e qualitativas, que confirmaram ou não determinadas tendências detectadas.

Após sua conclusão, o enviamos para os membros da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA) para que o retificassem no que fosse necessário, além de complementá-lo. As sugestões referentes à precisão dos dados sempre foram incorporadas; às referentes à organização, nem sempre. De todo modo, agradecemos as revisões e as sugestões efetuadas, certos de que com isso o diagnóstico tornou-se mais preciso.

Este relatório é composto basicamente de duas partes. Na primeira, destacamos dados demográficos da cidade de São Paulo por região. Em cada região, a apresentação dos dados, sempre que possível, foi organizada pelas subprefeituras e distritos que têm conselhos tutelares, como será descrito mais à frente. Na segunda parte, é apresentada a análise pelos eixos nacionais da discussão da área.

Não supomos que este diagnóstico seja isento de falhas, mas pensamos que indique tendências do fenômeno, algumas delas reiteradas por diversas fontes, e acalentamos a esperança que contribua para a criação de um banco de dados que possa ser constantemente atualizado para ser apropriadamente utilizado por aqueles que combatem a forma de violência examinada.

I- Método e Dados do Município

1- Método:

Após o acordo político, que formalizou a implementação do PAIR na cidade de São Paulo, a equipe de coordenação começou a trabalhar no levantamento de dados para construção do DRP. A primeira etapa foi selecionar as organizações que seriam entrevistadas.

a) Seleção dos Conselhos Tutelares e demais organizações para entrevistas

No município de São Paulo, existem 96 distritos agrupados em 31 subprefeituras; são 37 Conselhos Tutelares, um para cada subprefeitura e mais outros seis, nos seguintes distritos: José Bonifácio, Lajeado, Jardim Helena, Grajaú, Jardim São Luís e Sapopemba. Considerando-se que não seria possível, devido ao tempo para a realização do DRP, ir a todos eles para preencher o formulário específico e entrevistar os conselheiros, optamos em realizar este procedimento em uma amostra dos Conselhos, segundo dois critérios: localização e Índice do Desenvolvimento Humano dos distritos onde se localizam os Conselhos; os valores do IDH foram retirados do texto *Desigualdade em São Paulo: o IDH*, publicado em 2002, pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, que tomou como fontes o Censo do ano 2000 do IBGE e dados da Fundação SEADE. Há outros cálculos mais recentes do IDH, feitos a partir das mesmas fontes, que são apresentados no *Município em Mapas*, lançado em 2006 pela Secretaria Municipal de Planejamento; os valores de IDH que esse trabalho exhibe são substancialmente maiores do que os do outro trabalho. Calculamos a correlação de Pearson entre as duas medidas de IDH para os distritos que possuem Conselhos Tutelares e obtivemos um valor elevado ($r=0,90$), o que implica que a ordenação dos distritos é semelhante nas duas formas de mensuração desse índice. Optamos pelos indicadores calculados no primeiro trabalho referido, tendo em vista a análise socioeconômica presente no texto, que os toma como base.

A classificação de IDH que adotamos é a mesma do trabalho citado acima:

- de 0 a 0,49 – muito baixo;
- de 0,50 a 0,64 – baixo;
- de 0,65 a 0,79 – médio; e
- de 0,80 a 1,00 – alto.

Apresentaremos, nas tabelas seguintes, Índices de Desenvolvimento Humano por subprefeitura; quando um Conselho Tutelar se referir a um distrito e não a uma subprefeitura, utilizaremos diretamente o IDH desse distrito.

Na tabela abaixo, encontra-se o número de Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo por região e pela classificação do IDH de acordo com o índice adotado.

Tabela 1: Número de Conselhos Tutelares por região e classificação pelos Índices de Desenvolvimento Humano do ano 2000

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
Centro	0	1	0	0	1
Leste	10	5	0	0	15
Norte	2	3	0	0	5
Oeste	1	2	1	1	5
Sul	5	4	2	0	11
Total	18	15	3	1	37

Segundo os dados da Tabela 1, as regiões com maior número de Conselhos Tutelares são a Leste e a Sul; como veremos mais à frente são as regiões mais populosas e que possuem maiores áreas na cidade de São Paulo. A região Leste é a que mais possui Conselhos Tutelares em subprefeituras/distritos de IDH muito baixo, seguida pela região Sul; esta última tem dois Conselhos em subprefeituras de IDH médios, a região Leste, nenhum. Assim, embora as regiões Leste e Sul tenham maior número de subprefeituras/distritos com IDH muito baixo, a primeira é mais homogênea quanto a essa variável.

Com a intenção de contemplar as cinco regiões da cidade e subprefeituras/distritos com Índices de Desenvolvimento Humano distintos, conforme assinalado antes, escolhemos uma amostra de 10 Conselhos Tutelares para entrevistarmos pessoalmente os conselheiros. Para os outros Conselhos Tutelares, telefonamos para nos apresentar e solicitar que respondessem o formulário que iríamos enviar por correio ou por correio eletrônico. Essa estratégia, contudo, não deu certo, e por isso reduzimos o número de questões do formulário deixando somente as que nos pareceram essenciais e fizemos entrevistas por telefone; com essa nova estratégia, conseguimos dados de mais cinco Conselhos Tutelares. O Quadro 1 traz os Conselhos que nos forneceram dados pessoalmente ou por telefone, a região onde se localizam e o seu Índice de Desenvolvimento Humano.

Quadro 1: Amostra de Conselhos Tutelares por região e os respectivos Índices de Desenvolvimento Humano

Região	Entrevistas Pessoais	IDH	Entrevistas por Telefone	IDH
Centro	Sé	0,50 – Baixo	-	-
Leste	Aricanduva Itaim Paulista Guaianases	0,55 – Baixo 0,43 – Muito Baixo 0,46 – Muito Baixo	Ermelino Matarazzo	0,48 – Muito Baixo
Norte	Freguesia do Ó Vila Maria	0,48 – Muito Baixo 0,50 – Baixo	-	-
Oeste	Butantã	0,65 – Médio	Lapa Pirituba	0,61 – Baixo 0,50 – Baixo
Sul	Grajaú Jabaquara Jardim Ângela	0,40 – Muito Baixo 0,53 – Baixo 0,44 - Baixo	Jardim São Luís Vila Mariana	0,44 – Muito Baixo 0,77 – Médio
Total	10		5	

Segundo os dados do Quadro 1, foram escolhidos 10 Conselhos Tutelares para a realização das entrevistas e preenchimento do formulário de forma presencial. Cabe notar que esses Conselhos Tutelares parecem representar bem o total existente na cidade, quando são consideradas as variáveis região e Índice de Desenvolvimento Humano, pois a proporção da distribuição por essas duas variáveis nessa amostra e no total de Conselhos é próxima. As proporções de Conselhos, por região, no total e na amostra, são respectivamente:

Centro – 0,03 e 0,10

Região Leste – 0,40 e 0,30;

Região Norte – 0,14 e 0,20;

Região Oeste – 0,14 e 0,10;

Região Sul – 0,30 e 0,30.

As proporções de Conselhos no total e na amostra por IDH são:

IDH muito baixo: 0,50 e 0,40;

IDH baixo: 0,40 e 0,50;

IDH médio: 0,08 e 0,10; e

IDH alto: 0,03 e 0,00.

Os dados dos outros cinco Conselhos, conforme foi ressaltado, foram obtidos por telefone.

Além da coleta de dados nos Conselhos Tutelares, outras instituições também os forneceram. Foram entrevistados representantes de instituições ligadas à defesa e responsabilização, atendimento e prevenção e movimentos sociais, utilizando as mesmas etapas: contato por telefone, envio do formulário e entrevista tendo como base as respostas aos formulários. A lista das outras instituições, além dos Conselhos Tutelares, contatadas para integrar o Diagnóstico Rápido Participativo se encontra no Quadro 2, assim como a forma de obtenção de dados.

Quadro 2: Instituições que forneceram dados para DRP e o respectivo método de coleta de dados

Instituição	Método de Coleta de Dados
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	Entrevista e preenchimento de Formulário
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)	Entrevista e preenchimento de Formulário
Delegacia da Mulher Zona Norte (4ª DDM)	Entrevista e preenchimento de Formulário
ONG CEPESP/ Pacto Social	Entrevista e preenchimento de Formulário
Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae (CNRVV)	Entrevista e preenchimento de Formulário
Rede Criança	Entrevista e preenchimento de Formulário
Projeto Quixote	Entrevista e preenchimento de Formulário
EMEF Olavo Pezzoti (OESTE)	Entrevista e preenchimento de Formulário
EMEF Médio Derville Alegrete (NORTE)	Entrevista e preenchimento de Formulário
EMEF Terezinha Mota de Figueiredo (SUL)	Entrevista e preenchimento de Formulário
CEU Meninos (Sul)	Entrevista e preenchimento de Formulário
EMEF Benedito Calixto (LESTE)	Entrevista e preenchimento de Formulário
EMEF Duque de Caxias (CENTRO)	Entrevista e preenchimento de Formulário
Secretaria da Segurança Pública (SSP) (INFOCRIM)	Dados Enviados – Frequência de Boletins de Ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes
Coordenação das Delegacias da Mulher	Dados Enviados – Frequência de Boletins de Ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes
Hospital Pérola Byngton	Dados Enviados – Frequência de atendimentos a vítimas de violência sexual
Disque 100	Dados Enviados – Frequência de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes

Conforme se pode observar pelo quadro 2, obtivemos dados da área de educação, da saúde, da segurança e de órgãos ligados à Prefeitura do Município de São Paulo. Verifica-se também que se não entrevistamos mais do que uma Delegada das Delegacias da Mulher e nenhum Delegado das Delegacias Comuns, a Coordenadoria das Delegacias da Mulher e a Secretaria da Segurança Pública nos enviaram dados preciosos, assim como o Hospital Pérola Byington e o Disque 100.

O critério para a escolha das escolas foi dado pela Secretaria Municipal da Educação que se encarregou de marcar e acompanhar as entrevistas nas escolas que julgou poderem contribuir de maneira mais efetiva com a pesquisa, com exceção da Escola Olavo Pezzotti, que foi escolhida pela equipe de pesquisadores, devido ao conhecimento prévio de que se tratava de uma escola considerada modelar no tratamento que confere aos temas de interesse da pesquisa.

Os formulários⁷ utilizados para coletar os dados nas instituições acima elencadas foram detidamente discutidos pela equipe que fez algumas alterações com o propósito de adequar a metodologia segundo as especificidades do município de São Paulo. As alterações consistiram no detalhamento e desdobramento das questões inicialmente propostas, acrescentando subitens às questões do formulário original. Em muitos casos, as alterações realizadas em um formulário serviram também para modificar questões nos outros formulários que foram revisados pelo pesquisador e depois aprovados pelos demais membros da equipe. Como resultado, a equipe ampliou os formulários 1, 2 e 3, mantendo inalterados os formulários 4 e 5. Para a entrevista nas escolas, criou-se um novo roteiro com base no formulário 2 que consta de 12 questões, praticamente as mesmas propostas naquele instrumento.

Quase todas as entrevistas foram feitas em duplas. Os dados coletados foram registrados em papel separadamente pelos pesquisadores e posteriormente transcritos digitalmente num só documento.

b) **Período de coleta de dados:** abril-agosto de 2010.

2- Dados do Município

a) Demográficos:

Segundo os dados do Infocidade, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Departamento de Estatística e Produção de Informações, a partir de dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e dos dados do Instituto

⁷ Os formulários estão disponíveis no site: pair.ledes.net

Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), a área do município de São Paulo é de 1.509 km²; a população projetada para 2010 é 11.057.629 habitantes, com densidade de 7.327,79 hab/km² e taxa de crescimento 2000-2010 – 0,58.

Cabe observar que todas as tabelas a ser apresentadas a seguir têm como base tabelas disponíveis em sites da prefeitura, da SEADE e do IBGE, e que quase todas elas foram alteradas em seu formato para os propósitos deste relatório. Em algumas, categorias foram unidas; em outras, apresentou-se porcentagens dessas categorias em relação ao total. Nas tabelas originais que continham as subprefeituras e os distritos paulistanos, os dados desses últimos foram omitidos, a não ser quando neles havia Conselhos Tutelares; nesses casos, distinguimos os dados desses distritos dos dados da subprefeitura à qual pertenciam para poder apresentá-los.

Na tabela 2, encontram-se dados sobre a população projetada para 2010, a área, a densidade populacional de São Paulo por região e o Índice de Desenvolvimento Humano do ano 2000. Para o município o IDH foi igual a 0,52. O IDH, adaptado para os distritos, teve como base o censo do IBGE do ano 2000. Calculamos as correlações entre esse indicador e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social à Pobreza, criado pela SEADE, uma vez que esse último considera também se a família é jovem, adulta ou idosa e a renda. A correlação entre ambos os indicadores para todas as subprefeituras e distritos que têm Conselhos Tutelares foi elevada e negativa ($r=-0,87$), o que indica que quanto maior o indicador de desenvolvimento humano, menor é a vulnerabilidade social à pobreza.

Tabela 2: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e o IDH médio por região

Região	População	Área (km²)	Densidade populacional (hab/km²)	IDH	Classificação
Centro	346.512	26,20	13.225,65	0,50	Baixo
Leste	4.060.639	326,80	12.425,46	0,47	Muito Baixo
Norte	1.598.070	183,40	8.713,58	0,52	Baixo
Oeste	1.494.885	239,80	6.233,88	0,61	Baixo
Sul	3.557.523	732,80	4.854,70	0,51	Baixo
Município SP	11.057.629	1.509	7.327,79	0,52	Baixo

Fonte: Infocidade, IBGE/Censo 2000 e Fundação SEADE. Elaboração SDTS/PMSP.

Os dados da tabela 2 indicam que as regiões Leste e Sul são as mais populosas da cidade de São Paulo; considerando-se, contudo, a área, a densidade populacional é maior no centro da

cidade e na Zona Leste; a região Leste é a que tem o pior índice de desenvolvimento humano da cidade e a região Oeste, o melhor.

A tabela 2a traz esses dados para a Zona Leste da cidade.

Tabela 2a: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Leste

Unidades territoriais	População	Área (km ²)	Densidade populacional (hab/km ²)	IDH Médio	Classificação
Aricanduva	253.855	21,50	11.807,21	0,55	Baixo
Cidade Tiradentes	219.868	15	14.657,87	0,45	Muito Baixo
Ermelino Matarazzo	210.263	15,10	13.924,70	0,48	Muito Baixo
Guaianases	111.325	8,60	12.944,77	0,46	Muito Baixo
Itaim Paulista	403.512	21,70	18.595,02	0,43	Muito Baixo
Itaquera	420.177	40,20	10.452,16	0,47	Muito Baixo
Jardim Helena	153.634	9,10	16.882,86	0,41	Muito Baixo
José Bonifácio	108.366	14,10	7.685,53	0,51	Baixo
Lajeado	185.184	9,20	20.128,70	0,40	Muito Baixo
Mooca	296.184	35,20	8.414,32	0,59	Baixo
Penha	472.266	42,80	11.034,25	0,53	Baixo
São Mateus	436.195	45,80	9.523,91	0,43	Muito Baixo
São Miguel	261.152	15,20	17.181,05	0,42	Muito Baixo
Sapopemba	296.042	13,50	21.929,04	0,45	Muito Baixo
Vila Prudente	232.616	19,80	11.748,28	0,51	Baixo
Região Leste	4.060.639	326,80	12.425,46	0,47	Muito Baixo

Fonte: Infocidade, IBGE/Censo 2000 e Fundação SEADE. Elaboração SDTS/PMSP.

Na região Leste, as subprefeituras/distritos mais populosos são: Itaim Paulista, Itaquera, Penha e São Mateus. A maior densidade populacional, no entanto, está no distrito de Sapopemba e a menor no distrito de José Bonifácio. Itaim Paulista, Lajeado, São Mateus, São Miguel e Jardim Helena têm os menores IDH da região, enquanto Aricanduva e a Mooca têm os maiores valores. A correlação entre densidade populacional e IDH para essa região é de -0,67 (significante ao nível de 0,01), isto é, quanto maior a densidade populacional, menor o IDH e vice-versa. Note-se que apenas quatro dos 15 Conselhos Tutelares dessa região atendem população menor de 200.000 habitantes, o que justifica a proposta de alguns conselheiros

Tutelares para que em alguns lugares se criem mais Conselhos Tutelares, conforme veremos mais à frente.

A tabela abaixo traz os dados demográficos da região Norte da cidade de São Paulo.

Tabela 2b: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Norte

Regiões	População	Área (km ²)	Densidade Populacional	IDH-médio	Classificação IDH
Casa Verde	313.666	26,70	11.747,79	0,51	Baixo
Freguesia	418.170	31,50	13.275,24	0,48	Muito Baixo
Jaçanã	278.567	64,10	4.345,82	0,47	Muito Baixo
Santana	303.173	34,70	8.736,97	0,63	Baixo
Vila Maria	284.494	26,40	10.776,29	0,50	Baixo
Região Norte	1.598.070	183,40	8.713,58	0,52	Baixo

Fonte: Infocidade e IBGE/Censo 2000 e Fundação SEADE. Elaboração SDTS/PMSP.

Pode-se observar, na tabela 2b, que a subprefeitura da Freguesia do Ó é a mais populosa e a que tem a maior densidade populacional – e a de Jaçanã é a que tem menor população e a menor densidade populacional da região Norte. A subprefeitura de Santana é a que tem melhor IDH da região e a Freguesia do Ó o pior. Aqui, como ocorreu com o distrito de Lajeado da região Leste, quanto maior a densidade populacional, menor o IDH; contudo para esta região, a correlação entre as duas variáveis foi baixa ($r=-0,11$) e não significativa; não houve relação entre essas duas variáveis, talvez por que o número de subprefeituras seja pequeno. Nessa região, todos os Conselhos Tutelares atendem uma população superior a 200.000 habitantes.

Na tabela 2c, estão as estatísticas da demografia da região Oeste.

Tabela 2c: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Oeste

Unidades territoriais	População	Área (km ²)	Densidade populacional (hab/km ²)	IDH-Médio	Classificação
Butantã	383.061	56,10	6.828,18	0,65	Médio
Lapa	265.537	40,10	6.621,87	0,61	Baixo
Perus	138.268	57,20	2.417,27	0,49	Muito Baixo
Pinheiros	257.722	31,70	8.130,03	0,82	Alto
Pirituba	450.297	54,70	8.232,12	0,50	Baixo
Região Oeste	1.494.885	239,80	6.233,88	0,61	Baixo

Fonte: Infocidade, IBGE/Censo 2000 e Fundação SEADE. Elaboração SDTS/PMSP.

Pode-se constatar pelos dados da tabela acima que as subprefeituras de Pirituba e do Butantã são as mais populosas, e que a primeira e a de Pinheiros são as que têm maior densidade populacional; interessante notar que a subprefeitura de Pinheiros é a que possui maior IDH da cidade. A subprefeitura de Perus, que tem a menor população e densidade populacional, possui um IDH muito baixo; curiosamente, nesta região, a correlação é mais elevada que na anterior ($r=0,53$) e é positiva: quanto maior a densidade populacional, maior o IDH; mas essa correlação não foi significativa; novamente, pode se levantar a hipótese de isso ter ocorrido uma vez que o número de subprefeituras é pequeno.

Na tabela abaixo, encontram-se os dados referentes à região Sul.

Tabela 2d: Expectativa de população projetada para 2010, área, densidade populacional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Sul

Unidades territoriais	População	Área (km ²)	Densidade populacional (hab/km ²)	IDH-médio	Classificação
Campo Limpo	590.602	36,70	16.092,70	0,50	Baixo
Capela do Socorro	240.164	42,20	5.691,09	0,55	Baixo
Cidade Ademar	406.871	30,70	13.253,13	0,45	Muito Baixo
Grajaú	456.777	92	4.964,97	0,42	Muito Baixo
Ipiranga	425.451	37,50	11.345,36	0,56	Baixo
Jabaquara	212.504	14,10	15.071,21	0,53	Baixo
Jardim São Luís	261.586	24,70	10.590,53	0,44	Muito Baixo
Jardim Ângela	291.798	37,40	7.802,09	0,40	Muito Baixo
Parelheiros	156.392	353,50	442,41	0,31	Muito Baixo
Santo Amaro	219.659	37,50	5.857,58	0,73	Médio
Vila Mariana	295.719	26,50	11.159,21	0,77	Médio
Região Sul	3.557.523	732,80	4.854,70	0,51	Baixo

Fonte: Infocidade, IBGE/Censo 2000 e Fundação SEADE. Elaboração SDTS/PMSP.

Pelos dados da tabela 2d, pode-se constatar que as subprefeituras de Campo Limpo e de Jabaquara têm as maiores densidades populacionais e a de Parelheiros a menor; o menor IDH é justamente de Parelheiros e os maiores de Santo Amaro e Vila Mariana. Não houve correlação entre densidade populacional e IDH ($r=0,26$). Chama a atenção a baixíssima densidade

populacional de Parelheiros, única subprefeitura da região a ter um Conselho Tutelar para uma população menor de 200.000 habitantes.

b) Indicadores de longevidade:

A tabela 3 contém os dados da longevidade dos habitantes de São Paulo, nos anos de 1980, 1991 e 2000.

Tabela 3: Esperança de Vida ao Nascer nos anos 1980, 1991 e 2000

Ano	Esperança de vida ao nascer
1980	67,03
1991	69,13
2000	71,71

Fonte: Fundação Seade

Segundo os dados da tabela 3, a esperança de vida ao nascer, um dos componentes do Indicador de Desenvolvimento Humano, vem aumentando de década a década, em aproximadamente dois anos.

c) Educação

Seguem dados acerca da educação no município de São Paulo. A tabela a seguir traz os dados de 2008, acerca de estabelecimentos de ensino e matrículas em educação básica, segundo rede de ensino:

Tabela 4: Estabelecimentos escolares e matrículas em educação básica, segundo rede de ensino, em 2008

Dependência Administrativa e Tipo de Escola	Estabelecimentos	Matrículas	Matríc./estabel.
Rede municipal	1.760	1.027.078	583,57
Rede estadual vinculada à Secretaria de Estado da Educação	1.098	1.302.288	1186,05
Rede estadual externa à Secretaria de Estado da Educação	35	46.038	1315,37
Rede federal	2	2.074	1037,00
Rede privada	2.748	609.396	221,76
Total: Município de São Paulo	5.643	2.986.874	529,31

Fonte: Censo Escolar MEC/Inep 2008, Secretaria de Estado da Educação (SEE- São Paulo) e Secretaria Municipal de Educação SME) Elaboração: SMDU/Dipro

Segundo os dados da tabela acima, a rede privada é a que mais tem estabelecimentos de ensino básico e a rede estadual é a que tem a maior proporção de matrículas por estabelecimentos na cidade de São Paulo; em média, há aproximadamente 500 alunos para cada estabelecimento de ensino básico.

Abaixo, na tabela 5, estão o número de estabelecimentos municipais de ensino e o número de matrículas na cidade de São Paulo, de 2008.

Tabela 5: Estabelecimentos e Matrículas da Rede Municipal de Ensino segundo Tipo de Escola, 2008

Tipo de Escola	Estabelecimentos	Matrículas
Rede Municipal de Ensino	2.182	953.967
Centro de Convivência Infantil/Centro Infantil de Proteção à Saúde (CCI/CIPS)	13	438
Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI)	3	308
Centro de Educação Infantil Conveniado (Rede Indireta)	299	35.609
Centro de Educação Infantil Municipal (Creche da Rede Direta)	312	35.818
Centro de Educação Infantil no Centro Educacional Unificado (CEU/CEI)	34	6.203
Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA)	14	8.050
Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT)	3	0
Creche Particular Conveniada	524	52.921
Escola Municipal de Educação Especial (EMEE)	6	1.316
Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	455	225.402
Escola Municipal de Educação Infantil no Centro Educacional Unificado (CEU/EMEI)	35	16.392
Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	442	530.062
Escola Municipal de Ensinos Fundamental e Médio (EMEFM)	8	11.977
Escola Municipal de Ensino Fundamental no Centro Educacional Unificado (CEU/EMEF)	34	29.471

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Sistema EOL. Posição em 28.01.2008. Elaboração: SMDU/Dipro.

Conforme indicam os dados da tabela 5, há oferta variada para a população paulistana nos diversos níveis de ensino; a maior é para o ensino infantil e fundamental, com correspondentes números de matriculados.

A tabela 6 traz a frequência e a porcentagem da população por grau de instrução em 2007, nas regiões da cidade.

Tabela 6: População total por grau de instrução, em 2007

Região	Analf.-fund. Incompleto	%	Fund.comp.- ens. sup. Inc.	%	Sup. Completo	%	Total
Centro	94.318	28,41	147.796	44,52	89.872	27,07	331.986
Leste	1.904.850	47,16	1.855.763	45,94	278.665	6,90	4.039.278
Norte	683.997	42,81	741.824	46,43	171.949	10,76	1.597.770
Oeste	540.967	37,06	595.718	40,81	323.185	22,14	1.459.870
Sul	1.499.256	43,23	1.520.897	43,86	447.585	12,91	3.467.738
Mun. SP	4.723.388	43,35	4.861.998	44,62	1.311.256	12,03	10.896.642

Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino 2007, Elaboração: SMDU/Dipro.

Conforme os dados da tabela 6, as regiões Centro e Oeste são as que, proporcionalmente, mais têm pessoas com o ensino superior completo e menor proporção de analfabetos ou com o ensino fundamental incompleto. A região Leste é a que, proporcionalmente, tem a população menos escolarizada.

A tabela 6a contém os dados de escolarização para a região Leste.

Tabela 6a: Frequência e porcentagem da população da região Leste por grau de instrução, em 2007

Subprefeituras/Distritos	Analf.-fund. Incompleto		Fund.comp.-ens. sup. Inc.		Sup. Completo		Total
Aricanduva	99118	38,26	126347	48,77	33627	12,98	259092
Cidade Tiradentes	114659	48,33	116685	49,18	5895	2,48	237239
Ermelino Matarazzo	100372	47,74	93009	44,23	16886	8,03	210267
Guaianases	57338	52,72	49246	45,28	2174	2,00	108758
Lajeado	103705	57,74	72691	40,47	3226	1,80	179622
Itaim Paulista	199864	50,46	183121	46,23	13108	3,31	396093
Itaquera	196229	47,40	193196	46,67	24517	5,92	413942
Jardim Helena	89041	59,06	56490	37,47	5240	3,48	150771
José Bonifácio	53405	49,15	51435	47,33	3822	3,52	108662
Mooca	99609	34,53	131144	45,46	57706	20,00	288459
Penha	211734	44,42	211908	44,45	53053	11,13	476695
São Mateus	227343	52,67	192156	44,52	12112	2,81	431611
São Miguel	128909	50,16	119890	46,65	8175	3,18	256974
Sapopemba	138484	47,93	143721	48,71	12879	4,36	295084
Vila Prudente	85040	37,63	114724	50,76	26244	11,61	226008

Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino 2007, Elaboração: SMDU/Dipro.

Segundo os dados da tabela 6a, pode-se afirmar que os distritos de Lajeado e Jardim Helena são os que têm uma população menos escolarizada, pois quase 60% não têm o ensino fundamental completo. No ponto oposto, a subprefeitura da Mooca, mas também as de Aricanduva, Penha e Vila Prudente têm maiores porcentagens de pessoas com o ensino superior completo.

A tabela 6b contém dados sobre a educação da população da região Norte.

Tabela 6b: Frequência e porcentagem da população da região Norte por grau de instrução, em 2007

Região Norte	Analf.-fud. Incompleto		Fund.comp.-ens. sup. Inc.		Sup. Completo		Total
Casa Verde	129905	41,49	159293	50,88	23869	7,62	313067
Freguesia	201544	48,56	184339	44,42	29129	7,02	415012
Jaçanã	119259	43,35	125977	45,79	29867	10,86	275103
Santana	106987	35,02	134507	44,02	64044	20,96	305538
Vila Maria	126302	43,70	137708	47,64	25040	8,66	289050

Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino 2007, Elaboração: SMDU/Dipro.

Observa-se na tabela 6b que a subprefeitura de Freguesia do Ó é a que proporcionalmente tem mais pessoas com o fundamental incompleto e a de Santana é a que mais tem pessoas com o ensino superior completo. A subprefeitura da Casa Verde é intermediária: tem pouco mais de 50% com o ensino fundamental completo.

A tabela 6c traz os dados educacionais da região Oeste.

Tabela 6c: Frequência e porcentagem da população da região Oeste por grau de instrução, em 2007

Região Oeste	Analf.-fund. Incompleto		Fund.comp.-ens. sup. Inc.		Sup. Completo		Total
Butantã	148103	38,59	167521	43,65	68127	17,75	383751
Perus	72095	49,88	66494	46,01	5935	4,11	144524
Pinheiros	40016	16,91	74820	31,62	121794	51,47	236630
Pirituba	207158	47,24	190393	43,42	40988	9,35	438539
Lapa	73595	28,70	96490	37,63	86341	33,67	256426

Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino 2007, Elaboração: SMDU/Dipro.

Os dados da tabela acima indicam que as subprefeituras de Perus e de Pirituba são as que têm maior proporção de pessoas com até o ensino fundamental incompleto, enquanto as subprefeituras da Lapa e Pinheiros têm elevadas proporções de pessoas que concluíram o ensino superior.

A tabela a seguir traz os dados educacionais da população da região Sul.

Tabela 6d: Frequência e porcentagem da população da região Sul por grau de instrução, em 2007

Região Sul	Analf.-fund. Incompleto		Fund.comp.-ens. sup. Inc.		Sup. Completo		Total
Campo Limpo	288170	50,30	239461	41,80	45217	7,89	572848
Capela do Socorro	93399	39,11	117315	49,13	28079	11,76	238793
Grajaú	235473	55,52	173568	40,92	15110	3,56	424151
Cidade Ademar	182236	45,56	192792	48,20	24986	6,25	400014
Ipiranga	156017	36,33	205534	47,85	67948	15,82	429499
Jabaquara	78578	36,76	97362	45,55	37804	17,69	213744
M'Boi Mirim	281469	52,17	241929	44,84	16160	3,00	539558
Parelheiros	75077	51,87	65494	45,25	4156	2,87	144727
Santo Amaro	51172	24,59	87292	41,94	69666	33,47	208130
Vila Mariana	57665	19,46	100150	33,80	138459	46,73	296274

Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino 2007, Elaboração: SMDU/Dipro.

Conforme os dados da tabela 6d, quatro subprefeituras têm mais de metade da população com o ensino fundamental incompleto: Campo Limpo, Grajaú, M'Boi Mirim e Parelheiros; por outro lado, as subprefeituras de Santo Amaro e Vila Mariana apresentam porcentagens altas de pessoas com o ensino superior completo.

d) Renda

As tabelas a seguir trazem informações acerca da renda e dos empregos existentes no município de São Paulo. A Tabela 7, a seguir, traz dados sobre o PIB de 2002 a 2007.

Tabela 7: Produto Interno Bruto (1) do município de São Paulo de 2002 a 2007

Período	Valor Adicionado (R\$ milhões)				PIB ⁽²⁾ (R\$ milhões)	PIB per Capita (R\$)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total		
2002	18,3	37.402	118.511	155.931	187.953	17.631
2003	19,6	43.205	131.096	174.321	209.555	19.494
2004	21,1	49.708	135.786	185.514	225.170	20.775
2005	16,6	53.402	164.279	217.698	261.456	23.925
2006	19,9	54.345	181.290	235.655	282.892	25.679
2007	23,9	59.081	209.113	268.218	319.995	29.394

Fonte: IBGE/Fundação SEADE. Elaboração; Sempla/Dipro.

Notas: (1) PIB revisado com base na nova metodologia das Contas Nacionais do IBGE.

(2) O PIB do Município é obtido adicionando-se os impostos ao VA total.

Conforme os dados da tabela acima, todos os setores de produção cresceram durante o período de 2002 a 2007, o mesmo aconteceu com o PIB. A única exceção ocorreu com a

agropecuária que cresceu até 2004, declinou e voltou a crescer. Nota-se também que a cidade de São Paulo tornou-se, sobretudo, voltada à oferta de serviços.

A tabela a seguir traz o número de estabelecimentos e empregos por setor econômico.

Tabela 8: Estabelecimentos e empregos formais por setor de atividade econômica em 2006

Setor	Estabelecimentos	Empregos	Empregos/estabelecimentos
Extrativa mineral	95	1.951	20,54
Indústria de transformação	27.353	526.608	19,25
Serviços industriais de utilidade pública	327	29.437	90,02
Construção civil	6.908	161.315	23,35
Comércio	88.603	676.352	7,63
Serviços	102.817	1.667.497	16,22
Administração pública	210	838.307	3991,94
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	606	3.634	6,00
MSP	226.919	3.905.101	17,21

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais – Rais*. Elaboração: SMDU/Dipro.

Conforme se pode verificar pelos dados da tabela acima, os setores do comércio e de serviços são os que têm maior número de estabelecimentos, mas o de serviços é o que emprega quase o dobro do segundo colocado: o setor de administração pública, que possui uma proporção muito maior do que os demais setores de empregos por estabelecimentos.

A tabela 9 traz dados referentes aos rendimentos dos trabalhadores nos anos de 1991, 2000 e 2007 para os diversos setores econômicos da cidade de São Paulo, em reais.

Tabela 9: Rendimento médio real dos ocupados por setor de atividade econômica

Setor de Atividade	1991	2000	2007
Município de São Paulo	1.473	1.605	1.265
Indústria	1.578	1.783	1.325
Construção Civil	1.503	1.636	1.354
Comércio	1.317	1.208	963
Serviços	1.629	1.832	1.447
Serviços Domésticos	464	538	493

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. *Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED*.

Elaboração: Sempla/Dipro

Os dados da tabela 9 revelam que o rendimento médio real dos trabalhadores paulistanos nos diversos setores, aumentou de 1991 a 2000 e decaiu desse ano a 2007. O setor que melhor remunera é o de serviços e o de pior remuneração é o de serviços domésticos.

A tabela 10 contém, para o município, a faixa de renda per capita no ano 2000.

Tabela 10: Distribuição dos domicílios, por faixas de renda *per capita*, em porcentagem em 2000

Menos de ½ S.M.	de ½ a menos de 1 S.M.	de 1 a menos de 1 ½ S. M.	de 1 ½ a menos de 3 S. M.	de 3 a menos de 5 S.M.	de 5 a menos de 10 S. M.	de 10 S.M. a mais
8,89	12,27	12,60	25,35	15,05	13,75	12,08

Salário mínimo de referência do Censo 2000: R\$151,00.

Segundo os dados da tabela 10, verifica-se que no ano 2000 metade dos moradores ganhava até três salários mínimos, cerca de R\$ 450,00, e somente 12% dos paulistanos auferiam acima de 10 salários mínimos, ou seja, acima de R\$1500,00.

Na tabela seguinte, constam dados relativos à taxa de desemprego, em porcentagem, de 1991 a 2007.

Tabela 11: Taxa de desemprego por tipo

Período	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	10,8	16,1	16,1	17,9	18,7	18,1	15,7	14,7	13,9
Aberto ⁽¹⁾	7,3	10,2	10,4	11,5	12,1	11,4	9,8	9,6	9,6
Oculto ⁽²⁾	3,5	5,9	5,7	6,4	6,6	6,8	5,9	5,1	4,3

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho.

(2) Pessoas que realizam trabalhos precários, pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e pessoas que não trabalham, que efetivamente procuraram trabalho nos últimos 12 meses. Elaboração: Sempla/Dipro

Segundo os dados da tabela 11, a taxa de desemprego total subiu de 1991 até o ano de 2003, quando começa a declinar, o mesmo ocorreu com a taxa de desemprego aberto; já o desemprego oculto demorou um ano a mais para decair.

Nas tabelas a seguir, estarão dispostos por região, dados sobre rendimentos de empregos formais, com exceção da administração pública. A próxima tabela traz dados das cinco regiões. Em relação às tabelas originais oferecidas pelo INFOCIDADE, não consideramos as informações referentes a ‘ignorado’ e ‘ não localizado’, o total se referiu aqueles que tiveram seus ganhos declarados.

Tabela 12: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento em 2007

Subprefeitura/ distrito	Até 3 S.M.	%	3,01 a 10 S.M.	%	10,01 a 20,00 S.M.	%	Mais de 20,00 S.M.	%	Total	
Sé	319242	61,05	152783	29,22	34775	6,65	16084	3,08	522884	100,00
Leste	420513	74,84	125074	22,26	12927	2,30	3347	0,60	561861	100,00
Norte	198168	70,90	69844	24,99	8418	3,01	3080	1,10	279510	100,00
Oeste	549383	56,10	306292	31,28	78147	7,98	45513	4,65	979335	100,00
Sul	527859	60,31	262470	29,99	56957	6,51	27933	3,19	875219	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Elaboração: SMDU/Dipro.

Os dados da tabela 12 revelam que, como visto na tabela 10, mais da metade dos trabalhadores paulistanos ganha até três salários mínimos, as Zonas Leste e Norte abrigam um maior número de trabalhadores com este rendimento, conseqüentemente as três outras regiões têm porcentagem maior de trabalhadores que podem ser classificados nas faixas dos outros rendimentos, com algum destaque para a região Oeste, que como vimos é a que tem maior número de pessoas que têm o ensino superior completo.

A tabela 12a contém essas informações para a Zona Leste.

Tabela 12a: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Leste

Subprefeitura/distrito	Até 3 s.m.	%	3-10 s.m.	%	10-20 s.m.	%	Mais de 20 s.m.	%	Total
Aricanduva	43282	79,24	10628	19,46	596	1,09	113	0,21	54.619
Cidade Tiradentes	1977	66,05	840	28,07	130	4,34	46	1,54	2.993
Ermelino Matarazzo	13136	74,65	3682	20,93	598	3,40	180	1,02	17.596
Guaianases	3766	75,23	1198	23,93	33	0,66	9	0,18	5.006
Lajeado	3562	91,29	332	8,51	8	0,21	0	0,00	3.902
Itaim Paulista	12466	76,81	3500	21,57	210	1,29	54	0,33	16.230
Itaquera	39832	81,12	8448	17,20	623	1,27	200	0,41	49.103
José Bonifácio	5080	71,56	1778	25,05	206	2,90	35	0,49	7.099
Mooca	162428	71,38	56580	24,86	6788	2,98	1772	0,78	227.568
Penha	47228	78,22	11725	19,42	1094	1,81	330	0,55	60.377
São Mateus	22053	79,82	5201	18,83	309	1,12	64	0,23	27.627
São Miguel	16269	70,05	5933	25,54	869	3,74	155	0,67	23.226
Jardim Helena	3324	79,56	761	18,21	72	1,72	21	0,50	4.178
Vila Prudente	46110	73,97	14468	23,21	1391	2,23	368	0,59	62.337
Região Leste	420513	74,84	125074	22,26	12927	2,30	3347	0,60	561861

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Elaboração: SMDU/Dipro.

Na região Leste de São Paulo, conforme os dados da tabela acima, a grande maioria dos trabalhadores auferem até três salários mínimos, com destaque para o distrito de Lajeado. No polo oposto destacam-se as subprefeituras de Cidade Tiradentes e Ermelino Matarazzo, e ainda assim menos de cinco por cento dos trabalhadores ganhando 10 ou mais salários mínimos.

A tabela 12b contém dados sobre rendimentos para a região Norte.

Tabela 12b: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Norte.

Região	até 3,00	%	3,01-10	%	10,01-20	%	Mais de 20,00	%	Total
Casa Verde	37.098	67,78	14.314	26,15	2.386	4,36	934	1,71	54.732
Freguesia	23.213	78,18	5.673	19,11	655	2,21	150	0,51	29.691
Jaçanã	23.147	71,13	8.963	27,54	360	1,11	72	0,22	32.542
Santana	53.007	76,17	13.741	19,74	1.895	2,72	950	1,37	69.593
Vila Maria	61.703	66,38	27.153	29,21	3.122	3,36	974	1,05	92.952
Norte	198.168	70,90	69.844	24,99	8.418	3,01	3080	1,10	279.510

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Elaboração: SMDU/Dipro.

Segundo os dados da tabela 12b, as subprefeituras de Freguesia do Ó e de Santana são as que mais concentram trabalhadores com menor renda e as de Casa Verde, Vila Maria e também Santana as que mais têm trabalhadores com ganhos de mais de 10 salários mínimos.

A tabela 12c traz os dados dos rendimentos dos trabalhadores da região Oeste

Tabela 12c: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Oeste

Região	até 3,00	%	3,01-10	%	10,01-20,00	%	Mais de 20,00	%	Total
Butantã	79.687	61,37	37.288	28,72	8.732	6,73	4.132	3,18	129.839
Lapa	179.832	60,04	95.432	31,86	16.746	5,59	7.534	2,52	299.544
Perus	3.451	71,72	1.217	25,29	102	2,12	42	0,87	4.812
Pinheiros	252.753	51,14	158.284	32,02	50.398	10,20	32.833	6,64	494.268
Pirituba	33.660	66,17	14.071	27,66	2.169	4,26	972	1,91	50.872
Oeste	549.383	56,10	306.292	31,28	78.147	7,98	45.513	4,65	979.335

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Elaboração: SMDU/Dipro.

A tabela acima indica que, na Zona Oeste, a subprefeitura de Perus é a que abriga a maior parte dos trabalhadores com baixos rendimentos, do outro lado, em Pinheiros, mais de 16% auferem mais de 10 salários mínimos.

Tabela 12d: Empregos formais, exclusive administração pública, segundo faixas de rendimento, em 2007, na região Sul

Região	até 3,00	%	3,01 a 10	%	10,01-20	%	Mais de 20	%	total
Campo Limpo	33.371	66,20	14.817	29,39	1.623	3,22	601	1,19	50.412
Capela do Socorro	32.936	62,73	14.098	26,85	3.540	6,74	1.928	3,67	52.502
Grajaú	7.682	72,00	2.885	27,04	85	0,80	17	0,16	10.669
Cidade Ademar	23.283	70,19	9.207	27,76	583	1,76	98	0,30	33.171
Ipiranga	64.540	64,66	30.476	30,53	3.546	3,55	1.247	1,25	99.809
Jabaquara	36.030	60,59	17.319	29,12	4.740	7,97	1.381	2,32	59.470
M'Boi Mirim	24.129	65,56	8.219	22,33	2.569	6,98	1.885	5,12	36.802
Parelheiros	2.213	83,57	411	15,52	24	0,91	0	0,00	2.648
Santo Amaro	124.272	50,25	81.120	32,80	26.722	10,81	15.169	6,13	247.283
Vila Mariana	179.403	63,52	83.918	29,71	13.525	4,79	5.607	1,99	282.453
Sul	527.859	60,31	262.470	29,99	56.957	6,51	27.933	3,19	875.219

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Elaboração: SMDU/Dipro.

Conforme os dados da tabela acima, a subprefeitura de Parelheiros é a que abriga maior número de trabalhadores que ganham até três salários mínimos, seguida pelo distrito de Grajaú e pela subprefeitura de Cidade Ademar. No polo oposto está a subprefeitura de Santo Amaro.

e) Habitação

As tabelas abaixo trazem dados a respeito do número de favelas nas diversas regiões paulistanas. A próxima tabela mostra esses dados para as regiões em conjunto.

Tabela 13: Frequência e porcentagem de favelas por região em 2008

Região	Frequência	Porcentagem
Centro	2	0,13
Leste	356	22,75
Norte	214	13,67
Oeste	212	13,55
Sul	781	49,90
MSP	1.565	100,00

Fonte: Listagem de Favelas do Município de São Paulo - SEHAB/HABI 2008
Elaboração: Sempla/Dipro

Segundo os dados da tabela 13, a Zona Sul da cidade contém aproximadamente metade das favelas e a Leste quase um quarto; na região central há poucas favelas. Como os dados têm

evidenciado, a região Sul contém distribuição de condições de vida desigual: há subprefeituras com bom padrão de vida e outras no extremo oposto.

A tabela 13a contém os dados sobre as favelas para as subprefeituras da região Leste.

Tabela 13a: Frequência e porcentagem de favelas na região Leste

Região	Frequência	Porcentagem
Aricanduva/Formosa/Carrão	16	4,49
Cidade Tiradentes	16	4,49
Ermelino Matarazzo	29	8,15
Guaianases	17	4,78
Itaim Paulista	34	9,55
Itaquera	48	13,48
Jardim Helena	17	4,78
José Bonifácio	7	1,97
Lajeado	27	7,58
Mooca	5	1,40
Penha	35	9,83
São Mateus	40	11,24
São Miguel	19	5,34
Vila Prudente/Sapopemba	14	3,93
Sapopemba	32	8,99
LESTE	356	100

Fonte: Listagem de Favelas do Município de São Paulo - SEHAB/HABI 2008

Elaboração: Sempla/Dipro

Conforme os dados da tabela acima, as subprefeituras de Itaquera e de São Mateus são as que mais têm favelas e o distrito de José Bonifácio e a subprefeitura da Mooca as que menos possuem este tipo de moradia.

A tabela 13b traz esses dados para a região Norte.

Tabela 13b: Frequência e porcentagem de favelas na região Norte

Região	Frequência	Porcentagem
Casa Verde	42	19,63
Freguesia	82	38,32
Jaçanã	42	19,63
Santana	13	6,07
Vila Maria	35	16,36
Norte	214	100

Fonte: Listagem de Favelas do Município de São Paulo - SEHAB/HABI 2008

Elaboração: Sempla/Dipro

Pode-se observar pelos dados da tabela acima que a subprefeitura de Freguesia do Ó tem quase 40% das favelas da região e a de Santana a que menos tem favelas. Os dados sobre frequência e porcentagem de favelas na região Oeste estão na tabela abaixo.

Tabela 13c: Frequência e porcentagem de favelas na região Oeste

Região	Frequência	Porcentagem
Lapa	22	10,38
Butantã	66	31,13
Perus	28	13,21
Pinheiros	5	2,36
Pirituba	91	42,92
Oeste	212	100

Fonte: Listagem de Favelas do Município de São Paulo - SEHAB/ HABI 2008
Elaboração: Sempla/Dipro

As subprefeituras de Pirituba e de Butantã são as que mais têm favelas na região Oeste; a de Pinheiros tem uma pequena porcentagem em relação ao total da região.

A tabela abaixo contém os dados sobre a quantidade de favelas para a região Sul.

Tabela 13d: Frequência e porcentagem de favelas na região Sul

Região	Frequência	Porcentagem
Campo Limpo	188	24,07
Capela do Socorro	43	5,51
Grajaú	73	9,35
Cidade Ademar	129	16,52
Ipiranga	36	4,61
Jabaquara	62	7,94
M'Boi Mirim	85	10,88
Jardim São Luís	83	10,63
Parelheiros	37	4,74
Santo Amaro	39	4,99
Vila Mariana	6	0,77
Total	781	100,00

Fonte: Listagem de Favelas do Município de São Paulo - SEHAB/ HABI 2008
Elaboração: Sempla/Dipro

Segundo os dados da tabela acima, em 2008, as subprefeituras de Campo Limpo e de Cidade Ademar são as que mais têm favelas e a de Vila Mariana a que menos tem.

As tabelas a seguir trazem dados acerca do número de moradores por domicílio na cidade de São Paulo. A tabela 14 contém as informações para todas as regiões paulistanas.

Tabela 14: Domicílios segundo número de moradores por região em 2000

Região	1 ou 2	%	3 a 5	%	6 ou mais	%	Total
Centro	85769	57,97	56516	38,20	5670	3,83	147955
Leste	289010	27,09	659615	61,82	118303	11,09	1066928
Norte	144504	31,20	273045	58,96	45584	9,84	463133
Oeste	158355	36,27	244753	56,05	33532	7,68	436640
Sul	276068	29,94	553385	60,02	92545	10,04	921998
Total	953706	31,41	1787314	58,86	295634	9,74	3036654

Fonte: IBGE - Censo 2000. Elaboração: Sempla/Dipro

Segundo os dados da tabela acima, aproximadamente 60% dos domicílios de São Paulo são habitados por três a cinco pessoas. Nos bairros situados no centro da cidade, são menos pessoas por domicílio – de uma a duas. Pouco menos de 10% dos moradores se aglutinam em seis ou mais pessoas numa mesma residência.

A tabela abaixo traz dados sobre número de moradores por domicílio para a região Leste.

Tabela 14a: Domicílios segundo número de moradores na região Leste

Subprefeitura/Distrito	1 ou 2	%	3 a 5	%	6 ou mais	%	Total
Aricanduva	23971	30,79	47065	60,46	6810	8,75	77846
Cidade Tiradentes	11236	22,54	31369	62,94	7235	14,52	49840
Ermelino Matarazzo	14971	26,23	36134	63,31	5971	10,46	57076
Guaianases	5873	22,86	16031	62,39	3791	14,75	25695
Lajeado	8710	21,43	25724	63,28	6214	15,29	40649
Itaim Paulista	21239	22,58	59680	63,45	13143	13,97	94063
Itaquera	24056	23,54	65245	63,84	12896	12,62	102197
José Bonifácio	7005	24,22	18461	63,82	3459	11,96	28925
Mooca	41141	40,70	54371	53,78	5583	5,52	101095
Penha	42215	30,54	83465	60,38	12557	9,08	138237
São Mateus	22360	22,07	66157	65,31	12775	12,61	101292
São Miguel	15933	24,76	39979	62,13	8433	13,11	64345
Jardim Helena	8410	22,94	23118	63,06	5130	13,99	36659
Vila Prudente/	23620	32,53	43677	60,15	5316	7,32	72610
Sapopemba	18270	23,91	49139	64,32	8990	11,77	76399
Zona Leste	289010	27,09	659615	61,82	118303	11,09	1066928

Fonte: IBGE - Censo 2000. Elaboração: Sempla/Dipro

Conforme os dados da tabela 14a, a subprefeitura da Mooca tem pouco mais de 40% de seus moradores vivendo sozinhos ou com mais uma pessoa; em todas as subprefeituras e distritos envolvidos, mais de 50% das residências têm de três a cinco moradores. Chama a atenção as subprefeituras de Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista e os distritos de Lajeado e Jardim Helena, que atingem por volta de 15% de moradias com seis ou mais habitantes por moradia.

A tabela 14b expõe esses dados para a região Norte.

Tabela 14b: Domicílios segundo número de moradores na região Norte

Subprefeitura	1 ou 2	%	3 a 5	%	6 ou mais	%	Total
Freguesia	28510	26,39	67004	62,02	12517	11,59	108031
Casa Verde	25105	28,43	53773	60,90	9414	10,66	88292
Jaçanã	18911	26,84	42978	61,00	8566	12,16	70455
Vila Maria	27833	31,40	52265	58,96	8549	9,64	88648
Santana	44145	40,99	57025	52,94	6538	6,07	107708
Zona Norte	144504	31,20	273045	58,96	45584	9,84	463134

Fonte: IBGE - Censo 2000. Elaboração: Sempla/Dipro

Os dados da tabela acima indicam que em Santana pouco mais de 40% das moradias são habitadas por uma ou duas pessoas, como na região Leste, a maioria das pessoas em todas as unidades territoriais verificadas na Zona Norte, vivem em conjuntos de três a cinco pessoas.

O número de moradores por domicílio na região Oeste é apresentado na tabela 14c.

Tabela 14c: Domicílios segundo número de moradores na região Oeste

Subprefeitura	1 a 2	%	3 a 5	%	6 ou mais	%	Total
Butantã	32997	30,36	65013	59,82	10666	9,81	108676
Perus	6261	21,64	18974	65,57	3703	12,80	28938
Pinheiros	52288	51,80	45130	44,71	3527	3,49	100945
Pirituba	29447	26,84	69302	63,17	10963	9,99	109712
Lapa	37362	42,28	46334	52,43	4673	5,29	88369
Zona Oeste	158355	36,27	244753	56,05	33532	7,68	436640

Fonte: IBGE - Censo 2000. Elaboração: Sempla/Dipro

A subprefeitura de Pinheiros, conforme os dados da tabela acima, é a única do município de São Paulo cuja maioria de habitantes vive em residências de um a dois habitantes; Perus e Pirituba têm mais de 60% de seus habitantes vivendo em moradias de três a cinco pessoas; Perus, Pirituba e Butantã têm aproximadamente 10% de suas moradias com seis ou mais habitantes.

Por fim, a tabela 14d traz os dados sobre número de moradias por residência para a região Sul.

Tabela 14d: Domicílios segundo número de moradores na região Sul

Subprefeitura/distrito	1 a 2	%	3 a 5	%	6 ou mais	%	Total
Campo Limpo	35234	25,39	87516	63,05	16044	11,56	138794
Capela do Socorro	16096	25,41	40285	63,61	6954	10,98	63335
Grajaú	18465	21,25	56246	64,74	12168	14,01	86879
Cidade Ademar	24663	24,63	63009	62,93	12449	12,43	100121
Ipiranga	42357	32,92	76086	59,13	10225	7,95	128668
Jabaquara	21004	33,16	36515	57,65	5819	9,19	63338
M'Boi Mirim	15002	23,00	41590	63,75	8646	13,25	65238
Jardim São Luís	18075	27,10	41146	61,69	7476	11,21	66697
Parelheiros	6122	21,56	17686	62,28	4591	16,17	28399
Santo Amaro	25731	37,26	39317	56,93	4019	5,82	69067
Vila Mariana	53319	47,84	53989	48,44	4154	3,73	111462
Zona Sul	276068	29,94	553385	60,02	92545	10,04	921998

Fonte: IBGE - Censo 2000. Elaboração: Sempla/Dipro

Segundo os dados da tabela 14d, a subprefeitura de Vila Mariana tem quase metade de seus habitantes morando sozinhos ou com mais alguém. No outro extremo, Parelheiros e Grajaú são os locais que concentram por volta de 15% de seus moradores em habitações com mais de seis pessoas.

f. Saúde

Os dados referentes ao número de hospitais e leitos no município de São Paulo estão na tabela 15.

Tabela 15: Hospitais, leitos e coeficiente por rede em 2008

	Hospitais	%	Leitos	%
Municipal	17	8,10	3.187	9,37
Estadual	38	18,10	10.769	31,65
Particular	155	73,81	20.072	58,99
MSP	210	100	34.028	100

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação/CEInfo e Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES Elaboração: Sempla/Dipro

Segundo a tabela 15, a rede hospitalar paulistana é formada principalmente pela rede particular. Quase três quartos dos hospitais e quase 60% dos leitos são oferecidos por essa rede. As tabelas a seguir trazem o número de hospitais, leitos e Unidades de atendimento Básico de Saúde (UBS), do ano de 2008, por região. A tabela 16 contempla as regiões em conjunto.

Tabela 16: Hospitais, leitos e UBS por região em 2008

Região	Hospital	%	Leito	%	UBS	%
Sé	37	17,62	7.458	21,92	10	2,34
Leste	51	24,29	6197	18,21	169	39,58
Norte	23	10,95	3876	11,39	59	13,82
Oeste	39	18,57	6.555	19,26	53	12,41
Sul	60	28,57	9942	29,22	136	31,85
MSP	210	100	34028	100	427	100

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação/CEInfo e Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES. Elaboração: Sempla/Dipro

Segundo os dados da tabela 16, a região Sul é a que apresenta maior número de hospitais e de leitos e é a segunda em número de UBS. A Zona Leste é a que tem maior número de UBS e a segunda em número de hospitais.

A tabela abaixo traz esses dados para a região Leste.

Tabela 16a: Hospitais, leitos e UBS na região Leste em 2008

Subprefeitura/Distrito	Hospital	%	Leitos	%	UBS	%
Aricanduva/Formosa/Carrão	3	5,88	129	2,08	8	4,73
Cidade Tiradentes	1	1,96	228	3,68	12	7,10
Ermelino Matarazzo	4	7,84	416	6,71	11	6,51
Guaianases	1	1,96	305	4,92	5	2,96
Lajeado	1	1,96	45	0,73	9	5,33
Itaim Paulista	3	5,88	337	5,44	15	8,88
Itaquera	3	5,88	975	15,73	21	12,43
José Bonifácio	1	1,96	31	0,50		0,00
Mooca	19	37,25	2.157	34,81	11	6,51
Penha	4	7,84	494	7,97	18	10,65
São Mateus	2	3,92	280	4,52	22	13,02
São Miguel	4	7,84	319	5,15	14	8,28
Jardim Helena	1	1,96	32	0,52		0,00
Vila Prudente/Sapopemba	4	7,84	449	7,25	23	13,61
Zona Sul	51	100,00	6197	100	169	100,00

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação/CEInfo e Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES. Elaboração: Sempla/Dipro

Pode-se verificar na tabela 16b, que a subprefeitura da Mooca tem quase 40% dos hospitais da região Leste, com aproximadamente 35% dos leitos. Já no que diz respeito ao número de Atendimento Básico à Saúde destacam-se as subprefeituras de Vila Prudente, São Mateus e Itaquera.

A tabela 16b traz a frequência e a porcentagem referentes a esses dados para a região Norte.

Tabela 16b: Hospitais, leitos e UBS na região Norte em 2008

Subprefeitura	Hospital	%	Leito	%	UBS	%
Casa Verde	3	13,04	421	10,86	12	20,34
Freguesia	1	4,35	198	5,11	15	25,42
Jaçanã	4	17,39	1.335	34,44	12	20,34
Santana	10	43,48	1.375	35,47	7	11,86
Vila Maria	5	21,74	547	14,11	13	22,03
Zona Norte	23	100	3876	100	59	100,00

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação/CEInfo e Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES. Elaboração: Sempla/Dipro

Pelos dados da tabela acima, pode-se observar que a subprefeitura de Santana concentra parte importante dos hospitais e divide essa concentração com a subprefeitura de Jaçanã, no que diz respeito a leitos; resta para as demais subprefeituras ter de 20 a 25% de UBS.

Os dados a respeito do atendimento hospitalar da região Oeste estão na tabela abaixo.

Tabela 16c: Hospitais, leitos e UBS na região Oeste em 2008

Subprefeitura	Hospital	%	Leito	%	UBS	%
Butantã	9	23,08	1.299	20	14	26,42
Lapa	10	25,64	865	13	10	18,87
Perus	0	0,00	0	0	5	9,43
Pinheiros	15	38,46	3.593	55	6	11,32
Pirituba	5	12,82	798	12	18	33,96
Zona Oeste	39	100	6.555	100	53	100

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação/CEInfo e Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES. Elaboração: Sempla/Dipro

Chamam a atenção na tabela acima dois dados: a concentração de hospitais e leitos na subprefeitura de Pinheiros e a ausência desse tipo de atendimento na subprefeitura de Perus.

Por fim, a tabela 16d apresenta esses dados em relação à região Sul.

Tabela 16d: Hospitais, leitos e UBS na região Sul em 2008

Subprefeitura/distrito	Hospital	%	Leito	%	UBS	%
Campo Limpo	1	1,67	12	0,12	24	17,65
Capela do Socorro	2	3,33	160	1,61	16	11,76
Grajaú	1	1,67	276	2,78	0	0,00
Cidade Ademar	0	0,00	0	0,00	18	13,24
Ipiranga	8	13,33	1.207	12,14	17	12,50
Jabaquara	6	10,00	916	9,21	6	4,41
M'Boi Mirim	3	5,00	668	6,72	33	24,26
Parelheiros	0	0,00	0	0,00	9	6,62
Santo Amaro	10	16,67	1.419	14,27	5	3,68
Vila Mariana	29	48,33	5.284	53,15	8	5,88
Zona Sul	60	100	9942	100	136	100

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação/CEInfo e Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES. Elaboração: Sempla/Dipro

Tal como nas outras regiões, as subprefeituras de maior índice de desenvolvimento humano concentram os hospitais e número de leitos; no caso da região Sul, isso ocorre na subprefeitura de Vila Mariana; os que apresentam IDH baixos têm maior número de Unidade de Atendimento Básico à Saúde: M'Boi Mirim e Campo Limpo.

As próximas tabelas trazem dados acerca da porcentagem por mortalidade por causas externas na cidade. A tabela a seguir traz os dados para as regiões em conjunto.

Tabela 17: Mortalidade por causas externas em 2008

Região	Acidentes de Transito	%	Homicídios	%	Suicídios	%	outras *	%	total	
Sé	27	14,59	30	16,22	32	17,30	96	51,89	185	100
Leste	355	16,17	386	17,59	591	26,92	863	39,32	2195	100
Norte	139	17,84	165	21,18	64	8,22	411	52,76	779	100
Oeste	133	21,59	111	18,02	51	8,28	321	52,11	616	100
Sul	273	16,12	463	27,33	113	6,67	845	49,88	1694	100
Total	927	16,95	1155	21,12	851	15,56	2536	46,37	5469	100

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo/PRO-AIM. Elaboração: SMDU/Dipro

* Afogamento, queda, choque elétrico, exposição a fogo e demais causas externas

Quase metade das mortes no município de São Paulo por causas externas é devida a afogamento, queda, choque elétrico, exposição ao fogo e outras não nomeadas; a porcentagem de suicídio é próximo ao da porcentagem de acidentes de trânsito e é por volta de 5 pontos percentuais a menos do que a porcentagem de homicídios. A região Oeste tem maior proporção de acidentes de trânsito do que os outros tipos de causas, com exceção das ‘outras causas’; a região Sul é a que proporcionalmente apresenta maior número de vítimas de homicídio e a região Leste, a de suicidas.

A tabela a seguir apresenta esses dados para a região Leste.

Tabela 17a: Mortalidade por causas externas, em 2008, na região Leste

Subprefeitura/Distrito	Acidentes de trânsito	%	Homicídios	%	Suicídios	%	Outras	%	Total
Aricanduva	29	24,58	17	14,41	7	5,93	65	55,08	118
Cidade Tiradentes	23	25,00	21	22,83	8	8,70	40	43,48	92
Ermelino Matarazzo	13	14,94	23	26,44	12	13,79	39	44,83	87
Guaianases	9	26,47	10	29,41	1	2,94	14	41,18	34
Lajeado	22	28,95	12	15,79	6	7,89	36	47,37	76
Itaim Paulista	36	19,78	44	24,18	18	9,89	84	46,15	182
Itaquera	34	19,10	40	22,47	15	8,43	89	50,00	178
José Bonifácio	16	33,33	7	14,58	6	12,50	19	39,58	48
Mooca	31	20,67	26	17,33	13	8,67	80	53,33	150
Penha	38	17,12	46	20,72	17	7,66	121	54,50	222
São Mateus	36	20,81	46	26,59	17	9,83	74	42,77	173
São Miguel	11	11,34	29	29,90	7	7,22	50	51,55	97
Jardim Helena	20	33,90	16	27,12	4	6,78	19	32,20	59
Vila Prudente/Sapopemba	37	16,02	49	21,21	12	5,19	133	57,58	231
Zona Leste	355	16,17	386	17,59	591	26,92	863	39,32	2195

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo/PRO-AIM. Elaboração: SMDU/Dipro

Na Zona Leste, segundo os dados da tabela acima, a segunda maior causa de morte por causa externa é o suicídio: quase 27%. Ermelino Matarazzo e José Bonifácio são os distritos dessa região nas quais isso é mais frequente. O número de homicídios é maior nas subprefeituras de São Miguel e Guaianases. Há mais mortes, proporcionalmente, por acidentes de trânsito nos distritos de José Bonifácio e Jardim Helena. As subprefeituras de Vila Prudente, de Aricanduva, Mooca e Penha têm a maior proporção de mortes devido a outras causas externas.

A tabela 17b mostra os dados referentes às mortes por causa externa para a região Norte.

Tabela 17b: Mortalidade por causas externas, em 2008, na região Norte

Subprefeitura	Acidentes de trânsito	%	Homicídios	%	Suicídio	%	Outras	%	total
Casa Verde	26	16,05	36	22,22	10	6,17	90	55,56	162
Freguesia	29	14,87	47	24,10	20	10,26	99	50,77	195
Jaçanã	29	20,71	32	22,86	13	9,29	66	47,14	140
Santana	28	21,05	18	13,53	14	10,53	73	54,89	133
Vila Maria	27	18,12	32	21,48	7	4,70	83	55,70	149
Zona Norte	139	17,84	165	21,18	64	8,22	411	52,76	779

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo/PRO-AIM. Elaboração: SMDU/Dipro

Para a Zona Norte, a segunda causa de morte por causas externas é a que ocorre por homicídio e a última é por suicídio. Com exceção da subprefeitura de Santana, as demais apresentam de 20 a 25% de mortes devidas a homicídios; em Santana, ocorre uma proporção maior de acidentes de trânsito. Vila Maria e Casa Verde são as subprefeituras de maior proporção de mortes devidos a outras causas externas.

Os dados da Zona Oeste para as mortes devidas às causas externas estão na tabela 17c.

Tabela 17c: Mortalidade por causas externas, em 2008, na Zona Oeste

Subpref.	Ac. de Trâns.	%	Homicídio	%	Suicídios	%	Outras (3)	%	Total
Butantã	26	16,56	34	21,66	18	11,46	79	50,32	157
Lapa	23	23,00	21	21,00	9	9,00	47	47,00	100
Perus	12	21,82	14	25,45	1	1,82	28	50,91	55
Pinheiros	14	16,67	10	11,90	13	15,48	47	55,95	84
Pirituba	58	26,36	32	14,55	10	4,55	120	54,55	220
Total	133	21,59	111	18,02	51	8,28	321	52,11	616

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo/PRO-AIM. Elaboração: SMDU/Dipro

Segundo os dados da tabela acima, a segunda maior causa externa de morte na região Oeste é o atropelamento e a terceira, homicídio. A primeira causa, como em todas as demais regiões, é a morte por outras causas externas. Proporcionalmente, as subprefeituras de Butantã e Pinheiros têm menos mortes devidas a atropelamentos; os homicídios são mais presentes proporcionalmente em Perus e o suicídio em Pinheiros. A tabela a seguir traz esses dados para a região Sul.

Tabela 17d: Mortalidade por causas externas, em 2008, na região Sul

Subpref./distrito	Acidente de trânsito	%	Homicídios	%	Suicídios	%	Outras	%	total
Campo Limpo	41	14,75	94	33,81	20	7,19	123	44,24	278
Capela do Socorro	16	14,81	31	28,70	3	2,78	58	53,70	108
Grajaú	25	13,89	50	27,78	10	5,56	95	52,78	180
Cidade Ademar	31	17,22	60	33,33	9	5,00	80	44,44	180
Ipiranga	39	20,10	33	17,01	13	6,70	109	56,19	194
Jabaquara	18	15,38	25	21,37	8	6,84	66	56,41	117
M'Boi Mirim	58	17,06	115	33,82	21	6,18	146	42,94	340
Parelheiros	13	15,12	25	29,07	8	9,30	40	46,51	86
Santo Amaro	11	11,83	19	20,43	9	9,68	54	58,06	93
Vila Mariana	21	17,80	11	9,32	12	10,17	74	62,71	118
Zona Sul	273	16,12	463	27,33	113	6,67	845	49,88	1694

Fonte: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo/PRO-AIM. Elaboração: SMDU/Dipro

Os dados da tabela 17d indicam que a segunda causa externa predominante na região Sul é devida a homicídios e a última é o suicídio. As subprefeituras de maior incidência de acidentes de Trânsito são: Ipiranga, Cidade Ademar, M'Boi Mirim e Vila Mariana. A maior proporção de homicídios ocorre em Campo Limpo, Cidade Ademar e M'Boi Mirim; os suicídios são mais comuns na Vila Mariana, que também concentra as mortes pelas outras causas.

A tabela 18 traz as taxas de mortalidade geral e infantil de 1980, 1991, 2000 e 2008.

Tabela 18: Taxas de mortalidade geral e infantil nos anos 1980, 1991, 2000 e 2008

Taxas	1980	1991	2000	2008
Taxa de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	6,78	6,52	6,53	6,02
Taxa de Mortalidade Infantil ⁽²⁾	50,62	26,03	15,80	11,99

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE Informações dos Municípios Paulistas IMP
Elaboração: SMDU/Dipro

(1) Por mil habitantes

(2) Por mil nascidos vivos

Conforme se pode notar pelos dados da tabela 18, a taxa de mortalidade geral tem permanecido baixa de 1980 a 2000, quando comparada com a taxa de mortalidade infantil, que caiu acentuadamente.

A tabela 19 contém a frequência e a porcentagem das causas dos óbitos nos anos de 2000 e 2008.

Tabela 19: Óbitos dos residentes no município de São Paulo, segundo a causa, de 2000 a 2008

Anos	2000		2008	
	N.A	%	N.A	%
Doenças do Aparelho Circulatório	20.816	32,75	21.302	36,48
Tumores (Câncer)	10.776	16,95	12.614	21,60
Doenças do Sistema Nervoso	1.041	1,64	1.821	3,12
Doenças do Aparelho Respiratório	6.604	10,39	7.732	13,24
Doenças do Aparelho Digestivo	3.429	5,39	3.677	6,30
Algumas Doenças Infeciosas	3.171	4,99	2.755	4,72
Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	2.835	4,46	2.801	4,80
Causas Perinatais	1.788	2,81	1.117	1,91
Doenças do Aparelho Geniturinário	1.281	2,02	1.437	2,46
Mal Definidas	736	1,16	1.007	1,72
Outras doenças ⁽¹⁾	604	0,95	749	1,28
Transtornos Mentais	678	1,07	782	1,34
Anomalias Congênitas	631	0,99	592	1,01
Causas Naturais	54.390	85,57	58.386	91,47
Homicídio	5.978	9,40	1.305	2,04
Acidente de Trânsito	1.168	1,84	994	1,56
Suicídios	425	0,67	416	0,65
Outras causas externas ⁽²⁾	1.601	2,52	2.727	4,27
Causas Externas	9.172	14,43	5.442	8,53
Total de Óbitos Município de São Paulo	63.562	100	63.828	100

Elaboração: SMDU/Dipro

2) Afogamento, queda, choque elétrico e demais causas externas

N.A.- Número de acidentes

Segundo a tabela 19, quase todas as origens de mortalidade por causas naturais aumentaram de 2000 a 2008 e as mortes devidas, sobretudo a homicídio diminuíram

significativamente; a principal causa de morte são as doenças cardíacas seguidas pelas mortes devidas ao câncer.

Síntese das Informações Demográficas:

Conforme os dados expostos nesta parte do Diagnóstico Rápido e Participativo:

- a) em 2010, a Região Leste era a que tinha o maior número de Conselhos Tutelares.
- b) a Região Leste apresentou, em 2010, Conselhos Tutelares localizados em subprefeituras/distritos de menor IDH da cidade; nessa região, Lajeado e Jardim Helena tinham os indicadores mais baixos. A Região Sul também apresentou essas características, mas possuía subprefeituras com IDH médios. A Região Leste tendia ser a mais homogênea quanto às variáveis avaliadas pelo Indicador de Desenvolvimento Humano do que a Região Sul.
- c) Pelas estimativas para o ano de 2010, as Regiões Leste e Sul tinham as maiores populações; como a Região Sul tem a maior área, sua densidade populacional não está entre as mais altas. As maiores densidades populacionais estão nas Regiões Central e Leste.
- d) No ano de 2007, a Região Central apresentou, entre os seus habitantes, a maior porcentagem com ensino superior, enquanto a Região Leste a maior porcentagem de analfabetos e com ensino fundamental incompleto.
- e) A renda per capita para o município cresceu de 2002 a 2007; os melhores salários são da área de serviços.
- f) Em 2007, a maior porcentagem de trabalhadores que ganhavam até 3 salários mínimos estava na Região Leste e a Região Oeste apresentou o maior percentual dos que ganhavam mais de 10 salários mínimos.
- g) No ano de 2008, a Região Sul tinha o maior número de favelas da cidade, quase a metade do total; boa parte delas localizada em Campo Limpo.
- h) Em 2008, a Região Sul tinha o maior número de leitos hospitalares, destacando-se a subprefeitura de Vila Mariana, com quase metade dos hospitais dessa região; a Região Norte tinha o menor número de leitos hospitalares.
- i) No ano de 2008, a Região Sul apresentou a maior quantidade de homicídios e a Região Leste o maior número de suicídios.

II- Informações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes

1 - Informações Gerais sobre a rede

Segundo o conselheiro entrevistado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), há por volta de 1500 entidades cadastradas; por volta de 200 abrigos; poucas dessas entidades são relacionadas à questão do abuso e da violência sexual (esse trabalho é mais complexo). A maioria trabalha com projeto sócio educativo e são organizações não governamentais.

As entidades que estão cadastradas no CMDCA podem ser localizadas no site da prefeitura: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/Conselhos/cmdca/organizacoes/

Na tabela 20, encontram-se as frequências e as porcentagens dessas instituições por tipo e por região.

Tabela 20: Entidades cadastradas no CMDCA por tipo e por região

Instituições	Centro	Leste	Norte	Oeste	Sul	Total
Acolhimento Institucional (Abrigo)	12 (5,2)	62 (27)	29 (12,6)	46 (20)	81 (35,2)	230
Apoio Sócio Educativo	40 (10,9)	99 (27)	35 (9,5)	78 (21,3)	115 (31,3)	367
Apoio e Orientação Sócio Familiar	3 (9,4)	5 (15,6)	3 (9,4)	11(34,4)	10(31,3)	32
Aprendiz	13(20,6)	8(12,7)	13(20,6)	13(20,6)	16(25,4)	63
Centro de Educação Infantil (CEI)	46(5,7)	261(32,1)	110(13,5)	113(13,9)	283(34,8)	813
Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRECA)	1(9,1)	2(18,2)	2(18,2)	1(9,1)	5(45,5)	11
Centro para Criança e o Adolescente	21(11,7)	73(40,8)	24(13,4)	28(15,6)	33(18,4)	179
Liberdade Assistida	0(0)	3(21,4)	7(50)	1(7,1)	3(21,4)	14
Núcleo de Proteção Psicossocial Especial	0(0)	6(46,2)	6(46,2)	1(7,7)	0(0)	13
Núcleo Sócio Educativo	3(1,3)	57(25,6)	27(12,1)	33(14,8)	103(46,2)	223
Total	139(7,1)	576(29,6)	256(13,2)	325(16,7)	649(33,4)	1945

¹ Os números de serviços, registrados na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, principalmente os conveniados, são maiores, porque há algumas organizações que possuem mais de um serviço.

Conforme os dados da tabela 20, as regiões com maiores populações e áreas – Sul e Leste – têm um maior número de serviços vinculados ao CMDCA. Na região Leste, destacam-se as porcentagens de Centros para Criança e Adolescente e de Núcleos de Proteção Psicossocial Especial; na região Norte, há também uma porcentagem alta desse Núcleo de Proteção Psicossocial e metade das entidades que lidam com Liberdade Assistida. Na região

Oeste destacam-se as entidades de Apoio e Orientação Sócio Familiar. Na Zona Sul, há porcentagens maiores de quase todos os tipos de instituições.

O entrevistado do CMDCA avalia que há muito o que fazer com o auxílio dessas entidades e que gostaria que fossem mais participativas, que das 1500 entidades conveniadas pelo menos metade estivesse mais presente, mas esse número não chega nem a 10. Além disso, segundo ele, deveria ter a participação da sociedade não organizada (cidadão comum), como ocorreu, por exemplo, nos movimentos sociais presentes nas ‘diretas já’, ‘candelária’ etc.

2- Gestão interna de cada órgão/programa/serviço

a) Infraestrutura

O imóvel do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é próprio e o da Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) é locado. Para os Conselhos Tutelares a tabela abaixo traz as informações.

Tabela 21: Tipo de imóvel dos Conselhos Tutelares

Tipo de Imóvel	Quantidade	Proporção
Próprio	2	0,2
Cedido	5	0,5
Locado	3	0,3
Total	10	1,0

Conforme os dados da tabela 21, metade dos Conselhos Tutelares visitados tem imóvel cedido que acrescentados aos dois que têm imóvel próprio permite inferir relativa segurança quanto à continuidade de seu trabalho no local.

No que se refere aos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, o Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae (CNRVV) e o Projeto Quixote têm imóvel próprio e a Rede Criança tem imóvel locado.

A Delegacia da Mulher tem imóvel próprio.

Quanto à infraestrutura, a SMADS considera que o espaço físico, o mobiliário e os equipamentos são adequados; já o CMDCA, considera que o espaço deva ser ampliado frente à demanda crescente e que os móveis e equipamentos são adequados. Já os Conselheiros Tutelares entrevistados não estão satisfeitos com a infraestrutura, conforme demonstram os dados das tabelas seguintes.

Tabela 22: Respostas dos Conselheiros Tutelares em relação à suficiência da Infraestrutura dos Conselhos

Tipo de resposta	Física	Mobiliário	equipamento
Afirmativa	9	9	3
Negativa	5	4	10
Não respondeu	1	2	2
Total	15	15	15

Os dados da tabela 22 indicam que os conselheiros entrevistados julgam, em sua maioria, o espaço físico e o mobiliário suficientes, o mesmo não ocorrendo com os equipamentos: a maior parte dos conselheiros pensa que deveria haver mais microcomputadores.

A tabela abaixo apresenta os dados referentes às respostas dos Conselheiros quanto à adequação da infraestrutura dos Conselhos.

Tabela 23: Respostas dos Conselheiros Tutelares em relação à adequação da Infraestrutura dos Conselhos

Tipo de resposta	Física	Mobiliário	Equipamento
Afirmativa	3	5	2
Negativa	7	5	8
Total	10	10	10

Pode-se verificar pelos dados da tabela 23 que os entrevistados acham, em sua maioria, que o espaço físico e os equipamentos não são adequados e metade que o mobiliário não o é. Quanto ao espaço físico, alegam precisar de mais salas individuais para garantir sigilo nas entrevistas, de acesso para pessoas com deficiência e de salas em melhores condições.

Já o Mobiliário é considerado velho; reclamam da falta de arquivos, mas a principal reclamação é a de computadores obsoletos; não conseguem utilizar o programa *Sistema de Informações para Crianças e Adolescentes* (SIPIA) com o qual poderiam organizar melhor seus dados.

Os entrevistados dos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias do CNRVV e do Projeto Quixote estão satisfeitos com o espaço físico, com o mobiliário e com o equipamento disponível. O mesmo não ocorre com a Rede Criança, pois embora tenha sala para atender a demanda, há uma queixa de carência de material lúdico-pedagógico e salas adequadas para o atendimento de crianças.

A Delegada entrevistada afirmou que o espaço de atendimento da sua Delegacia da Defesa da Mulher é muito pequeno e que faltam microcomputadores. Os móveis são adequados e suficientes.

b) Profissionais Disponíveis:

A equipe da Proteção Social Especial da SMADS conta com 15 técnicos das seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Pedagogia. Enquanto o CMDCA possui uma equipe técnica que analisa registros: Psicóloga e Assistente social. Segundo o entrevistado desse Conselho, precisariam de uma equipe técnica para analisar o FUNCAD e fazer análise de projetos; possuem também 20 e poucos funcionários de carreira e estagiários.

A tabela 24 traz dados relativos aos Conselhos Tutelares,

Tabela 24: Suficiência e adequação dos profissionais disponíveis nos Conselhos Tutelares

Resposta	Suficientes	Adequados
Sim	3	6
Não	7	4
Total	10	10

Pode-se observar pelos dados da tabela acima que a maioria dos entrevistados diz não serem suficientes os profissionais existentes e quase a metade que não são adequados.

A próxima tabela mostra os profissionais existentes e os que os conselheiros entrevistados julgaram ser necessário contratar. As frequências dessa tabela se referem à soma dos profissionais disponíveis e requisitados em todos os Conselhos Tutelares, que foram pesquisados para este trabalho.

Tabela 25: Profissionais disponíveis e requisitados nos Conselhos Tutelares

Categorias Profissionais	Profissionais disponíveis	Profissionais requisitados
Auxiliar Técnico Administrativo	6	6
Motorista	7	3
Ajudante de Limpeza	3	3
Segurança	3	1
Um funcionário sem função	1	0
Secretaria/recepcionista	0	1

Nota-se, pelos dados da tabela acima, que o profissional mais requisitado é o auxiliar técnico administrativo, em seguida enfatizam a necessidade de motorista e de ajudante de limpeza.

A tabela a seguir traz o número de profissionais disponíveis nos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR).

Tabela 26: Profissionais disponíveis nos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR)

Categorias Profissionais	Total CNRVV	Total Quixote	Total Rede criança
Psicólogo	10	4	4
Assistente social	2	2	6
Administrativo	4	0	2
Psiquiatra	1	0	0
Apoio	0	1	5
Coordenação	2	1	2
Educador	0	0	4
Motorista	0	0	0
Oficineiros (oficinas de futebol, de matemática,...)	0	3	0
Total	19	11	23

Os dados da tabela 26 revelam que os profissionais existentes em maior número nos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR) são psicólogos, em segundo lugar, encontram-se os assistentes sociais e os profissionais da administração.

Na Delegacia de Defesa da Mulher - DDM visitada trabalham cinco escritãs, duas delegadas, quatro investigadores e um carcereiro, todos efetivos. Segundo a Delegada e a Coordenadora entrevistadas, a demanda é muito grande devido às pessoas, que não têm muito acesso à informação, normalmente serem orientadas a buscar as DDMs para vários tipos de problemas; acham necessária a contratação de mais profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, para orientar o público.

c) Rotina de trabalho

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social tem o horário de funcionamento das 8:00 às 20:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Nos Conselhos Tutelares, o horário de funcionamento é das 8:00 às 18:00 horas, com plantão à noite. Em geral, ficam quatro conselheiros durante o dia e um à noite, fazem rodízio; em alguns dos Conselhos o plantão é feito por celular.

Quanto aos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR), o CNRVV e o Quixote atendem das 8:00 às 21:00 horas e a Rede Criança das 8:00 às 19:00 horas.

A Delegacia da Defesa da Mulher funciona de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 19:00 horas.

d) Procedimentos de planejamento e monitoramento

No CMDCA, o planejamento é feito por gestão. Em todo início de gestão, para nortear o processo.

Em três dos Conselhos Tutelares, não há planejamento; em quatro há planejamento de escalas de atendimento e plantão e em dois há reunião de colegiado para decisões.

Quanto aos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR), o quadro 3 traz a forma de realização para cada um deles.

Quadro 3: Formas de Realização de Planejamento dos Programas Cuidar

Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR).	Forma de realização
CNRVV	Por meio de avaliações periódicas, com discussão de casos semanais pela equipe, além de avaliação do tratamento no ano anterior tentando suprir as lacunas reveladas no relatório anual.
Quixote	Projetos terapêuticos individualizados com cada criança.
Rede Criança	Planejamento mensal, Reunião com todos os profissionais e avaliação do tratamento.

A Delegada entrevistada nos informou que não há planejamento; atendem a demanda imediata.

Na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, o planejamento é bianual; por meio do Plano Municipal da Assistência Social da cidade de São Paulo é tornada pública a política da assistência construída juntamente com servidores, dirigentes, trabalhadores sociais, organizações sociais sem fins lucrativos e sociedade civil. No CMDCA, esse planejamento também é bianual, ocorreu em 2008 e o último em 2010 .

A tabela abaixo indica a periodicidade do Planejamento dos Conselhos Tutelares

Tabela 27: Periodicidade de Planejamento dos Conselhos Tutelares

Diário	Semanal	Quinzenal	Mensal	Semestral	Anual
3	4	1	2	-	-

Segundo a tabela 27, a maior parte dos Conselhos Tutelares realiza suas reuniões de planejamento diariamente ou semanalmente; em todos eles, há pelo menos uma reunião por mês.

Os Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR) têm reuniões semanais de planejamento.

A SMADS, juntamente com os Conselhos de Direito, especialmente o COMAS e CMDCA, são os responsáveis pelo monitoramento do plano municipal de enfrentamento ao abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes. Cabe a esses órgãos acompanhar e monitorar as ações dos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR).

No CMDCA, os responsáveis são todos os conselheiros. O presidente tem o ‘voto de Minerva’ quando há empate, mas em geral todos têm igual responsabilidade.

Na maioria dos Conselhos Tutelares visitados – sete – os responsáveis pelo monitoramento é o colegiado, para dois deles é o CMDCA. As avaliações são feitas, na maior parte dos Conselhos visitados, nas reuniões de colegiado.

No que se refere aos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR), no CNRVV, no Projeto Quixote e na Rede Criança, os coordenadores são os responsáveis pelo monitoramento e avaliação internos. No CNRVV, o monitoramento é feito mediante a avaliação das diferentes áreas (atendimento, prevenção, formação, pesquisa e parcerias) por meio da análise comparativa entre os resultados esperados e alcançados; no Quixote, o planejamento do atendimento de cada

criança se dá por meio de construção de projeto terapêutico em reunião semanal e supervisão clínica com toda a equipe por meio de avaliação de cada caso, e na Rede Criança, são feitos em conjunto com os outros profissionais e ocorre no cotidiano.

3-Resultados alcançados por eixo temático

a) Eixo: Análise da Situação

Os entrevistados da SMADS e do CMDCA julgam necessário haver um sistema de registro/arquivo para monitoramento de informações de enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. A exemplo do SisRua – Sistema de Monitoramento para pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo da SMADS. Este sistema está ligado aos serviços para atendimento à população em situação de rua.

Pouca informação chega ao CMDCA, segundo o entrevistado, a maioria vai para os Conselhos Tutelares. Isso porque muita gente desconhece o que é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, falta a sociedade conhecer melhor esse órgão. Antigamente o disque denúncia passava as informações para esse Conselho, isso não ocorre mais.

Para o entrevistado do CMDCA, um dia o quadro com informações estatísticas estará completo, isso se houver debate de políticas públicas e da demanda e não questões ideológicas. A sociedade civil está cobrando que o SIPIA tem de funcionar nos Conselhos Tutelares, assim todos os dados estariam disponíveis na internet para quem quisesse conferir. No site, ainda segundo o entrevistado, além dessas informações (que são dados que eles não recebem dos Conselhos Tutelares, pois quase tudo é feito à mão), poderia constar a exposição das leis de garantia do direito da criança e do adolescente. Para ele, é importante que essas informações sejam públicas.

Com essas informações, conforme o entrevistado do CMDCA, poderíamos pensar em políticas públicas, nas quais deveríamos investir mais, a partir da demanda. Portanto, se houvesse o armazenamento adequado dessas informações, poderiam ser feito estudos, estatísticas, planejamento das políticas públicas e monitoramento do que ocorre nas diferentes regiões. A sociedade e os próprios conselheiros deveriam pedir e cobrar que o SIPIA seja usado (de fato, vários conselheiros reclamaram que não podem utilizar este programa, tendo em vista que seus microcomputadores não conseguem processá-lo, mas que seria importante utilizá-lo).

Segundo o entrevistado do CMDCA, as fontes de informação mais frequentes sobre violência sexual são: Conselho Tutelar, Delegacia, Sistema de Saúde e Disque 100; recebem também informações, mas com menos frequência de: escolas, associações comunitárias, Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual (CUIDAR) e de abrigos. Ele disse que houve pesquisa/diagnóstico sobre a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes no município, realizado pela Rede Criança, pelo CNRVV/*Sedes Sapientae* e por outras organizações. O objetivo dessa pesquisa/diagnóstico foi elaborar um diagnóstico para avaliar onde se faz a política pública e qual a necessidade real dela. Não superou plenamente a problemática estudada; segundo o entrevistado, o que tem permitido avanços é a ação contra a pedofilia (CPI de pedofilia que houve na Câmara Municipal em 2009), lá foi elaborado um relatório muito bom no sentido de se ter ações políticas mais eficazes.

Conforme argumentou, esses projetos recebem pouquíssima verba, o que mostra mais uma vez a contradição entre o discurso e a prática. A demanda existe, mas não há recursos. A sociedade deveria bancar esse tipo de projeto e não deixar que o dinheiro que seria usado nisso volte para a conta do governo. Geralmente os programas socioeducativos, esportivos e de qualificação profissional são os que mais recebem recursos.

A entrevistada da SMADS desconhece pesquisa específica na área, mas pretende aplicar verba requerida para fazer uma pesquisa.

A tabela 28 traz a porcentagem média dos atendimentos, nos Conselhos Tutelares, de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no ano passado.

Tabela 28: Frequência média das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atendidos em 2009 nos Conselhos Tutelares pesquisados

Tipo de violência	Denunciados	Atendidos	Acompanhados	Desligados
Intrafamiliar	16	16	7	5
Extrafamiliar	14	9	5	4
Exploração sexual	2	2	1	1
Pornografia infantil	2	0	0	0
Turismo sexual	1	0	0	0
Total	35	27	13	10

Segundo os dados da tabela 28, o abuso sexual intra e extrafamiliar foram os casos mais frequentemente encaminhados para os Conselhos Tutelares em 2009; quase não há encaminhamento dos tipos ‘exploração sexual’, ‘pornografia infantil’ e ‘turismo sexual’. A maior parte dos casos é atendida, e desses, boa parte é acompanhada. Deve-se lembrar que se

trata da média da frequência e que, em geral, foram estimativas dadas pelos conselheiros. De todo modo, cabe mencionar que se os dados da tabela acima se referem à estimativa de um Conselho Tutelar, pois os dados se referem à média, como são 37 Conselhos no município de São Paulo, no ano passado, podemos estimar ter havido 1295 denúncias.

As estimativas de porcentagem (em média) dos dados referentes à faixa etária das vítimas de violência sexual atendidas pelos Conselhos Tutelares encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 29: Média da Porcentagem estimada da faixa etária das vítimas da violência sexual atendidas pelos Conselhos Tutelares

Tipo de violência	0 – 6 anos	7 -12 anos	13 -17 anos
Abuso sexual intrafamiliar	34	51	15
Abuso sexual extrafamiliar	32	29	39
Exploração sexual (prostituição)	0	8	92
Pornografia infanto juvenil	20	40	40
Turismo sexual	0	0	100

Lembrando que, conforme os dados da tabela anterior, quase não houve casos das três últimas categorias atendidas pelos Conselhos Tutelares, verifica-se que a incidência da violência sexual intrafamiliar é maior na faixa de 7 a 12 anos, e a extrafamiliar é maior entre os adolescentes, e não são desprezíveis nessas categorias a violência dirigida às crianças pequenas. Como era de se esperar, as últimas categorias também se referem mais aos adolescentes.

A tabela 30 traz os dados dos Conselhos Tutelares sobre a violência sexual em relação ao sexo das vítimas.

Tabela 30: Porcentagem estimada da violência sexual contra crianças e adolescentes, por sexo, segundo os conselheiros tutelares

Tipo de violência	Feminino	Masculino
Abuso sexual intrafamiliar	71,5	28,5
Abuso sexual extrafamiliar	78	22
Exploração sexual (prostituição)	82	18
Pornografia infanto-juvenil	80	20
Turismo sexual	100	0

Segundo as estimativas dos conselheiros entrevistados, as vítimas da violência sexual são em geral do sexo feminino e a maior incidência de violência sexual contra os meninos é a intrafamiliar.

Os locais de ocorrência mais frequentes dos diversos tipos de violência sexual e os correspondentes Índices de Desenvolvimento Humano do distrito ao qual pertencem, segundo informações dos entrevistados dos Conselhos Tutelares, estão no quadro 4:

Quadro 4: Localidades de ocorrência mais frequentes dos diversos tipos de violência sexual, segundo os Conselheiros Tutelares entrevistados, IDH dos distritos ao qual pertencem

Tipos de violência	Região	Distrito	IDH - Distrito	Local
Intrafamiliar	Zona Sul	Grajaú	0,42	Fundão e Cantinho do Céu
Intrafamiliar	Zona Sul	Grajaú	0,42	Terminal Varginha
Intrafamiliar	Zona Sul	Grajaú	0,42	Vila Natal
Intrafamiliar	Zona Leste	Ponte Rasa	0,49	Ponte Rasa
intra e extrafamiliar	Zona Sul	Jabaquara	0,53	Americanópolis
Intra e extrafamiliar	Zona Sul	Jardim Ângela	0,40	Jardim Ângela
Intra e extrafamiliar	Zona Sul	Jardim Ângela	0,40	Jardim Vera Cruz
Intra e extrafamiliar	Zona Sul	Jardim Ângela	0,40	Jardim Aracati
Intra e extrafamiliar	Zona Sul	Jabaquara	0,53	Vila Campestre
Intra e extrafamiliar	Zona Sul	Jabaquara	0,53	Jardim Oriental
Intra e extrafamiliar	Zona Sul	Vila Mariana	0,76	Vila Mariana
Intra e extrafamiliar	Zona Norte	Brasilândia	0,43	Brasilândia
Intra e extrafamiliar	Zona Norte	Jabaquara	0,53	Vila Clara
Intra e extrafamiliar	Zona Norte	Tucuruvi	0,62	Jardim Leonor
Intra e extrafamiliar	Zona Norte	Vila Guilherme	0,55	Vila Santa Catarina
Intrafamiliar e Exploração Sexual	Zona Leste	Raposo Tavares	0,51	Ermelino Matarazzo
Extrafamiliar	Zona Leste	Erm. Matarazzo	0,46	Jardim Keralux
Extrafamiliar e exploração sexual	Zona Sul	Interlagos	0,63	Av. Robert Kennedy
Exploração sexual	Zona Sul	Moema	0,88	Ibirapuera
Exploração sexual	Zona Sul	Moema	0,88	Indianópolis
Turismo sexual	Zona Sul	Jabaquara	0,53	Metrô Jabaquara

Antes de comentar esse quadro, cabe lembrar que não visitamos todos os Conselhos Tutelares: os dados acima referem-se a 10 CTs; além disso, cabe mencionar que nem todos os entrevistados discriminaram os locais mais frequentes desses tipos de violência sexual. Assim, o que se apresenta no quadro não diz respeito a todos os lugares onde mais frequentemente esses atos ocorrem, mas àqueles que foram recordados espontaneamente; portanto, se não podemos

afirmar, a partir desses dados, todos os locais paulistanos onde a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre, os dados indicam regiões onde isso, segundo a recordação dos entrevistados, acontece.

Nota-se no quadro, que os distritos nos quais só mencionam a ocorrência da violência sexual intrafamiliar ou somente a violência extrafamiliar tendem a ter Índices de Desenvolvimento Humano muito baixos, quando há além desse tipo de violência também o de violência extrafamiliar os distritos tendem a ter um IDH baixo. A única região mencionada associada ao turismo sexual – metrô Jabaquara – tem um IDH baixo, e as regiões de exploração sexual apresentam índices baixos a elevados. Assim, parece que o tipo de violência tende a variar dependendo das condições de vida dos distritos, avaliadas pelo IDH. Distritos com IDH mais baixo tendem a ter violência sexual intra ou extrafamiliar e os com IDH melhor tendem a ter a exploração sexual. Para refletir esses dados convém lembrar que alguns conselheiros mencionam que: 1) as pessoas que têm melhores condições financeiras tendem a não procurar os Conselhos Tutelares para resolver seus problemas; e 2) quando há alguma denúncia contra pessoas de boas condições financeiras, é difícil para os conselheiros investigá-las, pois há pessoas que impedem de chegar até eles. Por isso, não cabe associar a violência sexual contra crianças e adolescentes unicamente com pessoas de condições financeiras mais precárias; além disso, cabe ressaltar que o fato de regiões nobres de São Paulo estarem associadas com a exploração sexual de crianças e de jovens indica que é um fenômeno que expressa a subjugação de uma classe social por outra.

A violência sexual intrafamiliar normalmente ocorre, segundo os conselheiros entrevistados, de segunda a sexta, no período entre 6 e 18 horas, ou seja, durante o horário comercial, enquanto a extrafamiliar, a exploração sexual e o turismo sexual tendem a ocorrer no fim de semana, em qualquer horário.

Os locais de origem mais frequentes de moradia das vítimas, de acordo com os entrevistados, e os Índices de Desenvolvimento Humano dos distritos aos quais pertencem são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5: Origem das vítimas que recorrem aos Conselhos Tutelares

Tipo de violência	Locais	IDH-Distrito
Intrafamiliar	Raposo Tavares	0,51
Intra e extrafamiliar	Americanópolis	0,53
Intra e extrafamiliar	Brasilândia e Freguesia do Ó	0,53
Intra e extrafamiliar	Cidade Tiradentes	0,45
Intra e extrafamiliar	Jardim Ângela	0,40
Intra e extrafamiliar	Jardim Aracati	0,40
Intra e extrafamiliar	Jardim Vera Cruz	0,40
Intra e extrafamiliar	Lajeado	0,40
Intra e extrafamiliar	Parque Novo Mundo	
Intra e extrafamiliar	Vila Clara	0,53
Intra e extrafamiliar	Vila Campestre	0,53
Intra e extrafamiliar	Vila Santa Catarina	0,55
Intra e extrafamiliar e exploração sexual	Fundão e Cantinho do Céu	0,42
Intra e extrafamiliar e exploração sexual	Jardim Oriental	0,53
Intra e extrafamiliar e exploração sexual	Terminal Varginha	0,42
Intra e extrafamiliar e exploração sexual	Vila Natal	0,42

Cabem para os dados do quadro 5 as mesmas observações sobre seus limites feitas em relação ao quadro anterior. Quanto aos locais de origem das vítimas da violência sexual infanto-juvenil, pode-se dizer, segundo o quadro acima, que em geral têm Índices de Desenvolvimento Humano muito baixos ou baixos. Não há distinção entre tipos de violência e os indicadores de desenvolvimento humano, quando é a origem da vítima que está em questão.

A tabela 31 contém dados sobre as condições socioeconômicas das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, segundo os Conselheiros Tutelares.

Tabela 31: Condições socioeconômicas das famílias das crianças e adolescentes em situação de violência sexual (percentual estimado)

Categorias de violência sexual	Sem rendimento	Até 2 salários	De 2 a 5 salários
Abuso sexual intrafamiliar	25	70	5
Abuso sexual extrafamiliar	21	68	11
Exploração sexual	70	30	0

Segundo os dados da tabela 31, para os conselheiros consultados, a faixa de renda das famílias das vítimas raramente ultrapassa os dois salários mínimos, mas, segundo um deles, há exceções que não chegam ao Conselho Tutelar, pois quando a renda é maior, eles preferem algum tipo de atendimento pago do que o encaminhamento ao CT, tendo uma exposição menor. Até mesmo nas regiões mais pobres, há preconceito que também dificulta a chegada do caso ao Conselho Tutelar. Conforme alega um conselheiro, é mais difícil detectar casos nas classes de melhor poder aquisitivo; há dificuldades de ter acesso ao apartamento de prédios de classe média ou rica, onde há suspeitas de violência sexual, pois o porteiro e o síndico barram a entrada. Da tabela 31, cabe ressaltar também que as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual tendem a vir de famílias ainda mais pobres,

Os principais autores da violência sexual intrafamiliar, segundo os conselheiros entrevistados, são os pais e os padrastos, mas também primos, avós e tios. Alguns conselheiros disseram que o pai é o agressor na maior parte dos casos, com muito mais frequência do que os padrastos, esses são mais associados com maus tratos, o que também ocorre em relação às madrastas. Segundo alguns dos entrevistados, mães e madrastas, por vezes, são coniventes porque o pai/padrasto sustenta a família e/ou porque são ameaçadas. Quando a violência sexual é extrafamiliar, os autores indicados foram: vizinhos, amigos da família, líderes da igreja, 'tio' da perua escolar, adolescentes, namorados adultos. Há poucos casos de exploração sexual.

A Delegada da Delegacia da Mulher que entrevistamos, disse que, em geral, quem vem acompanhar a vítima de violência sexual é a família, principalmente a mãe. Segundo ela, raramente os Conselhos Tutelares tomam conhecimento do que ocorre com os menores de 18 anos antes das Delegacias. A maior parte das vítimas atendidas encontra-se na faixa etária de zero a seis anos. Na DDM na qual trabalha, só foram atendidos casos de abusos sexuais, e nenhum nas outras categorias perguntadas; a maior parte das vítimas é do sexo feminino. Não sabe informar os locais mais frequentes, pois são muito variados. Quanto ao período de ocorrência informou que é bem diversificado.

Outro fato curioso também destacado pela Delegada é que por falta de informação, muitas mães chegam a suspeitar que qualquer infecção urinária, vermelhidão ou corrimento que a criança apresente, foi caso de violência sexual, e como, normalmente, os pais são separados e o pai fica com a criança no final de semana, as mães aparecem na DDM com um pouco mais de frequência na segunda-feira. Mas a delegada ressaltou que em parte dos casos não é nada e as mães, antes mesmo de levar a um médico, levam à Delegacia, acusando os ex-companheiros. Na violência intrafamiliar a autoria é em geral do pai/padrasto; já a violência extrafamiliar é de autoria de vizinhos geralmente mais velhos e desconhecidos; no caso da violência intrafamiliar,

o nível socioeconômico é de no máximo dois salários mínimo, no caso da violência extrafamiliar, é variado.

A coordenadoria das Delegacias da Mulher de São Paulo nos forneceu dados em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos anos; são números referentes a boletins de ocorrência. A tabela abaixo traz esses dados, por região, para o ano de 2009.

Tabela 32: Frequência de Boletins de Ocorrências do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP) sobre vítimas menores de 18 anos, no ano de 2009, por tipo de queixa

Região	Estupro A.C.	Estupro A.D.	Total estupro	Atentado AC	Atentado AD	Total Atent. Viol. pudor	Total Viol. sexual
Centro	31	9	40	27	8	35	75
Leste	95	5	100	83	3	86	186
Norte	26	0	26	13	0	13	39
Oeste	21	4	25	34	5	39	64
Sul	68	3	71	56	8	64	135
Total	241	21	262	213	24	237	499

*AC: autoria conhecida

AD: autoria desconhecida

Fonte: Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher-DGP

Segundo os dados da tabela 32, pouco mais da metade das queixas de violência sexual contra menores de 18 anos, em 2009, refere-se a estupro; o atentado violento ao pudor também foi bastante frequente. As categorias – autoria conhecida (AC) e autoria Desconhecida (AD) – nos permitem afirmar que, no que se refere a crianças e jovens, que a maior parte da violência é perpetrada por pessoas conhecidas, e chama a atenção que na região central a proporção de violência sexual com autoria desconhecida é maior do que nas outras regiões.

As regiões de maior incidência desse tipo de violência são a Zona Leste e a Zona Sul, que conforme descrevemos na introdução deste relatório possuem populações maiores e condições econômicas piores do que as outras regiões da cidade. Em quase todas as regiões é maior a frequência de estupro em relação ao atentado violento ao pudor; na Zona Oeste, ocorre o oposto. Chama a atenção também a frequência de violência sexual contra crianças no centro ser maior do que nas Zonas Oeste e Norte, uma vez que sua população é muito menor.

A tabela 33 contém os dados fornecidos pelo Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP), para os anos de 2007, 2008 e 2009.

Tabela 33: Frequência de Boletins de Ocorrências do DECAP sobre vítimas menores de 18 anos nos anos de 2007, 2008 e 2009

Ano	Estupro	%	Tentativa de estupro	%	Atentado viol. pudor	%	Total viol. Sexual
2007	110	35	6	2	194	63	310
2008	155	39	7	2	240	60	402
2009	262	52	5	1	237	47	504
Média	175,7	43	6,0	1	223,7	55	405,3

Fonte: Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher-DGP

Pode-se observar pela tabela acima que o total de queixas de violência sexual cresceu de 2007 a 2009 em mais de 60%, e que se as denúncias de atentado violento ao pudor decresceu em relação ao total, a frequência de indicações de estupro aumentou; isso pode ser entendido, todavia, pela alteração no Código Penal que ampliou a gama de delitos considerados como estupro. Antes o crime de estupro era só contra mulheres e era tratado como crime contra os costumes, agora pode envolver também homens como vítimas. De todo modo, a frequência de boletins de ocorrência relacionados com a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes aumentou.

Para ampliar nossa consulta em relação aos Boletins de Ocorrência, utilizamos dados fornecidos pelo INFOCRIM-SSP, registrados de 2006 a 2010 (em 2010, os dados se referem até meados do ano), no tocante à violência sexual sobre crianças e adolescentes. São dados valiosos, tanto quanto os anteriores, e como todos dados possuem limites; no caso, destacamos as entrevistas da Delegada já citada e o entrevistado de um movimento social.

A Delegada alega, como vimos, que parte das queixas feitas não tem fundamento; já o membro-fundador do movimento social Pacto-São Paulo destaca: “há desestimulação das Delegacias de Polícia para a abertura de Boletins de Ocorrência. Tratam o caso como de menor potencial ofensivo, responsabilizando muitas vezes a criança e o adolescente pelo abuso sofrido. O medo e a omissão dos familiares e da sociedade contribuem para a perpetuação dos abusos”. A Delegada julga que esses dados superestimam o fenômeno, o líder do movimento social, que é subestimado. Isso não retira o valor desse tipo de documento, que com outros deve compor o diagnóstico; de outro lado, isso indica que é necessário atuar junto aos órgãos de segurança pública para se discutir o assunto para que os boletins sejam feitos com a frequência necessária, ao mesmo tempo minimizando o que efetivamente não é suspeita de violência cometida.

Optamos em apresentar os dados fornecidos pelo INFOCRIM-SSP de maneira sintética para termos uma melhor perspectiva de conjunto. Assim, os dados de 2006 a 2010 foram considerados conjuntamente, o que também permite aumentar a precisão da análise. Para as

tabelas a seguir, as categorias de violência sexual: ‘escrito obsceno’, ‘mediação a lascívia’, ‘posse sexual mediante fraude’, ‘rufianismo’ e ‘sedução’ foram retiradas por apresentar baixas frequências de ocorrência; outras categorias foram unidas: assédio sexual e assédio sexual (216-A); atentado violento ao pudor e atentado/pudor mediante fraude; ato obsceno e ato obsceno (233); estupro, estupro (213) e estupro de vulnerável (217-A); favorecimento prostituição vulnerável (218-B); favorecimento da prostituição e favorecimento da prostituição (218), casa de prostituição; rapto, rapto consensual, rapto consensual (220), rapto violento ou mediante fraude; para termos uma apresentação mais concisa. Assim, para essas tabelas, com exceção da próxima que considerou todos os Boletins de Ocorrência, o total geral desses Boletins foi um pouco abaixo do que o apresentado nas planilhas fornecidas pelo INFOCRIM-SSP.

A tabela abaixo apresenta a frequência, a média e o desvio padrão do número de boletins de ocorrência por região.

Tabela 34: Frequência de Boletins de Ocorrência de violência sexual contra menores de 10 anos, de 2006 a maio de 2010, média e desvio padrão por região

Região	Nº Distrito Policial	Total região	Média	Desvio padrão
Centro	7	365	52,14	10,82
Leste	34	3615	106,32	60,53
Norte	13	1600	123,08	61,78
Oeste	12	1139	94,92	77,90
Sul	27	3264	120,89	96,15
Total	93	9983	99,47	61,44

Fonte: INFOCRIM-SSP

Conforme os dados da tabela 34 pode-se observar que a Zona Sul e a Zona Leste têm um maior número de Delegacias de Polícia e um maior número de Boletins de Ocorrência referentes à violência sexual contra criança e adolescente, no entanto, em média, a Zona Norte é a que registra maior número de B.Os por Delegacia; há de se notar também que a Zona Sul apresenta um maior desvio padrão, o que implica que há Delegacias nesta região que recebem uma frequência alta de boletins de ocorrência e outras uma baixa frequência. Já a Zona Leste, ainda que apresente frequência maior do que a Sul, é mais homogênea. Conforme se pode recordar, na tabela 32, a Zona Norte tinha menos frequência de denúncias do que o revelado por esta tabela, que a põe em destaque pela média, mas nessa última tabela, considerou-se uma maior quantidade de tipos de queixas, conforme verificaremos em tabelas seguintes.

A seguir apresentamos os dados da INFOCRIM-SSP em relação à faixa etária das vítimas.

Tabela 35: Frequência de Boletins de Ocorrência relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por faixa etária

Categorias	0-6 anos	7-12 anos	13-17 anos	total
Assédio sexual	1	6	41	48
Atentado ao pudor	1493	1976	922	4391
Ato obsceno	28	176	176	380
Prostituição	1	3	35	39
Corrupção de menores	2	11	10	23
Estupro	898	1419	1720	4037
Estupro tentado	45	91	160	296
Importunação ofensiva ao pudor	31	298	334	663
Rapto	2	4	33	39
Satisfação de lascívia	9	30	9	48
Total	2510	4014	3440	9964

Fonte: INFOCRIM-SSP

Os dados da tabela 35 evidenciam que as denúncias de delitos mais frequentes são as de estupro e de atentado ao pudor. Nota-se também que categorias de violência sexual, tais como exploração sexual (prostituição) e tráfico de pessoas (rapto), que quase não apareciam nas fontes anteriores, apresentam, também por essa fonte, uma baixa incidência em relação ao total; talvez esse tipo de violência seja muito subestimado. Sobre isso, o entrevistado do Movimento social Pacto-São Paulo declarou: “Os grupos de aliciamento e o rufianismo para a exploração sexual de crianças e adolescentes são bem articulados e contam com apoio da polícia e de pessoas influentes na sociedade que mantêm a exploração sexual na cidade. Esses grupos formam uma rede de pessoas que lucram com o trabalho sexual, principalmente de adolescentes, garotos “mixes” e “garotas de programa”. Combater estes grupos é muito difícil, devido à cobertura e à proteção que têm”.

Segundo os dados dessa tabela, na faixa etária de 7 a 12 anos há maior ocorrência do tipo atentado ao pudor, enquanto o maior número de Boletins de Ocorrência referentes ao estupro encontra-se na faixa etária de 13 a 17 anos; as categorias de exploração sexual e rapto também ocorrem predominantemente nessa faixa etária. Há de se realçar que o número de registros de ocorrências na faixa etária de 0 a 6 anos não é pequeno, correspondendo a aproximadamente um quarto do total.

A tabela 36 traz os dados do INFOCRIM-SSP em relação ao sexo da vítima da violência sexual dos menores de idade atingidos por essa forma de violência.

Tabela 36: Frequência de Boletins de Ocorrências relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por sexo

Categorias	Feminino	Masculino	Sem reg.	total
Assédio sexual	47	1	0	48
Atentado ao pudor	3079	1120	192	4391
Ato obsceno	311	53	16	380
Prostituição	30	6	3	39
Corrupção de menores	18	5	0	23
Estupro	3448	432	157	4037
Estupro tentado	282	8	6	296
Importunação ofensiva ao pudor	559	79	25	663
Rapto	38	1	0	39
Satisfação de lascívia	34	13	1	48
Total	7846	1718	400	9964

Fonte: INFOCRIM-SSP

Tal qual os dados dos Conselhos Tutelares, a maior parte das vítimas da violência sexual, de acordo com os boletins de ocorrência, em menores de 18 anos, ocorre com o sexo feminino (79%) e isso acontece em todas as categorias de violência. Cabe notar também que se a frequência de queixas de atentado ao pudor é quase três vezes maior para as meninas do que para os meninos, o estupro é pouco mais de oito vezes maior para as meninas. O rapto ocorre praticamente somente com as meninas e a exploração sexual (prostituição) é cinco vezes mais frequente para as meninas quando comparadas com os meninos.

Na tabela 37, encontram-se os dados da frequência de boletins de ocorrência de violência sexual por ano do período de 2006 a meados de 2010.

Tabela 37: Frequência de Boletins de Ocorrências relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, por ano

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	total
Assédio sexual	13	6	11	11	7	48
Atentado pudor	961	983	1383	1064	0	4391
Ato obsceno	64	95	118	103	0	380
Prostituição	7	3	0	11	18	39
Corrupção de menores	0	0	0	17	6	23
Estupro	468	503	592	1247	1227	4037
Estupro tentado	90	63	71	72	0	296
Importunação ofensiva ao pudor	119	133	156	159	96	663
Rapto	13	15	4	4	3	39
Satisfação de lascívia	0	0	0	15	33	48
Total	1735	1801	2335	2703	1390	9964

Fonte: INFOCRIM-SSP

Os dados da tabela 37 revelam que a frequência de boletins de ocorrência da violência contra as crianças e os jovens aumentou de 2006 a 2010. A frequência de denúncias de estupro em 2010 é alarmante, tendo em vista que só estão computados dados de cinco meses deste ano; o aumento de queixas sobre estupro de 2008 a 2009, conforme já se notou na análise dos dados da coordenadoria das Delegacias da mulher, parece se dever a maior amplitude da definição jurídica de estupro, que fez incluir atos que anteriormente eram entendidos de outra maneira. O número de registros de exploração sexual (prostituição) é pequeno em relação ao total, mas durante o período investigado mais do que duplicou.

A seguir, destacaremos os dados para o Estado de São Paulo e para a cidade de São Paulo fornecidos pelo Disque-100, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. De maio de 2003 a maio de 2010, o número de denúncias paulistas foi 16444, o que reflete a média de denúncias de 41,29 para grupo de 100 mil habitantes. Esse indicador permite classificar São Paulo como o penúltimo dos 27 estados na proporção de denúncias feitas para esse serviço. Das 16.444 denúncias do estado de São Paulo, 5.465 denúncias foram do município de São Paulo, o que representa aproximadamente um terço do total. Em 2010 (janeiro a maio) foram recebidas e encaminhadas 1.467 denúncias do estado de São Paulo e 576 do município de São Paulo, aproximadamente 40%.

A tabela abaixo apresenta a frequência e a proporção das denúncias dos tipos de violência no Brasil e na cidade de São Paulo; deve-se lembrar que uma denúncia pode se referir a mais de

um tipo de violência, por isso os totais da tabela abaixo são superiores ao do número de denunciante.

Tabela 38: Tipo de violência registrada no período de maio de 2003 a maio de 2010

Tipo de Violência Registrada	Brasil	% Brasil	São Paulo (capital e município)	% São Paulo
Exploração Sexual	22.178	12	2546	8
Negligência	62.342	34	12191	38
Pornografia	868	1	201	1
Tráfico de Crianças e Adolescentes	367	0	48	0
Violência Física e Psicológica	61.785	34	11607	36
Abuso Sexual	34.776	19	5275	17
Total	182316	100	31868	100

Fonte: disque 100

Conforme se pode verificar na tabela 38, se considerarmos em conjunto as categorias ‘exploração sexual’ e ‘abuso sexual’, observaremos que o Brasil tem seis pontos percentuais a mais do que a cidade de São Paulo (31% para o Brasil e 25% para a cidade de São Paulo), enquanto em relação à negligência e maus-tratos ocorre o inverso: São Paulo apresenta proporções maiores nessas categorias do que o Brasil. Apesar disso, em ambos os casos, as maiores frequências de tipo de violência registradas são negligência e violência física e psicológica; abuso sexual vem em terceiro lugar, com uma frequência expressiva, com a exploração sexual em seguida. Quase não há registro para pornografia e tráfico de crianças e adolescentes. Comparados com as informações de outras fontes – Conselhos Tutelares, Programas Cuidar, DDMs e INFOCRIM – chama a atenção que a exploração sexual seja denunciada em 8% do total dos casos no disque 100 e que esse tipo de violência sexual é quase ausente naquelas fontes.

Apresentaremos a seguir os dados das três ONGs referentes aos Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual (Cuidar) – CNRVV (Zona Norte e Zona Oeste), Projeto Quixote (Zona central – Jabaquara, Ipiranga e Vila Mariana) e Rede Criança (Zona Leste e Zona Sul), responsáveis pelas cinco regiões de São Paulo e os dados das cinco escolas visitadas.

Os cinco serviços executados por três organizações dos Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual (Cuidar) atuam em

Políticas de Proteção Social Especial. As atividades realizadas pelos três dizem respeito a: mobilização e prevenção, atendimento/acompanhamento, capacitação/palestras; o CNRVV e o Projeto Quixote também se dedicam a estudos e pesquisas. O CNRVV faz supervisão de profissionais da rede de polos.

O quadro 6 traz as áreas de atendimento dos cinco Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR).

Quadro 6: Áreas do município que os Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) atendem

	Áreas	Bairros que atendem
CNRVV	Zona Norte e Zona Oeste	Distritos: Limão, Casa Verde, Brasilândia, Freguesia do Ó, Anhanguera, Jaraguá, São Domingos, Pirituba, Santana, Tucuruvi, Tremembé, Tucuruvi, Mandaqui, Vila Medeiros, Vila Guilherme, Vila Maria. Bairros: Jaguaré, Vila Leopoldina, Lapa, Barra Funda, Perdizes, Jaraguá, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Butantã, Vila Sonia, Morumbi, Alto de Pinheiros, Pinheiros, Jardim Paulista, Distrito de Perus, Itaim Bibi.
Quixote	Sudeste	Distrito Jabaquara: Americanópolis • Cidade Domitila • Cidade Leonor • Cidade Vargas • Jabaquara • Jardim Bom Clima • Jardim Clélia • Jardim Itacolomi • Jardim Jabaquara • Jardim Lourdes • Jardim Mendes Gaia • Jardim Metropolitano • Jardim Oriental • Jardim São Martinho • Jardim Scaff • Jardim Sul São Paulo • Jardim Vila Rica • Vila Babilônia • Vila Campestre • Vila Clara • Vila da Saúde • Vila do Encontro • Vila Facchini • Vila Guarani • Vila Imperial • Vila Jabaquara • Vila Mascote • Vila Mira • Vila Parque Jabaquara • Vila Paulista • Vila Santa Catarina Distrito do Ipiranga: Alto do Ipiranga • Ipiranga • Vila Carioca • Vila Dom Pedro I • Vila Firmiano Pinto • Vila Independência • Vila Monumento • Vila Santa Eulália • Vila São José Distrito de Vila Mariana: Chácara do Castelo, Chácara Klabin, Conjunto dos Bancários, Jardim Aurélia, Jardim da Glória, Jardim Lutfala, Jardim Vila Mariana, Paraíso, Vila Afonso Celso, Vila Clementino e Vila Mariana
Rede criança	Zona Sul e Zona Leste	Campo Limpo, Santo Amaro, Grajaú, Jardim Ângela, Cidade Ademar, Parelheiros, São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Tatuapé, Jardim Helena, Móoca, Aricanduva, São Mateus, Cidade Tiradentes, Sapopemba, Vila Prudente, Itaquera, Penha.

Como pode se notar pelas informações do quadro 6, os cinco programas não têm atuação superposta e abrangem toda a cidade.

Segundo os entrevistados dos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar), raramente a família ou a própria vítima são a origem da demanda, essa provem principalmente das áreas da justiça, da Saúde, dos Conselhos Tutelares, dos Abrigos.

Os dados dos atendimentos, acompanhamento pelo Centro de Referência e Valorização da Vida (CNRVV) e pelo projeto Quixote, em 2009, estão na tabela a seguir.

Tabela 39: Frequência de atendimento e de acompanhamento do CNRVV e do Projeto Quixote

Tipo de Violência	Atendimento		Acompanhamento	
	CNRVV	Quixote	CNRVV	Quixote
Abuso sexual intrafamiliar	76	48	24	48
Abuso sexual extrafamiliar	51	16	7	16
Exploração sexual (prostituição)	03	6	1	6

Verifica-se pelos dados do CNRVV e do Quixote a mesma tendência analisada nos dados anteriores, o maior número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes refere-se ao abuso sexual intrafamiliar, seguido pelo extrafamiliar; há poucas pessoas que são atendidas devido à exploração sexual.

A Rede Criança atendeu, em 2009, 235 casos de crianças e adolescentes de abuso sexual intrafamiliar/extrafamiliar na Zona Sul.

Segundo os dados desses Serviços, a faixa etária mais frequente dos que atendem é a de sete a 12 anos para o abuso sexual intra e extrafamiliar, já para a exploração sexual, a maior frequência ocorre dos 13 aos 17 anos. Quanto ao sexo da vítima, o CNRVV e o Quixote informam que a violência sexual intrafamiliar ocorre, na maior parte das vezes, com as meninas; no caso da violência sexual extrafamiliar há aproximadamente metade de cada sexo; para a exploração sexual, segundo CNRVV, é mais frequente o sexo masculino, e segundo o Quixote, o sexo feminino. Os dados da Rede Criança informam que na Zona Leste e na Zona Sul há maior frequência de vítimas do sexo feminino. Comparados com os dados do Infocrim-SSP apresentados anteriormente, verifica-se que a faixa etária que sofre mais violência sexual é a de

adolescentes (13-17 anos) e o sexo feminino é o mais atingido; claro, são dados distintos, quer pela forma de coleta, quer pela classificação, mas talvez se possa lançar a hipótese de que se julgue – os que encaminham as crianças para os Serviços de Proteção - que os adolescentes e as meninas precisem menos de atendimento do que os de menor idade e os meninos; caberia investigar.

Segundo o CNRVV, nas regiões que atuam – Norte e Oeste, os bairros nos quais há maior ocorrência dos diversos tipos de violência sexual estão no Quadro 7:

Quadro 7: Bairros onde ocorreram a violência e Índice de Desenvolvimento Humano dos distritos aos quais pertencem na Zona Norte e na Zona Oeste

Tipo de violência	Bairros	IDH distrital
Abuso sexual intrafamiliar	Água Fria,	0,67
	Cambuci,	0,53
	Centro.	0,50
	Jaguare,	0,57
	B. Limão,	0,53
	Mandaqui,	0,59
	Perus,	0,44
	Piqueri,	
Pompeia,	0,76	
Abuso sexual Intrafamiliar e extrafamiliar	Brasilândia	0,43
	Butantã	0,72
	Cachoeirinha	0,46
	Casa Verde	0,53
	Freguesia do Ó	0,53
	Jaçanã	0,47
	Lapa	0,66
	Pirituba	0,53
Tremembé	0,49	
Abuso sexual Intrafamiliar e exploração sexual	Parada de Taipas	0,44
Abuso sexual Intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual	Jaraguá	0,44
Abuso sexual Extrafamiliar	Santana	0,67
	Tucuruvi	0,62
	Vila Guilherme	0,55
Exploração sexual (prostituição)	Perus.	0,44

Segundo as informações do Quadro 7, os bairros onde ocorreram violência sexual intra e extrafamiliar contra menores de 18 anos, atendidos pelo CNRVV, estão em distritos com Índices

de Desenvolvimento Humano muito baixo, baixo e médio. As crianças e jovens atendidos pelo CNRVV parecem viver em lugares mais ricos do que os que procuram os Conselhos Tutelares. Já as vítimas da exploração sexual o foram em bairro que tem IDH mais baixo do que os mencionados pelos Conselhos Tutelares.

Conforme as informações da Rede Criança, na Zona Sul, os principais bairros onde ocorrem o abuso intrafamiliar são Jardim Ângela e Campo Limpo e na Zona Leste, Itaquera e Penha.

As próximas três tabelas trazem dados acerca das condições socioeconômicas das famílias das vítimas, segundo tipo de violência, segundo as informações do CNRVV, do Projeto Quixote e da Rede Criança.

Tabela 40a: Rendimento das famílias das vítimas de violência sexual atendidas pelo CNRVV

CNRVV			
Tipo de violência	Sem rendimento	Até 2 salários	De 2 a 5 salários
Abuso sexual intrafamiliar	12%	52%	36%
Abuso sexual extrafamiliar	12%	62%	26%
Exploração sexual	0%	33,5%	66,5%

Tabela 40b: Rendimento das famílias das vítimas de violência sexual atendidas pelo Projeto Quixote

Quixote			
Tipo de violência	Sem rendimento	Até 2 salários	De 2 a 5 salários
Abuso sexual intrafamiliar	16%	32%	52%
Abuso sexual extrafamiliar	15%	54%	31%
Exploração sexual	33%	17%	50%

Tabela 40c: Rendimento das famílias das vítimas de violência sexual atendidas pela Rede Criança

Tipo de violência	REDE CRIANÇA LESTE			REDE CRIANÇA SUL		
	00 A 01	01 A 02	02 A 03	00 A 01	01 A 02	02 A 03
Abuso sexual Intrafamiliar	53%	30%	17%	61%	25%	14%
Abuso sexual Extrafamiliar	53%	39%	08%	52%	30%	18%
Exploração sexual	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Segundo os dados da tabela 40a, da tabela 40b e da tabela 40c verifica-se que a população atendida pelo CNRVV e pela Rede Criança tem a maior parte das vítimas de violência sexual intrafamiliar na categoria de até dois salários mínimos, enquanto o Projeto Quixote tem a maior parte de seus atendidos de vítimas desse tipo de violência localizados na faixa de 2 a 5 salários mínimos. Para o CNRVV e Projeto Quixote a exploração sexual ocorre principalmente nas famílias que têm rendimento de 2 a 5 salários mínimos. Somente para lembrar, os dados dos Conselhos Tutelares indicam que a exploração sexual ocorre principalmente nas famílias que não tinham rendimento.

No que se refere à autoria dos distintos tipos de violência, as três redes de atendimento mostram que os pais têm quase o dobro de frequência de violência sexual contra seus filhos em relação aos padrastos, apesar de esses serem autores também frequentes; ainda como autores desse tipo de violência citam avô, irmãos, primos, mas com uma frequência menor.

A seguir serão apresentados os dados do Hospital Pérola Byington, que é especializado no atendimento de vítimas de violência sexual em São Paulo. Nesses dados não foi indicada a distinção entre tipos de violência sexual dos que procuraram o hospital, e conforme será indicado na tabela relativa à idade, forneceram dados também de maiores de 18 anos, que representam 24,1% do total, e de outras localidades que não somente o município de São Paulo; não tivemos como não contabilizar esses sujeitos para as outras variáveis: sexo, ano, região; deve-se também mencionar que o total das próximas tabelas não é o mesmo, porque em alguns casos faltaram informações. A tabela 41 apresenta a frequência e a porcentagem, por sexo, desses atendimentos nos anos de 2006 a 2010 (até junho inclusive).

Tabela 41: Frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byington, no período de 2006 a 2010 (até junho inclusive), por ano e por sexo

Sexo	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Feminino	1725	1692	2024	2339	1068	8848
Masculino	195	234	306	384	199	1318
Total	1920	1926	2330	2723	1267	10166

Fonte: Núcleo do Serviço Social do Hospital Pérola Byington

Conforme os dados da tabela 41, a maior parte das vítimas atendidas pelo hospital é do sexo feminino, o que corrobora os dados exibidos, oriundos de outras fontes. Observa-se também que houve no período um aumento no número dos atendidos pelo hospital, o que corrobora a mesma tendência indicada pelos dados do DECAP e do INFOCRIM-SSP.

A tabela 42 mostra os dados desse hospital por faixa etária.

Tabela 42: Frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byington, de 2006 a 2010(até junho inclusive), por idade

Faixa Etária	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
0 a 11 anos	805	846	1103	1379	684	4817	47,4
12-17anos	540	517	668	798	376	2899	28,5
Maiores de 18anos	573	563	559	546	207	2448	24,1
Total	1918	1926	2330	2723	1267	10164	100,0

Fonte: Núcleo do Serviço Social do Hospital Pérola Byington

Segundo os dados da tabela 42, a maior parte dos atendimentos é prestada para crianças de até 11 anos de idade. Interessante notar que parece haver uma tendência de aumento do número dos atendidos durante o período examinado dos pacientes menores de 18 anos; já nos maiores de 18 anos, a tendência parece ser a inversa; não temos dados suficientes para assegurar a existência dessas tendências, mas como hipótese, e no momento apenas como hipótese, cabe supor que se a violência contra os adultos diminui isso pode provocar o incremento de violência aos menores. Esses dados indicam tendência semelhante aos fornecidos pelos Serviços: os de menor idade são proporcionalmente mais encaminhados para o atendimento, não necessariamente mais vitimados.

A seguir, serão apresentados esses dados por região.

Tabela 43: Frequência e porcentagem de atendimento no Hospital Pérola Byington, de 2006 a 2010, por região

Região	Frequência	%
Leste	2256	22,2
Norte	856	8,4
Oeste	612	6,0
Sul	1868	18,4
Centro	274	2,7
F/ Mun.	4233	41,7
Outros estados	51	0,0
Outros Países/outros	7	0,0
Total	10157	99,4

Fonte: Núcleo do Serviço Social do Hospital Pérola Byington

Das regiões do município de São Paulo, o hospital atende principalmente vítimas das regiões Sul e Leste, evidenciando a mesma tendência das outras fontes de dados.

A seguir apresentamos os dados das escolas (os dados apresentados referem-se ao conjunto de informações coligidas, consideradas relevantes para a pesquisa, junto aos gestores das escolas).

Segundo as diretoras entrevistadas a missão institucional das escolas com relação à violência sexual contra os alunos é discutir a questão, dar informações, detectar quando algo está ocorrendo, isto é, o educador deve perceber e reconhecer os sinais nos alunos desse tipo de violência; devem lutar contra o preconceito e acolher as diferenças; devem mostrar claramente aos alunos que a violência sexual é inadmissível. As escolas têm de subsidiar as famílias, nas quais ocorre a violência sexual, procurar ajuda de instituições parceiras; em primeiro lugar, acolher a criança e a família; a proposta não é punir, mas ajudar a família a enfrentar o problema.

Algumas das entrevistadas afirmaram que o abuso sexual intrafamiliar e o abuso extrafamiliar são frequentes, principalmente o primeiro; é frequente também a pornografia infanto-juvenil. Surge também a exploração sexual e o *bullying*, mas com pouca frequência. Duas entrevistadas relataram casos sobre exploração sexual, um deles sobre um filho, cujo pai o cedia para um 'amigo', outro de duas meninas de aproximadamente 10 anos que dançavam sem calcinha em uma boate em troca de dinheiro. No que se refere ao *bullying*, uma das entrevistadas verbaliza que o número de meninas agressoras no caso de *bullying* sexual e de violência física vem aumentando e que o assédio das meninas sobre os meninos também.

A indicação da faixa etária mais frequente das vítimas variou entre as entrevistadas: uma delas disse que é a de zero a seis anos, pois os maiores já sabem se virar; outra indica, para todos os tipos de violência sexual, a faixa de 12 a 17 anos, mas uma dessas alerta para o fato de que a idade em que descobrem a violência sexual é entre sete a 12 anos, no entanto a violência sexual ocorre antes dos sete anos. Uma última informa que a violência intrafamiliar e a pornografia iniciam aos sete anos e vão até os 17 anos e que a exploração sexual e o *bullying* ocorrem a partir dos 13 anos. Quanto ao sexo, as indicações também foram diversas, mas, em geral, a violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar e a exploração sexual ocorrem principalmente com meninas, enquanto o *bullying* sexual e a pornografia ocorrem igualmente para ambos os sexos.

Quando descobrem casos de violência sexual na escola (casos ocorridos na escola ou fora dela), suas dirigentes encaminham para o Conselho Tutelar. Duas das entrevistadas disseram que antes de qualquer encaminhamento tentam resolver com a família, às vezes um dos pais não sabe o que está ocorrendo e quando sabe consegue interromper a violência. Uma das diretoras alerta que se tem de tomar cuidado, pois o agressor pode processar a escola ou ser violento com quem

denúncia; a orientação que recebeu foi a de telefonar anonimamente para o Conselho Tutelar ou para a Delegacia e fazer a denúncia, esses vão até a escola procurar mais dados, incluindo o endereço da criança agredida, e intervêm. Uma delas relata o caso de um médico de um posto de saúde que examinou um aluno levado por ela, que sofrera abuso sexual, e que se recusou a dar o laudo.

Nos casos de *bullying* sexual na escola, as entrevistadas tentam orientar os alunos de acordo com a sua faixa etária, conversam com os pais e oferecem palestras com especialistas. Orientam as crianças do grupo. Falam sobre a sexualidade e o cuidado com o corpo. Os oficinairos, que via de regra atuam somente nos CEUS, fazem um trabalho em conjunto com a coordenação para cuidar caso a caso. Os alunos agressores e os alunos que são vítimas recebem tratamento semelhante, por parte das escolas, com acolhimento e escuta.

Os agressores da violência intrafamiliar mais comuns são os pais; mas também padrastos, namorados da mãe, tia, primo. Na extrafamiliar, uma diretora relata um caso de um funcionário da escola. Nos casos de *bullying* sexual, os agressores, em geral, são os colegas da mesma idade das vítimas.

Uma das diretoras dá vários exemplos de como o abuso sexual foi descoberto a partir do comportamento dos alunos na escola: aluno que não quer voltar para casa; aluno que cheira a fezes; aluno que não pára de vomitar; aluno com brincadeiras de caráter sexual não esperada para sua idade; outra diz que uma mãe achava que seu filho tinha sido abusado na escola, quando isso ocorreu na família (padrasto).

Numa das escolas pesquisadas, as gestoras insistiram em afirmar a inexistência de quaisquer tipos de violência percebidas pela equipe escolar nos alunos, mesmo se tratando de uma escola situada num bairro que é foco do Programa Segurança Humana (UNESCO) devido ao alto índice de vulnerabilidade social averiguado. Tal elemento expressa a dificuldade de se tratar o tema, mesmo por parte daqueles responsáveis por seu enfrentamento.

Não há, a não ser programas não diretamente relacionados a essa temática, programas de prevenção e esclarecimento da comunidade escolar. Esses programas se relacionam com a AIDS, DST, oferecidos por postos de saúde, programas da internet sobre orientação sexual, oficinas sobre sexualidade.

São oferecidos cursos de formação para os professores e funcionários; a WCF – World Childhood Foundation pretende fazer uma cartilha sobre a rede de proteção social⁸. Centros de

⁸ A WCF possui acordo de cooperação com a SME. Já promoveu cursos de formação e a SME editou em parceria com ela o GUIA DE REFERENCIA: Construindo uma cultura Escolar de Prevenção à violência escolar (já foi

Cuidados do adolescente (Prefeitura de São Paulo) têm ações diversas; a prefeitura oferece também, segundo uma das entrevistadas, vários cursos, mas no horário de atividades escolares, o que impede a frequência dos professores.

As escolas mantêm vínculos, ao que parece provisórios, com instituições de referência. Foram citados: CRECA – Centro de Referência da Criança e do Adolescente, (serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, conveniado com a SMADS), outras escolas municipais (projetos como Caminhada da Paz), Universidade de São Paulo (formação educacional e científica), Núcleo de Proteção Psicossocial Especial, Posto de Saúde – DST (esclarecimentos), UNESCO – Segurança Humana – formação de professores.

O tema da sexualidade infantil é trabalhado nas escolas por diversos meios: projeto no qual os professores têm, frequentemente, formação com a Coordenadora Pedagógica e preparam atividades para discutir o tema transversalmente com as crianças e adolescentes; seminário anual preparado pelos alunos com temas diversos, entre eles o de sexualidade. Palestras sobre sexualidade ministradas por ONGs como a “Bem me quer”, cursos formativos oferecidos pelo Programa Segurança Humana para professores da escola que são interessados pelo tema.

As sugestões das entrevistadas para combater a violência sexual contra as crianças e os adolescentes foram:

- cursos de formação para os professores;
- presença de profissionais da saúde na escola;
- rotina de acompanhamento dos alunos envolvidos na violência sexual;
- instituição de um espaço para tratar dessas questões;
- palestras sobre o tema;
- articulação da rede de proteção e apoio: assistente social, psicólogo, postos de saúde.

O entrevistado do Pacto Social de São Paulo, como já enunciamos, destaca a dificuldade de se descobrir alguns tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes, tais como o rufianismo e a exploração sexual de uma forma geral, dadas as ações de pessoas relacionadas ao poder policial, econômico ou político. De fato, conforme vimos, são raras as notificações desse tipo de violência nos Conselhos Tutelares e nas Delegacias. De outro lado, o movimento Pacto Social de São Paulo permitiu, segundo o entrevistado, que o número de casos notificados ou denunciados aos órgãos de defesa e proteção da criança e do adolescente tenha se tornado maior. Antes havíamos ressaltado, por meio de algumas fontes, a tendência de aumento da violência

publicada uma segunda edição e pelo menos um exemplar foi encaminhado a cada uma das unidades escolares e bibliotecas dos CEUS).

sexual contra crianças e adolescentes; tendo em vista essa última observação do entrevistado, talvez parte desse aumento possa ser explicada por esse tipo de intervenção.

Além disso, chama a atenção para a existência de certo desestímulo das Delegacias de Polícia para a abertura de Boletins de Ocorrência, pois, segundo ele, alguns casos são considerados como de menor potencial ofensivo, e as crianças e os adolescentes são, por vezes, responsabilizados pela violência sofrida. Outro fator importante que destaca: o medo e a consequente omissão dos familiares e da sociedade, de uma forma geral, contribuem para a perpetuação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

b) Mobilização e Articulação

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) desenvolveu no ano de 2009 diversas atividades relacionadas ao governo local envolvendo-se nas propostas das Secretarias da Saúde, da Educação, do Trabalho, da Habitação, do Esporte, do Lazer. Participou de vários fóruns, entre eles os referentes à Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente (CMESCA); a coordenação dessa comissão é da SMADS. Essa Secretaria tem convênio com 960 serviços, com destaque para a Rede Criança, CNRVV/Sedes e Quixote, que possuem convênio com a secretaria para os Serviços de proteção (os Programas Cuidar). Pretende ampliar o número de CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, atualmente são 3, até o final de 2010 a previsão é de 12 e até o ano de 2012 serão 20.

A Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem participado do dia nacional do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o que requer ações conjuntas com o governo local e com outras instituições sociais. Tem desenvolvido seminários sobre o tema para a sociedade. O entrevistado disse que, com raras exceções, tal como a rádio Terra, que ajuda na divulgação do Conselho, a mídia tem pouco interesse pela área.

A SMADS articula as instituições, ações e programas por meio de parcerias, convênios; segundo a entrevistada, as ações integradas favorecem o melhor atendimento; quanto às dificuldades dessas articulações, menciona que há, por vezes, a primazia dos interesses pessoais sobre o interesse público e entraves com alguns coordenadores de instituições; além disso, há problemas de formação de parte daqueles que ocupam lugares importantes; o perfil deles, em algumas instituições, é político.

Já o CMDCA faz essa articulação, na maior parte das vezes, informalmente, diferentemente dos programas governamentais; para esses há registros e passam por toda a

burocracia; algumas ações são feitas por edital. Reclama da pouca participação da maior parte das instituições conveniadas.

Há, segundo a entrevistada da SMADS, um plano municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que vem sendo discutido desde 2006, elaborado pela SMADS e profissionais de organizações sociais, que hoje integram a CMESCA e aprovado em 2008; a CMESCA é a responsável pela gestão e monitoramento das ações de enfrentamento. Segundo a entrevistada, que coordena a CMESCA, muito pouco foi realizado desse plano.

O conselheiro do CMDCA julga que os trabalhos do CRECA, da Rede Criança e do CNRVV/Sedes Sapientae são bem sucedidos e a entrevistada da SMADS julga boa a implementação e expansão dos serviços de abordagem de rua, os Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CUIDAR), monitoramento e convênios com abrigos.

Segundo a entrevistada da SMADS, em 2006 e 2007, verificaram casos de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes no Autorama do Ibirapuera. Informou sobre as ações no CEAGESP, e do relatório encaminhado para o Ministério Público, no qual estão descritos casos constatados de rifas de adolescentes para caminhoneiros. Há dados relativos à construção civil: alojamentos para a construção de estradas. Na Capela do Socorro, a Av. Robert Kennedy é local de grande incidência da exploração sexual infanto-juvenil segundo a entrevistada. O entrevistado do CMDCA informa que a exploração sexual de crianças e adolescentes acontecem no Autorama do Ibirapuera e no Ceasa e um pouco menos na Praça da República e largo do Arouche, e nesses últimos com menos adolescentes.

Por fim, o conselheiro sugere que a sociedade precisa se organizar, deve estar implicada. O governo deve ter políticas relacionadas a isso. Não acredita que os abusadores tenham “cura”. O trabalho cotidiano deve ser de terapia psicossocial para que ele possa se reinserir na sociedade.

Os conselheiros Tutelares entrevistados disseram que a família e a vítima raramente são os denunciadores da violência sexual sobre a criança e o adolescente; as fontes mais frequentes são: Disque Denúncia, Delegacias, Hospitais, Ministério Público; também são citados: Corpo de Bombeiros e vizinhos.

Segundo os entrevistados dos Conselhos Tutelares, na maior parte das vezes, quem aciona o Conselho é a Delegacia (a família vai primeiro na Delegacia). Daí os Conselhos Tutelares encaminham para hospital ou IML (quando há necessidade de laudo para poder fazer um B.O.), e depois para o Hospital Pérola Byington ou para os Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar); isso é confirmado pela delegada que foi entrevistada; alguns entrevistados dos Conselhos

elogiam, sobretudo, as Delegacias da Defesa da Mulher, que dão retorno para eles e atendem rapidamente. O Hospital Pérola Byington também é mencionado como uma instituição importante com a qual se articulam; nele, são feitos exames, estudos sociais e psicológicos; seu problema é a distância das regiões que são afastadas do Centro da cidade de São Paulo. Alguns Conselheiros encaminham para o Hospital Sabóia, que detecta casos sérios; além de comunicar aos Conselhos Tutelares o andamento do caso, encaminha para a Vara, facilitando o trâmite burocrático; ainda no setor da saúde, citam as Unidades Básicas de Saúde, cujo problema se refere às poucas vagas existentes.

Na área de educação, os conselheiros tutelares têm contatos com Diretorias de Ensino e com escolas, além de algumas universidades que oferecem estagiários de Psicologia. As Varas da Infância e Juventude fazem diagnóstico e acompanhamento, mas, há muita demanda; recorrem também à Defensoria Pública e ao Ministério Público do Trabalho.

Os Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) também são citados; as três ONGs – Rede Criança, CNRVV e Projeto Quixote são elogiadas; lamentam que há poucas unidades, o que segundo a entrevistada da SMADS deverá ser corrigido, tendo em vista a criação de mais instituições desse tipo para atenderem o que não é possível no momento.

Ainda são citadas como instituições de articulação: os outros Conselhos Tutelares, CRECAS, CRAS, CREAMS, CEDECA, Abrigos, diversas ONGs (por exemplo, Casa do Adolescente, Crescer com a gente, Futurong, Semente do Amanhã, Caminhando, Casa Isabel, Bárbara Apriliro).

As referências acima citadas dizem respeito a indicações de todos os entrevistados dos Conselhos; as mais frequentes são as Delegacias, os Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) e os hospitais.

Seis dos Conselheiros Tutelares disseram que existe um Plano Municipal de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; um pensa que não existe esse plano e dois outros não sabiam. Três dos 10 conselheiros de instituições visitadas participaram de sua elaboração. Quatro deles participam de algumas atividades necessárias para seu cumprimento, tais como: atendimento, encaminhamento e aconselhamento; participação de discussões em diversas comissões: Comissão Municipal de Educação, Comissão de Infraestrutura, Comissão de medidas socioeducativas, Comissão de Políticas Públicas, Comissão Setorial e Conselho Fiscal da CETESP.

Os conselheiros entrevistados julgam que as campanhas são atividades bem-sucedidas porque informam e esclarecem. Elogiam também a existência dos telefones para denúncias anônimas, que notificam os Conselhos; são bastante conhecidos pela população, o que facilita a comunicação das denúncias. As organizações internacionais são importantes, segundo os entrevistados, devido aos trabalhos de capacitação.

Deram diversas sugestões em áreas distintas:

1. Educação:

- investir em campanhas para que as crianças fiquem mais tempo na escola;
- educar no sentido de que todos são responsáveis e têm o dever de preservar os direitos da criança e do adolescente;
- a escola também deveria ter um olhar diferente para esse tipo de questão, pois muitas vezes ela ignora o que acontece lá;
- capacitação continuada dos agentes quanto ao sistema de garantia de direitos que atuam nessa dimensão e para se tomar conhecimento sobre os indicadores de vitimação; e
- cursos de formação para que os conselheiros possam acompanhar os casos de violência sexual por meio da internet.

2. Acompanhamento Psicológico:

- é muito importante que haja um acompanhamento psicológico para a vítima e para o agressor também; e
- precisa de uma rede de atendimento melhor, não há atendimento psicológico suficiente em todas as regiões;

3. Punição:

- efetiva punição dos agressores (problema sério);
- punição mais severa para os abusadores, pois uma vez impunes os familiares temerosos deixam de denunciar, ficando à mercê da própria sorte; e
- maior eficácia e maior rapidez na punição dos agressores;

4. Atendimento da rede - descentralizar instituições.

- instituições que atualmente cuidam dos casos de violência, mesmo o Perola Byington, não são suficientes;

- acompanhamento e tratamento no território (fica inviável para uma família da Vila Brasilândia ir para o Pérola Byington ou CNRVV/SEDES, que fica em Perdizes); e

- ampliação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

5. Família: - programas de prevenção com a família.

6. Justiça: - depoimento sem dano: há uma sala própria na qual a criança possa falar apenas uma vez (é tudo filmado e gravado) sobre o abuso sexual. Esse depoimento valeria para tudo que fosse necessário administrativa e processualmente.

A delegada entrevistada disse que tem articulação com duas Organizações Não-Governamentais que conduzem mulheres vítimas de violência doméstica e solicitam abrigos para proteção, para que não convivam com o agressor. Ela não sabe da existência do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, assim como desconhece serviços bem-sucedidos na área, ainda que diga que deve haver. Como sugestão de combate a esse tipo de violência propôs a educação e a difusão de informações, pois, por vezes, o adolescente consente sem saber que não deveria consentir.

As três organizações que visitamos relacionadas ao atendimento e à prevenção – CNRVV, Quixote e Rede Criança – manifestaram a sua articulação com os Conselhos Tutelares, dado o fácil acesso, apesar dos poucos recursos e dificuldades que esses Conselhos têm em fazer campanhas e propostas. De um lado, os conselheiros são bastante interessados, mas ficam pouco tempo no cargo e por vezes não são formados para entender o que ocorre quando uma criança é violentada e os cuidados que devem ter para não abalar mais ainda a vítima; ressaltam que os Conselhos Tutelares têm muita demanda.

Articulam-se também com as Varas da Infância e da Juventude, da Família, com as quais é fácil o contato e o estabelecimento de parcerias; no entanto, às vezes o procedimento é demorado e a comunicação impessoal. Há também a articulação com os CRAS e CREAS e com os serviços de acolhimento (CRECAs e abrigos) ligados a SMADS e a outras ONGS, que trabalham bem com as situações de violência, mas cujos cuidadores nem sempre estão preparados. Também fazem articulações com os abrigos.

A área da saúde – CAPS/UBS - também é citada como articulação importante, além do Hospital São Paulo. Também se associam com as áreas de educação e com o CMDCA.

As três organizações sabem da existência do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e participaram do seu processo de elaboração. Atualmente têm participado das seguintes atividades:

1. Reuniões mensais da Comissão Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA).
2. Prevenção e discussão de atendimentos.
3. Atividades de prevenção: carnaval e 18 de maio.

Como trabalhos bem-sucedidos citam:

- Polos de Prevenção: atuam na prevenção primária, secundária e identificam os casos para que possam ser encaminhados a atendimento.

- Fóruns mensais: aprimoram o conhecimento das questões ligadas à violência, problematizando a intervenção precoce.

- Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar), SEDES (CNRVV): esses centros de referência têm um olhar específico e especial para o tema.

- Seminários e capacitações.

As entrevistadas fazem as seguintes sugestões para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes:

1. Mais Polos de Prevenção: são feitos a partir de um ponto onde já se trabalha com crianças e adolescentes, geralmente são ONGs. Articulam-se os recursos e fazem fóruns de prevenção. 22 polos originais se mantêm: eram polos que tinham dificuldades e se localizavam em locais pobres.
2. Maior capacitação para a rede.
3. Prevenção dentro das escolas. O sistema educacional é muito fechado.
4. Trabalho com as creches para formar os professores para identificar os casos
5. Mais vagas em organizações como essas (Programa Cuidar)
6. Discutir amplamente essas questões
7. Políticas públicas conjuntas

O entrevistado do movimento Pacto Social São Paulo (CEPESP), descreveu as seguintes ações desse movimento:

1. Na análise da situação ajudamos a confeccionar a Pesquisa denominada PESTRAF no Estado de São Paulo.
2. Foi realizada a PEVIS-Pesquisa sobre a Violência Sexual contra crianças e adolescentes em São Bernardo do Campo.

3. No eixo "mobilização e articulação", foram diversas ações, entre as quais a recepção do relator da ONU em encontro realizado na OAB do centro de São Paulo e a visita ao projeto Camará em São Vicente.
4. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, foi realizado encontro com os deputados estaduais, outras autoridades e vários membros da sociedade civil organizada.
5. Nas 14 regiões do Estado foram mobilizados vários atores sociais, além de prefeitos, vereadores, juízes, promotores, Universidades, ONGs, Secretarias Municipais de Saúde, Educação e de Assistência Social.

Os resultados obtidos das ações desse movimento foram os seguintes:

1. Publicação do Plano Estadual de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.
2. Contribuições para a publicação do livro da PESTRAF.
3. Os dados passados para o relator da ONU entraram no relatório final sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes do Estado de São Paulo.
4. A mobilização nas regiões estimulou os municípios a pedir recursos para abertura dos programas Sentinelas ao governo federal. Além da estimulação para criação de várias leis municipais de enfrentamento da questão.

O entrevistado classificou como ótimas essas ações de organização, mobilização e participação. Já as ações desenvolvidas no município não foram bem avaliadas por ele que argumentou que se há ações pontuais como o 18 de maio, não há quase ações autônomas.

Para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes propôs:

1. Pesquisas específicas: exploração sexual de crianças e adolescentes, pornografia infantil e sobre os agressores sexuais.
2. No município existem poucas unidades de atendimento às vítimas de violência contra criança e adolescente; deveriam ser criados novos serviços, respeitando a divisão de 200 mil habitantes para cada Conselho Tutelar.
3. O atendimento deveria ser psicossocial e jurídico e contemplar todos os envolvidos na situação, inclusive o agressor.
4. Integrar os serviços de atendimento à política de proteção especial do SUAS/LOAS, sem descaracterizar o serviço, como vem ocorrendo.
5. Melhorar os fluxos de encaminhamentos das redes de proteção, visando minimizar os pontos de estrangulamento, ou seja, muitos casos ficam parados nos serviços de

- atendimento e proteção a crianças e adolescentes que precisam de um atendimento especializado.
6. Deve-se pensar sobre o atendimento dos adolescentes que cometem a violência sexual contra crianças.
 7. Verificar os elementos formativos que possibilitam a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes.
 8. Pensar em um atendimento mais continente às necessidades da criança e do adolescente (emocionais e físicas) evitando a revitimização da mesma no processo de acompanhamento – ‘humanizar’ o que se tornou um processo de produção.
 9. Verificar se as campanhas preventivas estão sendo eficazes no enfrentamento da questão.
 10. Muitas campanhas têm como base a reposição do ‘tabu sexual’ e não a reflexão dos aspectos de uma sexualidade saudável.
 11. A prevenção deve começar na escola, em um processo contínuo de discussão sobre a sexualidade, mas não de forma asséptica, higiênica e/ou moral.
 12. Os recursos de prevenção deveriam ser concentrados para a formação do indivíduo e não para campanhas etéreas.
 13. Formar por meio de aulas e supervisão pessoal adequado para os serviços de pronto-atendimento, evitando a revitimização e o preconceito.
 14. Investir mais recursos para a formação dos atores da rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente.
 15. Refletir sobre a questão ‘repressão X educação’. A tendência de endurecimento das leis não resolve o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes – pensar na questão do indivíduo, cultura e sociedade.
 16. A defesa não pode só ser consubstanciada em provas materiais (danos físicos), mas dar maior importância aos laudos periciais (psicológicos e assistentes sociais) para auxiliar a justiça nestes processos.
 17. Criar Delegacias e Varas especializadas para crimes contra criança e adolescente.
 18. Maior envolvimento dos agentes aeroportuários no Estado para combater o tráfico de pessoas e especialmente de crianças e adolescentes. Possibilitar a participação efetiva dos jovens na discussão da violência, estimulando os grêmios estudantis e os estudantes das escolas públicas e particulares como também de instituições que atuam no segmento criança/adolescente.

c) Atendimento e prevenção

Segundo a Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), a rubrica para financiamento de ações municipais é dada pelo prefeito. A verba é menor do que a concedida para a saúde e para a educação. Cada pasta tem o seu orçamento. Foi reservada verba para abrir novos CREAS e para capacitação dos técnicos dos CRAS, CREAS e serviço de monitoramento. Serão capacitadas 1250 pessoas sobre violência doméstica e sexual. A capacitação será feita por meio de contrato de pessoas físicas.

O entrevistado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) disse que a verba para o Conselho é proveniente de duas contas: uma para o funcionamento do Conselho (congressos, viagens, conferências municipais, telefones, computadores etc.) que provém de fonte do Tesouro (orçamento próprio da prefeitura) e da verba vinda do IPTU, INSS, multas, repasses do IPVA ou do Governo Federal. A outra fonte de receita para se fazer a política complementar (pagar funcionário da administração e aplicar nos projetos financiados pelo FUNCAD) é o imposto de renda.

Segundo a entrevistada da SMADS há a espera de aproximadamente 100 casos aguardando atendimento nos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) conveniados. Atualmente os serviços atendem em média 50 a 80 crianças e adolescentes. As famílias e o agressor também são atendidos. Atualmente são 5 serviços conveniados, sendo que até o ano de 2011 serão um total de 12. Os novos serviços – a serem criados – vão aliviar a demanda; os que atendem 50 pessoas passarão a atender 80 pessoas.

O CNRVV – Centro de Referência às Vítimas da Violência - do Instituto Sedes Sapientiae - tem como objetivo realizar um trabalho de cunho interdisciplinar e interinstitucional de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes, sintonizado com os princípios de proteção integral presentes no Estatuto de Criança e do Adolescente - ECA – e articulado com diversas entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente na cidade de São Paulo e no Brasil.

O objetivo do trabalho no CNRVV se desenvolve em seis áreas de atuação:

1. atendimento a vítimas, seus familiares e agressores;
2. prevenção por meio dos *Polos de Prevenção* para sensibilização e mobilização de educadores, pais, adolescentes e crianças, em instituições socioeducacionais;
3. pesquisa com o intuito de propiciar um espaço de aprofundamento e reflexão acerca da questão da violência;

4. formação para instrumentalizar profissionais para o enfrentamento, ética e crítica do fenômeno da violência doméstica, numa perspectiva do exercício dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes;
5. parcerias na realização de Fóruns de Debates e ações integradas em uma comunidade, além de participação em Campanhas de Enfrentamento da ESCA; e
6. administração no gerenciamento dos assuntos econômico / financeiros e de infraestrutura e organização da Secretaria do CNRVV.

O Projeto Quixote, existente desde 1996, busca construir com crianças e jovens em situação de risco social alternativas eficientes por meio da arte para enfrentar os desafios cotidianos de suas vidas, como a violência, o abandono, a falta de referências e o abuso de drogas. Para isso, presta atendimento a vítimas, familiares e agressores; proporciona formação e informação à comunidade e faz parceria com a rede de atendimento.

Para a Rede Criança, a sua missão é falar do fenômeno da violência doméstica, dar subsídios sobre ele. Fazer a defesa da criança e do adolescente, fazer com que todos falem do tema e ajudem para que isso não aconteça de novo. Quando crianças e adolescentes chegam até a Rede Criança todos os seus direitos foram violados.

As três instituições atendem à criança vítima da violência e sua família. O CNRVV atende também os agressores das regiões Oeste e Norte e a Rede Criança, na região Leste/Sul, atende o agressor encaminhado pela Vara Infante-Juvenil, pelo Conselho Tutelar e também a procura espontânea.

No quadro 8, estão as atividades realizadas no período de 2008-2010 pelas três organizações.

Quadro 8: Principais Atividades de atendimento realizadas pelos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) no período 2008-2010

Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar)	Atividades de Atendimento
CNRVV	Serviços realizados na Zona Norte e na Zona Oeste do município de São Paulo:

	<ul style="list-style-type: none"> - Recepção; -Triage; - Estudo de Caso; - Tratamento Psicológico; - Tratamento Psiquiátrico; - Serviço Social; - Contatos Interinstitucionais; - Atendimentos (Psicologia, Psiquiatria e Serviço Social).
Projeto Quixote	O atendimento é também prevenção e, por isso, um dos pontos fortes do Projeto Quixote.
Rede Criança	<ul style="list-style-type: none"> - acolhimento - estudo de casos - atendimentos psicossociais - resolução de conflito; - questões presentes no ECA; - questões da agressividade e da sexualidade; - respeito que a pessoa tem com ela mesma e com os outros e; <p>Todos os atendimentos são em grupo, grupo das crianças, grupo de adolescentes. Grupo de pré-adolescentes e grupo de famílias (algumas crianças dependendo do caso têm atendimento individual).</p> <p>Os atendimentos iniciam individualmente e depois são em grupo.</p> <p>A Prevenção é uns dos pontos fortes da Rede Criança.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha no metrô – 18 de maio. - Mobilização com Folder na comunidade. - Fórum de debates mensais. - Seminários. - Sensibilização a adolescentes sobre o fenômeno da violência doméstica e garantia de direito. - Capacitação a profissionais da saúde, educação e assistência social.

Como é possível se observar pelas informações do quadro acima, os Programas Cuidar atendem, com diversos recursos e em diversas áreas, as vítimas e suas famílias; por informações anteriores, sabemos que também atendem os agressores.

No quadro 9, estão as informações sobre as atividades de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes realizadas pelos Programas Cuidar, no período de 2008 a 2010.

Quadro 9: Principais Atividades de Prevenção realizadas pelos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar) no período 2008-2010

Serviços de Proteção Social (Cuidar)	Atividades de Prevenção
CNRVV	<p>Projeto de Implantação e Implementação de Polos de Prevenção à Violência Doméstica e Sexual: - realizaram-se dois lançamentos sobre o tema: 1) em 2004, “<i>O Fim da Omissão: Implantação de Polos de Prevenção</i>”; 2) em 2008, do Manual “<i>Reconstrução de Vidas - Como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes</i>” e o “<i>Guia para Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítima de Violência</i>”.</p> <p>2010 - atingir 3000 pessoas diretamente, tanto na sua sede, quanto em função da ampliação de mais 10 Polos de Prevenção na Zona Leste do município de São Paulo (em negociação para ser implantados ainda em 2010).</p>
Projeto Quixote	Oficinas de sexualidade e trabalho de grupo com os pais.
Rede Criança	<p>Desde 1998, começando na Zona Leste, é realizado o trabalho de prevenção com os adolescentes, para mostrar a questão do corpo, do direito, da sexualidade e do desenvolvimento. São realizados seminários, discussões com profissionais da saúde, da educação, da assistência social, nas quais discute-se o fenômeno. Sem dúvida nenhuma a prevenção é a prioridade. Nosso sonho seria fazer cada vez mais prevenção, mas nos deparamos com a demanda e não dá para não fazer o atendimento.</p>

O CNRVV, conforme as informações do quadro acima, tem investido nos Polos de Prevenção, o Projeto Quixote em oficinas e trabalhos em grupos e a Rede Criança trabalha a questão da sexualidade com os adolescentes e organiza discussões sobre a temática.

A prefeitura, por meio da SMADS, é uma das principais fontes de financiamento dos Serviços de Proteção Social às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (Cuidar). Cada um desses serviços tem fontes adicionais: o CNRVV recebeu verba em 2008 da WCF e tem a infraestrutura e a contratação de parte da equipe proporcionadas pelo Instituto *Sedes Sapientae*, recebe verba também do Ministério do Desenvolvimento Social. O Projeto Quixote recebe financiamento também de instituições privadas. A Rede Criança recebe doações de comerciantes e de pessoas da comunidade para

ajudar nas festas que realizam; na Zona Leste, tem parceria com a ERICSSON que cede um educador e dois técnicos operacionais.

d) Defesa e responsabilização

Os objetivos dos Conselhos Tutelares explicitados pelos entrevistados estão na tabela abaixo; deve-se esclarecer que os entrevistados poderiam mencionar mais de um objetivo para os Conselhos e, por isso, o total de respostas foi maior do que o número de entrevistados.

Tabela 44: Frequência de categorias de objetivos dos Conselhos Tutelares segundo os entrevistados

Categorias de objetivos	Frequência
Defender a criança e o adolescente	14
Aconselhar as famílias	2
Órgão fiscalizador, principalmente de políticas públicas	1
Propor políticas públicas	1

Segundo a tabela 44, a missão institucional do Conselho Tutelar apontada pela maioria dos entrevistados é a de defender as crianças e os adolescentes. Há aqueles que entendem que é objetivo do Conselho Tutelar fiscalizar e propor políticas públicas. Esses Conselhos têm realizado diversas atividades para cumprir seus objetivos:

- Reuniões e Seminários: CMDCA, fóruns de defesa, de educação;
- Atuações: procura de vagas nas escolas, aplicação de medidas de proteção, orientação sobre violência nas escolas, transporte escolar, palestras em escola, orientação dos pais;
- Explicação para os pais da atribuição do CT;
- Encaminhamento para CAPS, CAPSI, CRAS; e
- Participação em movimentos: um deles organizou uma passeata; contribuem com a organização do '18 de maio'.

Atividades de responsabilização:

- Advertência, encaminhamento para a vara, BO, encaminhamento para tratamento.

No que se refere à autoria da denúncia ou encaminhamento dos casos de violência sexual, considerando-se todos os Conselhos visitados, verificamos que dificilmente a própria vítima vem procurar diretamente o Conselho Tutelar; a família responde por 20% dessa procura, lembrando que há muita variação entre os diferentes Conselhos Tutelares. O disque denúncia 181/100 é bastante utilizado – muitos dos encaminhamentos provêm dessa fonte, mas as escolas, hospitais, UBS, Delegacias, Ministério Público, também têm feito encaminhamentos.

Todos os Conselhos pesquisados têm arquivos e o julgam importante. Julgam que a utilização do SIPIA seria importante, mas como não conseguem utilizá-lo, alguns usam o programa de computador Excel. Nos arquivos, armazenam as seguintes informações: número do caso, nome da vítima e seus dados pessoais, tipo de violação, cópia do Boletim de Ocorrência, outros documentos e relatos, endereço, telefone e dados do responsável. A maior parte dos Conselhos (12) tem arquivos padronizados; para metade deles essa padronização é manual, para a outra metade é digital. Um pouco mais da metade dos conselheiros julga fácil o acesso ao arquivo. Para seis desses conselheiros, as informações dos arquivos não são utilizadas, outros três o utilizam para compor estatísticas.

No Quadro 10 estão as áreas que os Conselhos Tutelares atendem.

Quadro 10: Distritos e Bairros atendidos pelos Conselhos Tutelares pesquisados.

CT	Locais
Aricanduva	Subprefeitura Aricanduva: Capão do Embira, Chácara Belenzinho, Jardim Anália Franco, Jardim Iara, Jardim Maringá, Jardim Têxtil, Parque Cruzeiro do Sul, Vila Antônia, Vila Araci, Vila Cruzeiro, Vila Embira, Vila Formosa, Vila Guarani, Vila Mafra, Vila Matias, Vila Olímpia. Subprefeitura Vila Formosa: Jardim Aricanduva, Jardim Berreira Grande, Jardim Caguaçu, Jardim Catarina, Jardim Cotching, Jardim Guannan, Jardim Haia do Carrão, Jardim Iva, Jardim Nice, Jardim N. Carrão, Jardim Piquerobi, Jardim Record, Jardim Santa Maria, Jardim Santo Eduardo, Jardim Tango, Jardim Vila Formosa, Parque Maria Luisa, Parque Santo Antônio, Vila Antonieta, Vila Falconi, Vila Nova Iorque, Vila Rica, Vila Santa Rita, Vila Sara. Subprefeitura Vila Carrão: Carrãozinho, Chácara Califórnia, Chácara Santo Antônio, Vila Carrão, Vila Nova Manchester, Vila Santa Isabel, Vila São Vicente.
Butantã	Distritos: Raposo Tavares, Butantã, Vila Sonia, Morumbi e Rio Pequeno.
Freguesa do Ó	Distritos Freguesia do Ó e Brasilândia: São mais de 50 bairros, com uma população de mais de 500.000 habitantes.
Grajaú	Terminal Grajaú, Jardim Progresso, Cocaia, Ilha Bororé, Chácara Santo Amaro, Terminal Varginha, são os bairros que fazem limite na jurisdição deles. Essa jurisdição engloba por volta de 60 bairros e 650 mil habitantes.
Guaianases	Toda o bairro de Guaianases, exceto a região do Lajeado que mesmo pertencendo a Guaianases já possui Conselho Tutelar.
Itaim Paulista	Vila Curuçá Nova, Vila Curuçá Velha, Vila Nova Itaim, Vila Alabama, Jardim Aimoré, Jardim Nelia, Jardim das Oliveiras, Jardim Camargo Novo, Jardim Camargo Velho, Jardim Miriam, Jardim Nazaré, Jardim Rubru, Vila Conceição, Vila Simonini.
Jabaquara	Jabaquara: todo o perímetro da subprefeitura do Jabaquara.
Jardim Ângela	Distrito do Jardim Ângela e Jardim São Luiz (300 a 350 mil habitantes) Atende a 247 bairros.
Se	Cambuci, Liberdade, República, Campos Elíseos, Bom Retiro, Santa Cecília, Barra Funda, Sé, Acimação, Consolação, Glicério, Bela Vista.
Vila Maria	Três distritos: Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros

Pelas informações do quadro acima, é possível reparar que os Conselhos Tutelares visitados, em geral, atendem uma área ampla com uma população muito grande. O que deve resultar em muita demanda de trabalho.

4-Georeferenciamento

Com base nos dados cedidos pelo INFOCRIM-SSP, construímos as tabelas abaixo que informam os bairros que contêm as Delegacias policiais, com a respectivas frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência emitidos para violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010 (até o mês de maio); essas tabelas também informam os Índices de Desenvolvimento Humano para os distritos que contêm as Delegacias de polícia (não foi possível localizar o IDH para todos os bairros). Há uma tabela para cada região do município de São Paulo, assim é possível localizar os locais onde a violência sexual contra crianças e adolescentes é maior.

A tabela 45 se refere a esses dados para a região central.

Tabela 45: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a região central

DPs	Frequência	%	IDH
01º DP – SE	62	16,4	0,50
03º DP - CAMPOS ELISEOS	62	16,4	0,65
06º DP – CAMBUCI	61	16,2	0,53
05º DP - ACLIMACAO	56	14,9	0,67
77º DP - SANTA CECILIA	46	12,2	0,65
04º DP - CONSOLACAO	43	11,4	0,80
02º DP - BOM RETIRO	35	9,3	0,56
Total	365	100	
Média	52,14		
Desvio padrão	10,82		

Fonte: INFOCRIM-SSP

Conforme é possível verificar pelos dados da tabela 45, os bairros onde ocorrem mais violência sexual contra criança e adolescentes na região central são os da Sé, Campos Elíseos e Cambuci e o que menos têm denúncias desse tipo de violência é o Bom Retiro. O desvio padrão não é elevado em relação à média o que indica uma região de pouca heterogeneidade, quando comparada com as demais.

Fizemos o cálculo da Correlação de Pearson entre o número de boletins de cada Delegacia e o IDH do distrito onde se localiza e obtivemos o valor de $r=-0,35$, não significativo com o nível de 0,05, o que significa que, nessa região, não há relação entre as duas variáveis, talvez devido à pouca variabilidade de frequência de boletins de ocorrência entre os distritos.

A tabela 46 traz a frequência e a porcentagem de Boletins de Ocorrência, no período em questão, e os valores dos IDHs para a Zona Leste.

Tabela 46: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010, por Delegacia de Polícia para a Zona Leste

DPs	Frequência	%	IDH
50° DP - ITAIM PAULISTA	266	7,7	0,43
54° DP - CIDADE TIRADENTES	211	6,1	0,45
49° DP - SAO MATEUS	184	5,3	0,49
64° DP - CIDADE AE CARVALHO	177	5,1	0,48
44° DP - GUAIANAZES	169	4,9	0,46
63° DP - VILA JACUI	160	4,6	0,41
22° DP - SAO MIGUEL PAULISTA	159	4,6	0,45
59° DP - JARDIM DOS IPES	157	14,9	0,43
24° DP - ERMELINO MATARAZZO	153	4,4	0,46
68° DP - LAJEADO	143	4,1	0,40
10° DP - PENHA DE FRANCA	142	4,1	0,54
103° DP - COHABII/ITAQUERA	136	3,9	0,48
62° DP - JARDIM POPULAR	136	3,9	0,49
70° DP - VILA EMA	122	3,5	0,51
21° DP - VILA MATILDE	119	3,4	0,53
66° DP - JARDIM ARICANDUVA	110	3,2	0,53
32° DP - ITAQUERA	102	2,9	0,48
87° DP - V. P. BARRETO	99	2,9	-
67° DP - JARDIM ROBRU	98	2,8	0,45
55° DP - PARQUE S.RAFAEL	96	2,8	0,39
53° DP - PARQUE DO CARMO	95	2,7	0,46
65° DP - ARTUR ALVIM	81	2,3	0,55
12° DP - PARI	74	2,1	0,48
31° DP - VILA CARRAO	58	1,7	0,56
08° DP - BRAS	54	1,6	0,57
58° DP - VILA FORMOSA	50	1,4	0,56
42° DP - PARQUE S. LUCAS	48	1,4	0,51
81° DP - BELEM	46	1,3	0,61
30° DP - TATUAPE	44	1,3	0,66
57° DP - PARQUE DA MOOCA	32	0,9	0,66
52° DP - PARQUE S.JORGE	29	0,8	0,66
29° DP - VILA PRUDENTE	27	0,8	0,51
56° DP - VILA ALPINA	21	0,6	0,51
18° DP - ALTO DA MOOCA	17	0,5	0,66
Total	3615		
Média	106,32		
Desvio padrão	60,53		

Fonte: INFOCRIM-SSP

A Zona Leste é a região que tem maior quantidade de emissão de Boletins de Ocorrência para violência sexual contra criança e adolescente, e pelos dados da tabela 46 verifica-se que é heterogênea, varia de 17 Boletins de Ocorrência no Alto da Moóca a 266 B.O.s no Itaim Paulista.

A correlação de Pearson entre número de boletins de ocorrência e o IDH para essa região foi $r=-0,69$, significativa com $p< 0,01$. Nessa região, quanto maior o Índice de Desenvolvimento Humano, menor a frequência de emissão de Boletins de Ocorrência. Note-se que a correlação tem magnitude intermediária, o que implica que se há uma relação significativa entre as variáveis avaliadas pelo IDH - saúde, educação e renda – e a violência sexual contra crianças e adolescentes, estimada pelo número de boletins de ocorrência, há outros fatores, não avaliados por esse indicador, que também são importantes na determinação desse tipo de violência.

Na tabela 47, estão os dados cedidos pelo INFOCRIM-SSP para a Zona Norte.

Tabela 47: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a Zona Norte

DPs	Frequência	%	IDH
73º DP – JACANA	297	14,2	0,47
72º DP - VILA PENTEADO	176	8,4	0,43
41º DP - VILA RICA	149	7,1	0,43
45º DP - V. BRASILANDIA	127	6,1	0,43
38º DP - VILA AMALIA	125	6,0	0,53
13º DP - CASA VERDE	120	5,7	0,53
39º DP - VILA GUSTAVO	117	5,6	0,49
28º DP - FREGUESIA DO O	110	5,3	0,53
20º DP - AGUA FRIA	90	4,3	0,67
09º DP – CARANDIRU	87	4,2	0,67
40º DP - VILA STA MARIA	72	3,4	0,53
90º DP - PQ. NOVO MUNDO	72	3,4	0,47
19º DP - VILA MARIA	58	2,8	0,47
Total	1600	100	
Média	123,08		
Desvio padrão	61,78		

Fonte: INFOCRIM-SSP

Se a Zona Leste é a que tem a maior quantidade de emissão de Boletins de ocorrência, a maior média se encontra na Zona Norte, que possui também um alto desvio padrão, indicando a

heterogeneidade da região, que tem a amplitude de variação de 58 a 297 denúncias registradas. Nessa região do município, não houve relação significativa entre número de boletins de ocorrência e Índice de Desenvolvimento Humano ($r=-0,36$).

Na tabela 48, esses dados são apresentados para a Zona Oeste.

Tabela 48: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a Zona Oeste

DPs	Frequência	%	IDH
46º DP – PERUS	250	12	0,44
74º DP – PARADA TAIPAS	241	11,5	0,44
75º DP - JARDIM ARPOADOR	129	12,3	0,51
33º DP – PIRITUBA	112	10,7	0,53
89º DP - JARDIM TABOAO	87	8,3	0,46
51º DP - RIO PEQUENO	83	7,9	0,56
23º DP – PERDIZES	57	5,4	0,76
07º DP – LAPA	50	4,8	0,66
93º DP – JAGUARE	45	4,3	0,57
14º DP – PINHEIROS	42	4,0	0,83
91º DP – CEASA	31	2,9	0,54
78º DP – JARDINS	12	3,2	0,85
Total	1139	100	
Média	94,92		
Desvio Padrão	77,90		

Fonte: INFOCRIM-SSP

Segundo os dados da tabela 48, a Zona Oeste, após o centro é a região da cidade com menor emissão de Boletins de Ocorrência referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes. Tal como as outras regiões, essa também é heterogênea: o desvio padrão é elevado, assim como a amplitude de variação da frequência de B.O.s (31-258). Nessa região, também houve correlação significativa entre número de Boletins de Ocorrência e IDH ($-0,70$), ao nível de 0,05.

Na tabela 49 estão expostos os dados referentes às Delegacias de polícia para a Zona Sul.

Tabela 49: Frequência e porcentagem de Boletins de Ocorrência de 2006-2010 por Delegacia de Polícia para a Zona Sul

DPs	Frequência	%	IDH
47º DP - CAPAO REDONDO	370	12,3%	0,45
37º DP - CAMPO LIMPO	269	8,9%	0,46
92º DP - P. STO ANTONIO	259	8,6%	0,44
100º DP – JARDIM HERCULANO	258	24,5	0,40
101º DP - JARDIM IMBUIAS	249	8,3%	0,63
25º DP – PARELHEIROS	220	7,3%	0,38
69º DP - TEOTONIO VILELA	191	6,4%	0,49
85º DP - JARDIM MIRNA	186	6,2%	0,42
98º DP - JARDIM MIRIAM	176	5,9%	-
97º DP – AMERICANOPOLIS	127	4,2%	0,53
80º DP - VILA JOANIZA	94	3,1%	0,46
95º DP – HELIOPOLIS	91	3,0%	0,51
48º DP - CIDADE DUTRA	82	2,7%	0,47
35º DP – JABAQUARA	78	2,6%	0,53
11º DP - SANTO AMARO	72	2,4%	0,76
43º DP - CIDADE ADEMAR	70	2,3%	0,46
83º DP - PARQUE BRISTOL	65	2,2%	0,51
26º DP – SACOMA	61	2,0%	0,51
16º DP - VILA CLEMENTINO	58	1,9%	0,75
102º DP – SOCORRO	57	1,9%	0,63
17º DP – IPIRANGA	52	1,7%	0,59
34º DP – MORUMBI	48	1,6%	0,86
36º DP - VILA MARIANA	37	1,2%	0,75
96º DP – MONCOES	30	1,0%	0,81
99º DP - CAMPO GRANDE	30	1,0%	0,64
27º DP – IBIRAPUERA	25	0,8%	0,88
15º DP – INDIANOPOLIS	9	0,3%	0,88
Total	3264	100%	
Média	120,89		
Desvio padrão	96,15		

Fonte: INFOCRIM-SSP

A Zona Sul parece ser a mais heterogênea da cidade, seus indicadores de Desenvolvimento Humano variam de 0,38 (muito baixo) a 0,88(alto); a amplitude de variação de

emissão de Boletins de Ocorrência foi de 9 a 370. Possui a Delegacia que menos emitiu BOs = 15°. DP Indianópolis, com 9 emissões e a que mais emitiu – 47°. DP Capão Redondo, com 370 B.O.s. Houve, nessa região, correlação significativa ao nível de 0,01 entre número de boletins de ocorrência emitidos e os Índices de Desenvolvimento Humano ($r = -0,64$).

Por fim, a correlação entre o indicador de violência nos bairros da cidade, expressos pelo número de boletins de ocorrência emitidos para violência sexual contra crianças e adolescentes e o indicador de desenvolvimento social – o IDH – foi significativa ($p < 0,01$) para todas as DPs consideradas em conjunto – $r = -0,59$. Isso mostra que a condição socioeconômica é uma variável a ser considerada na análise do fenômeno em questão, mas, como assinalado antes, dada sua magnitude intermediária, não deve ser considerada a única responsável por esse fenômeno, mas uma das principais.

Considerações Finais

Das diversas entrevistas realizadas neste trabalho de diagnóstico e dos distintos dados fornecidos por várias fontes, podemos considerar que:

1. A violência sexual contra crianças e adolescentes no município de São Paulo tem se expressado especialmente sob a forma de estupro e atentado violento ao pudor; deve-se ressaltar a mudança na definição legal de estupro que passou a abrigar também os atos considerados atentados violentos ao pudor a partir de 2009.

2. Não é, proporcionalmente, o município brasileiro que mais apresenta essa forma de violência, segundo os dados do Disque-100, mas a emissão de aproximadamente 10.000 boletins de ocorrência do ano 2006 até meados de 2010, ou o atendimento do Hospital Pérola Byington, nesse mesmo período, de um número próximo a esse de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, evidencia que o problema é grave, e que é necessário continuar e aperfeiçoar as formas de combatê-lo. Conforme assinalado antes, são necessários dados mais precisos quanto ao tipo de violência em questão e as consequências corporais e psicológicas das vítimas; além disso, há fatores que levam à subestimação da estimativa desse tipo de violência e outros que a superestimam. A falta de informação de que se deve denunciar, de onde o fazer, a quem recorrer; o medo de sofrer represálias por denunciar, ou de ser/sentir humilhado, podem levar à subestimação dessa estatística; falsas denúncias podem levar à superestimação; pelos dados coligidos, sobretudo por meio de entrevistas, a subestimação dessa forma de violência parece maior do que a superestimação. Somente, contudo, com a apuração dos casos no Judiciário poderemos afirmar se procedem ou não as denúncias. Desse modo, o cruzamento dos Bos com os casos apurados poderia nos dar mais elementos para a comprovação desses fatos.

3. Os tipos mais frequentes de violência sexual registrados nos Conselhos Tutelares e nos Serviços de Proteção Social (Cuidar) são o abuso sexual intrafamiliar e o abuso sexual extrafamiliar; a exploração sexual aparece em frequência menor e a pornografia e o turismo sexual quase não são mencionados. Isso não significa, contudo, que essas formas de violência sexual não existam, mas que, por diversos motivos, são mais difíceis de registrar e, portanto, combater. O abuso sexual intrafamiliar é o tipo mais frequente, segundo as estatísticas oferecidas pelos Conselhos Tutelares e pelos Serviços de Proteção, seguido pelo abuso sexual extrafamiliar; no primeiro caso, pode ser um indício de desestruturação familiar, ou de uma formação de família cuja relação afetiva entre pais e filhos não se baseie no princípio de desenvolvimento autônomo para os filhos, e que comprometa essa autonomia ao tender a isolar esses últimos para os desejos dos primeiros. Isso não significa que os filhos violentados não possam vir a superar esse tipo de violência, mas que não se deve negá-la; deve-se fazer o possível para evitá-la; o que indica que são necessários conhecimentos sociológicos e psicológicos para compreensão e para o enfrentamento, com a ressalva que o problema não deve ser reduzido a um entendimento psicológico ou psicossociológico. A violência sexual extrafamiliar, por sua vez, parece envolver outros mecanismos sociais e psicológicos que também devem ser investigados por pesquisas. Num caso e no outro, há pesquisas importantes, mas seus resultados, quase não foram comentados pelos diversos entrevistados para este diagnóstico, o que é um indicador de que esses resultados são menos conhecidos e debatidos do que deveriam. Já a exploração sexual de crianças e adolescentes apresenta outra racionalidade, mais próxima à lógica da circulação de mercadorias, o que fomenta a formação de uma rede sigilosa, tendo em vista o interesse financeiro de várias pessoas envolvidas; como um indicador desse sigilo, ou da ameaça que pode recair sobre aqueles que denunciem, verificamos que nas denúncias anônimas feitas ao disque-100 esse tipo de violência é muito mais frequente do que nos conselhos tutelares. A violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar parece prescindir de intermediário, e questões culturais e psicológicas são imediatamente concebíveis; no caso da exploração sexual, os interesses financeiros não devem ser deixados de lado; caberia também estudar a relação entre esses tipos de violência. No estudo de Diógenes⁹, alguns casos estudados mostraram relação entre violência sexual intrafamiliar e exploração sexual; trata-se de uma relação complexa e, ao que parece, de modo nenhum imediata; isto é, há casos em que essa relação não existe.

4. Os dados indicam que a violência sexual se abate sobre as famílias mais pobres, o que não significa que não ocorra entre aqueles que têm melhores condições financeiras. Por meio de

⁹ Diógenes, G. (2008) Os sete sentimentos capitais. São Paulo: Ed. Annablume

algumas entrevistas, foi dito que as famílias de maior renda tentam ocultar essa forma de violência e a buscar um tipo de tratamento em outras opções que não as oferecidas pela rede pública e sua articulação com Organizações Não-Governamentais. As correlações obtidas entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o número de boletins de ocorrência emitidos pelas Delegacias de Polícia neste município mostram que melhores condições de vida geram menos violência sexual contra crianças e adolescentes e vice-versa, mas como a correlação tem magnitude intermediária, evidencia que só essas condições não explicam totalmente o problema. Afora isso, chama a atenção que as adolescentes que são exploradas sexualmente têm origem, segundo os dados levantados, em bairros pobres, mas atuam em regiões ricas da cidade; isso não significa que não haja jovens exploradas sexualmente que tenham origem nas classes sociais mais abastadas ou que a exploração sexual não ocorra também em bairros mais pobres, mas que a dominação de uma classe social sobre a outra também ocorre na exploração sexual de crianças e adolescentes. Não se deve deixar de afirmar que a promoção dos direitos à educação escolar, à saúde e a uma vida digna possibilitada por rendimentos satisfatórios seja um forte redutor desse tipo de violência, ainda que caiba examinar outros fatores relacionados à cultura, que simultaneamente combate e incentiva a violência, e à psique que se desenvolve incorporando essa cultura; a educação, em seu sentido amplo, também pode ser um forte aliado para reduzir esse tipo de violência.

5. As quase 2000 organizações vinculadas ao CMDCA mostram que a sociedade paulistana expande sua organização para diversas áreas de atuação necessárias ao atendimento e a prevenção dessa forma de violência. Há uma queixa, no entanto, de que não há articulação forte entre elas para trabalhos conjuntos, ou seja, parece que ainda não formam uma forte e densa rede de apoio, mas certamente proporcionam importante auxílio. Isso não deve negar, contudo, que essa rede vem se fortalecendo e que essa articulação cada vez mais se aperfeiçoa; o fato de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual ter vários recursos para superar suas possíveis sequelas, recursos esses proporcionados pelo estado, mas também pela sociedade civil, deve ser valorizado, assim como a prevenção a esse tipo de violência feita por instituições públicas e privadas. O importante é que o objetivo de aperfeiçoar essa articulação esteja em pauta e que medidas para cumpri-lo estão surgindo.

6. Os dados da cidade de São Paulo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes precisam ser melhor sistematizados e divulgados. Há organizações que têm as estatísticas bem consolidadas e um espírito público e transparente necessário para o estabelecimento de políticas públicas adequadas. Outras, ou não têm técnicos e/ou equipamentos ou não transmitem as informações que possuem para os que se organizam para combater a violência sexual. Seria

importante pensar em um sistema informatizado e de fácil transmissão de dados para que esses pudessem ser acessados por quem quiser se informar a respeito dessa área. Além disso, caberia insistir na importância de estatísticas confiáveis para a formulação de políticas públicas de prevenção a esse tipo de violência e atendimento aos agressores (quando é o caso) e às vítimas, estatísticas essas que deveriam poder ser obtidas por meio de pesquisas sistemáticas e constantemente atualizadas em bancos de dados. Supor que essas estatísticas não sejam necessárias é se submeter a uma ordem aparentemente caótica, que na falta desses dados efetivamente torna-se caótica para os setores desorganizados da população, pois, os setores organizados se defendem pela própria organização.

7. Os computadores de boa parte dos Conselhos Tutelares não são em número suficiente e nem são capazes de processar programas atuais. Não conseguem utilizar o SIPIA para arquivar seus dados. Se os fatores associados à violência sexual contra crianças e adolescentes não são facilmente combatíveis, o problema formulado nesse item parece ser de fácil solução; que essa solução não ocorra, pode revelar questões de outra ordem.

8. Os Conselhos Tutelares encontram-se, em geral, com uma demanda muito elevada, seja na quantidade de funções, quer pelo tamanho da população que devem atender; apenas seis dos 37 Conselhos Tutelares atendem uma população menor de 200.000 habitantes. Certo que, em entrevistas, foi dito que somente parte dos conselheiros tutelares atua, mas isso não retira a veracidade da necessidade de um maior número de Conselhos Tutelares nesta cidade;

9. As escolas, instituições nas quais estão a maioria das crianças e dos adolescentes, não parecem solidamente articuladas à rede de apoio à criança e ao adolescente vitimados sexualmente. Há Conselhos Tutelares, Delegacias e Organizações não governamentais que atuam em conjunto com algumas delas, mas elas próprias poderiam e deveriam se tornar instituições de prevenção, de defesa, de mobilização e de protagonismo nesse movimento; deveria haver uma articulação mais sólida entre as políticas públicas para a educação e as políticas públicas para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; em outras palavras, cabe ao estado articular seus diversos setores nesse enfrentamento e não a iniciativas isoladas. Há ações importantes na área de educação que promovem a reflexão, a crítica e o conhecimento que são importantes para o esclarecimento dos alunos, mas talvez pudessem existir ações diretas mais organizadas.

10. Considerando-se os dois últimos pontos, nota-se que se os Conselhos Tutelares estão sobrecarregados, e nessa sobrecarga, incluem-se também tarefas relativas à escola, tal como a disciplina dos alunos; as escolas, por sua vez, ao não ser mais totalmente responsáveis por algumas dessas tarefas, podem limitar o combate à violência sexual contra seus alunos. Caberia

rever os papéis da escola e do Conselho Tutelar em relação a isso. Em outras palavras, a escola deveria ser a única responsável pela disciplina de seus alunos, uma vez que é responsável pela sua formação, e também deveria, em conjunto com os Conselhos Tutelares e outras instituições, combater as diversas formas de violência que se abatem sobre seus alunos, não invadindo, quando não é o caso, os direitos familiares.

11. As regiões de São Paulo de maior incidência de violência sexual contra criança e adolescente são as de maior terreno geográfico e com maior população: as Zonas Leste e Sul; são também as que apresentam condições materiais mais precárias; com a distinção de que a primeira é mais homogênea; na região sul, há distritos pobres e outros que se situam entre os mais ricos da cidade. Na primeira parte deste relatório, diversos dados indicam fatores que proporcionam maior vulnerabilidade às crianças e adolescentes dessas regiões; dados relacionados à educação, à saúde, à renda. Conforme, salientado antes, esses fatores não são os únicos responsáveis por essa forma de violência, mas não podem ser deixados de lado.

12. Dever-se-ia informar aos médicos e outros profissionais da saúde que caso detectem violência sexual contra crianças e adolescentes deveriam fazer o encaminhamento adequado como pessoa jurídica, o que lhes dá maior proteção frente qualquer violência por parte do agressor. Seria importante também pesquisar se essa temática – violência sexual contra crianças e adolescentes – está presente na formação dos médicos e demais profissionais, e caso não esteja, ou seja insuficiente, que seja fomentada. O mesmo caberia propor para outras profissões: Psicologia, Sociologia, Direito, Serviço Social.

13. Há a necessidade da construção de um fluxo de atendimento para os casos de suspeita ou confirmação de violência sexual contra crianças e adolescentes no município com a finalidade de articular os diversos serviços existentes.

14. Este diagnóstico da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de São Paulo indica tendências importantes que têm se desenvolvido na cidade; caberiam novas pesquisas que pudessem não somente confirmá-las, como também complementá-las.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA
ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude
BO(s) – Boletim(ns) de Ocorrência
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CAPSI - Centro de Atenção Psicossocial - Infantil
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEInfo - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação
CEPESP – Centro de Pesquisa e Prevenção em Políticas Sociais
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMESCA - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente
CNES - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
CNRVV- Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo
COPS - Coordenadoria de Observatório de Políticas Públicas
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRECA – Centro de Referência da Criança e do Adolescente
CT(s) – Conselho(s) Tutelar(es)
DDM - Delegacia de Defesa da Mulher
DECAP - Departamento de Polícia Judiciária da Capital
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DIPRO - Diretoria de Programação e Desenvolvimento da Gestão Regionalizada
DGP - Departamento Geral do Pessoal
DP – Delegacia de Polícia
DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis
FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura da Cidade de São Paulo
FUNCAD - Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IML - Instituto Médico Legal
INFOCRIM-SSP - Informações Criminais – Secretaria de Segurança Pública
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NASF- Núcleos de Apoio à Saúde da Família

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PESTRAF - Pesquisa de Tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes
PIB - Produto Interno Bruto
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
SEHAB/ HABI - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Humano, Superintendência de Habitação Popular
SEE- São Paulo - Secretaria de Estado da Educação

SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo
SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SisRua – Sistema de Monitoramento para pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SME - Secretaria Municipal de Educação

SMDU - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SUAS - Sistema Único de Assistência Social.
SUS - Sistema Único da Saúde.
WCF - World Childhood Foundation
UBS – Unidade Básica de Saúde
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization tradução: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PARTE II

TEXTOS APRESENTADOS NOS SEMINÁRIOS

Fatores sociais e psicológicos que determinam a violência sexual

Dalka Chaves de Almeida Ferrari¹⁰

Antes do tema em questão, torna-se necessário conceituar violência, as modalidades de violências contra crianças e adolescentes, bem como as diferentes manifestações da violência sexual que ocorrem hoje em nossa sociedade.

Quando se fala de VIOLÊNCIA, pensa-se:

- Na conversão dos diferentes em desiguais
- Em desigualdades nas relações entre superior e inferior
- Em qualquer ação que trata o ser humano como objeto
- Quando a ação ou a fala de alguém são impedidas ou anuladas

Define-se que um “indivíduo é considerado violento quando ele rompe o pacto social existente” (Adorno, 1993, p. 9). Rompe com as regras, senão legítimas, pelo menos consideradas legais e morais numa sociedade, num determinado momento de sua história.

A violência é pensada sempre do ponto de vista de relações de força expressas enquanto relações de dominação. Ou seja, são relações em que as diferenças na sociedade são convertidas em relações de desigualdade e essa desigualdade convertida em relações assimétricas hierarquizadas, que implicam em que a vontade de uns seja submetida à vontade de outros. É nesse sentido que a ação é violenta. A violência é portanto, uma ação que envolve a perda da autonomia, de modo que pessoas são privadas de manifestar a sua vontade, submetendo-a à vontade e ao desejo de outros. É o caso da dominação de classes sociais a outras classes sociais.

De outro lado, a violência não se expressa apenas nessas relações entre as classes sociais, ela se expressa também nas relações interpessoais. A violência pode estar presente nas relações de gênero, nas relações entre homens e mulheres, nas relações entre adultos e crianças, nas relações entre brancos e negros, nas relações entre uma certa identidade heterossexual e a chamada identidade homossexual.

¹⁰ Psicóloga pela PUC-SP. Especialista no Enfrentamento da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo Laci/IPUSP. Coordenadora Geral e de Parcerias do CNRVV – Centro de Referência às Vítimas de Violência e membro da Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae

Desta forma, o abusador tanto da criança quanto do adolescente utiliza-se da violência claramente como uma forma de manifestação das relações de dominação, expressando claramente uma negação da liberdade do outro, da igualdade e da vida.

Quando se detecta a presença da violência dentro de um grupo familiar costuma-se defini-la como uma questão de Violência Doméstica (VD). A VD determina um padrão de relacionamento abusivo entre pai-mãe e filho, que leva ao desencontro, à estereotipia e à rigidez no desempenho dos papéis familiares. Segundo Dra. Maria Amélia Azevedo (1995, p. 36), livre docente em VD do LACRI/IPUSP:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e adolescentes, que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

MODALIDADES DE VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Existem várias modalidades de violências contra crianças e adolescentes. Estas violências podem ocorrer fora da família, mas, na grande maioria dos casos, iniciam-se dentro da família. Pode-se encontrar na literatura os termos violência familiar, doméstica ou intrafamiliar – todos referem-se às violências contra crianças e adolescentes causadas por membros da sua família. Dentre estas, as mais frequentes, temos as situações de violência psicológica, física, sexual, fatal, bem como a negligência e abandono.

Violência Psicológica:

A violência psicológica está presente em todas as formas de violência, mas pode aparecer separada delas nas relações interpessoais em que há utilização de termos que inferiorizam, humilham ou desvalorizam a criança e o adolescente, incluindo desmerecimento por características físicas ou psíquicas. Traz danos ao desenvolvimento tanto quanto as outras formas de violências contra crianças e adolescentes, embora seus efeitos possam por vezes ser menos facilmente visíveis (Ferrari et al., 2004, p. 15).

Violência física:

Os autores hoje concordam, do ponto de vista conceitual, que **violência física** representa concretamente a utilização de força física excessiva e inapropriada e o **negligência/abandono físico** significa o fracasso dos pais/responsáveis na realização adequada de seus deveres como pais, ou seja, no suprimento das necessidades básicas da criança/adolescente (Duarte & Arboleda, 1997).

A **negligência/abandono/psicológico/emocional** define-se tanto pela ausência de uma atenção positiva, de uma disponibilidade emocional, de interesse dos pais/responsáveis pela criança/adolescente; como por:

- atitudes de aterrorizar a criança (como ameaçar matá-la, machucá-la ou abandoná-la, se a criança não se comporta de acordo com as demandas do responsável);
- atitudes de isolamento social (privando-a de estabelecer relações sociais com castigos constantes e/ou mesmo prendendo-a, acorrentando ou trancando-a em casa);
- atitudes de corrupção (estimular ou levar a criança à práticas delinquentiais, produção de pornografia)
- atitudes de exploração (trabalhos domésticos que impedem a criança de ir à escola, realizar tarefas escolares ou satisfazer suas necessidades sociais, trabalho infantil forçado como mendicância).

Violência Fatal:

Atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação a crianças e/ou adolescentes que sendo capazes de causar-lhes dano físico, sexual e/ou psicológico podem ser considerados condicionantes (únicos ou não) de sua morte (Azevedo & Guerra, 1995).

Violência sexual:

A definição da *violência sexual na infância/adolescência* significa, para vários autores (Duarte & Arboleda, 1997), os contatos entre uma criança/adolescente e um adulto (familiar ou não) nos quais se utiliza a criança/adolescente como objeto gratificante para as necessidades ou desejos sexuais do adulto causando dano à criança/adolescente. Esta experiência poderá interferir no seu desenvolvimento, considerando que a criança/adolescente não tem ainda independência emocional e/ou maturidade plena para dar seu consentimento informado, o que nos leva a crer que sua participação foi obtida mediante coerção física ou psicológica, violando os tabus sociais ou os papéis familiares.

O tema violência sexual contra crianças e adolescentes, na literatura existente, é considerado como um fenômeno que sempre existiu na sociedade, embora de forma bastante

velada. Inclui, segundo Azevedo (1988, p. 13), ocorrências intra e extrafamiliares, com atos classificáveis em três grupos:

Não envolvendo contato físico: abuso verbal, telefonemas obscenos, vídeos/filmes obscenos, voyeurismo;

- Envolvendo contato físico: atos físico-genitais que incluem "passar a mão", coito (ou tentativa de), manipulação de genitais, contato oral-genital e uso sexual do ânus; pornografia, prostituição infantil (ou seja, exploração sexual comercial da criança para fins econômicos) e o incesto (enquanto atividade sexual entre uma criança e seus parentes mais próximos, tanto de sangue quanto de afinidade);

- Envolvendo contato físico com violência; estupro, brutalização e assassinato (crianças emasculadas) - onde estão presentes a força, ameaça ou intimidação.

MODALIDADES DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Abuso sexual:

Abuso refere-se ao que vai além do uso, ao mau uso: “É qualquer relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas, implicando em violência psicológica, social e /ou física” (Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual - CEARAS/USP).

Incesto:

As relações incestuosas numa família podem incluir pai/mãe biológicos ou padrasto/madrasta ou qualquer outra figura masculina ou feminina em quem a criança/adolescente deposita confiança e para as quais têm algum poder ou autoridade sobre ela: “É o abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de um dos membros do grupo e que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio” (Cohen, 1993).

Pedofilia:

Pedofilia refere-se ao interesse sexual de uma pessoa maior de 18 anos por outra pessoa menor de 13 anos. Faz parte do grupo das parafilias (perversões sexuais) e consiste em toques, carícias genitais e sexo oral, sendo a penetração menos comum.

Presença de mais de uma manifestação

Complexidade do conceito:

- uso não discriminado de termos semelhantes, tais como abuso sexual – incesto;
- problemática a ser abordada a partir da dinâmica da interrelação de diversos aspectos, tais como: jurídico, médico, psicológico e social.

Pedofilia na Internet:

Manifestação do interesse de adultos, com desvio sexual, por fotos pornográficas de crianças e adolescentes divulgadas pela Internet.

Do ponto de vista da medicina pedofilia é doença (OMS).

Do ponto de vista da psicologia é transtorno de personalidade ou de comportamento.

Do ponto de vista do direito é crime.

Exploração sexual comercial:

“Consiste no uso de uma criança ou adolescente para fins sexuais em troca de dinheiro ou favores em espécie, entre a criança ou adolescente, o cliente, o intermediário ou agenciador e outros que se beneficiam do comércio de crianças para esses propósitos” (Congresso Mundial Contra a Exploração Comercial de Crianças, Unicef, 1996).

Pornografia infantil:

É qualquer material áudio ou visual que use crianças num contexto sexual, consiste na exposição sexual de imagens de crianças e adolescentes, incluindo fotografias de sexo explícito, negativos, projeções, revistas, filmes, vídeos e discos de computadores.

Turismo sexual:

É a exploração sexual de crianças e adolescentes por visitantes em geral, procedentes de outros países ou mesmo turistas do próprio país.

Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual:

“É a promoção da saída ou entrada de crianças e adolescentes do território nacional para fins de prostituição” (CP.-231, ECA –83,84,85,251).

Trabalho infantil:

Imposto pelos pais, responsáveis ou "pais de rua", resulta em excessivas horas de trabalho, prejudica ou impede a frequência à escola e expõe a diversos riscos à saúde física e mental.

FATORES SOCIAIS E PSICOLÓGICOS QUE DETERMINAM A VIOLÊNCIA SEXUAL

Natureza do fenômeno:

1. Relação sujeito-objeto
2. Cultura adultocêntrica e falocêntrica
3. Caráter repetitivo
4. Fronteiras intergeracionais frágeis
5. Padrão multicausal

Psicodinâmica da família abusiva:

A Família com características abusivas apresenta as seguintes características:

- Duplas mensagens na comunicação;
- Complô do silêncio;
- Uso intenso de mecanismos de defesa;
- Auto-estima rebaixada;
- Dificuldade com limites: apresentando abuso do poder, omissão na função interditora, fronteiras intergeracionais frágeis;
- Isolamento social acentuado.

Furniss (1993), referindo-se às famílias em que ocorre o abuso sexual, assinala: rompimento de fronteiras intergeracionais; inversão de papéis; a criança, dependente estrutural, é colocada no lugar de parceiro pseudo-igual no relacionamento sexual inadequado com o abusador.

Fatores familiares:

- Experiência de socialização dos pais;
- história pessoal de abuso;
- história de desarmonia e ruptura familiar;
- ignorância sobre o processo evolutivo da criança/adolescente.

Fatores individuais:

Características patológicas dos pais:

- desordens físicas e psíquicas, alcoolismo, drogadição;
- baixa autoestima;
- baixa tolerância à frustração;
- despreparo para o papel de pai/mãe, impulsividade.

Características dos filhos:

- prematuridade;
- deficiência física ou mental;
- problemas graves de saúde;
- hiperatividade, rebeldia;
- apatia.

Fatores situacionais de stress:

- Violência estrutural;
- Pobreza;
- Excesso de filhos;
- Isolamento social;
- Crises familiares (separação, morte, gravidez indesejada);
- Desemprego.

Fatores socioeconômicos:

- Pouco contato com família extensa;
- Pouca interação social (na vizinhança, no trabalho, na escola);
- Pouco acesso a instituições (saúde, educação, lazer) da comunidade;
- Pouca expectativa e mobilidade social.

Fatores sociais de alto risco (por intensificarem a manutenção dos adolescentes na dependência química e exploração sexual dificultando seu rompimento):

- histórico de violência sexual intrafamiliar durante a infância;
- uso abusivo de drogas;
- presença marcante do aliciador em sua vida.

Fatores políticos:

- Falhas na elaboração ou execução de políticas públicas.

Fatores culturais:

- Atitude perante infância violência, castigo, mulheres, sexualidade;
- Regulamentação das relações entre sexos e entre gerações.

CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Consequências físicas:

- Lesões hemorragias vulvares, ou anais;
- Presença de sêmen na roupa, boca ou genitais;
- Dor e infecções urinárias e vaginais recorrentes;
- DSTs, gravidez precoce e aborto;
- Morte.

Consequências psicológicas:

- Transtorno do Stress Pós Traumático (TSPT);
- Baixa autoestima, apatia, agressividade;
- Medo e isolamento social;
- Enurese, encoprese;
- Dificuldades escolares;
- Comportamento sexualizado;
- Fuga de casa, delinquência;
- Toxicomania e alcoolismo;
- Fobias e pânico;
- Depressão e suicídio;
- Homicídio;
- Dupla personalidade, psicoses;
- Exploração sexual infanto-juvenil;
- Repetição do padrão abusivo.

Consequências sociais (Ministério da Saúde):

- Alta incidência de adolescentes grávidas - Partos no Estado de São Paulo/SUS:
1% - adolescentes 10-14 anos;

24% - adolescentes 15-19 anos;
20% do total de nascidos vivos.

FATORES QUE INFLUENCIAM A QUALIDADE E INTENSIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS

Idade da vítima e do agressor:

Quanto mais jovem a criança, menor sua capacidade de compreensão e suas defesas.

Quanto mais velho o agressor, mais forte a hierarquia de poder e mais evidente a fragilidade da barreira intergeracional.

Tipo de relação entre agressor e vítima:

Quanto mais íntima a relação entre eles (pais/mães-filhos) maior o paradoxo entre proteção e abuso e, portanto, maior o dano.

Personalidade da vítima:

Crianças tímidas e inibidas comunicam menos seus sofrimentos o que aumenta o tempo que ficam submetidas a um abuso.

Crianças expressivas podem ser vistas como coquetes e sofrerem abuso sexual.

Podem também ser consideradas rebeldes e carentes de limites e punições físicas.

Duração e frequência da agressão:

Quanto maior a frequência e a duração dos abusos, maior o dano.

Quanto maior a dor e o sofrimento psíquico causado pela impotência, desamparo, medo da morte e erotização, maior o dano.

Os danos são menores:

- crença e acolhimento da criança.

Os danos são maiores:

- desatenção aos apelos da criança;
- dúvidas de sua palavra;
- culpabilização da criança;
- exames mal conduzidos ou dolorosos;
- depoimentos repetidos;
- acareações com seus agressores.

CONCLUSÃO

A VIOLÊNCIA SEXUAL, sendo ela de caráter incestuoso ou não, deixa a criança numa sensação de total desamparo.

O adulto que deveria ser sinônimo de proteção se torna fonte de perturbação e ameaça.

Ela não tem com quem contar, não pode comentar o fato e ainda é mobilizada, pela complexidade da relação, a sentir-se culpada.

O silêncio, portanto, pode estar associado ao sentimento de culpa, às ameaças feitas, ao vínculo estabelecido na relação.

Já o autor da violência sexual – ele nega o impacto moral e psicológico dessa violência, distorce a experiência da vítima, desvaloriza ou desumaniza-a, o nível do dano, chegando a culpa-la como forma de negar a sua responsabilidade, o que lhe favorece continuar abusando.

Por abusadores, autores da violência sexual inclui-se tanto aqueles que são homens, mulheres e adolescentes e/ou crianças.

Um dado novo que se agrega, diz respeito aos abusos sexuais praticados por crianças e adolescentes – que vem aumentando ao longo dos últimos dez anos.

Mobilização da sociedade civil, das ONGs nacionais e internacionais, movimentos reivindicatórios estabeleceram-se junto aos órgãos públicos.

Como consequência, o tema da VS passou a ocupar, espaços na mídia, no parlamento, fóruns de discussão e debates a respeito;

No ano de 2000, foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, desdobrado em planos Estaduais e Municipais com os mesmos objetivos. Atualmente, o Plano Nacional está em revisão.

Apesar do esforço de vários profissionais *representantes da sociedade civil* e dos *representantes do governo*, sabe-se que o *enfrentamento* dos problemas de V, do abuso e de exploração sexual de crianças/adolescentes no Brasil, *necessariamente exige a implementação de um amplo leque de ações no plano nacional e no regional para a real implantação da doutrina de proteção integral preconizada pelo ECA.*

O que vem sendo realizado no Brasil ainda é insuficiente para eliminar essa bárbara forma de violência.

Reação do ambiente: essa responsabilidade da proteção cabe não apenas aos pais, mas a todos os adultos da comunidade.

Para garantir a segurança de todas as crianças é essencial mudar da **reação para a prevenção**:

- Com a formação de redes de proteção, campanhas de saúde pública, sócio educacional, apoiadas pelo sistema de garantia de direitos;

- Proteger crianças é uma responsabilidade de todos os adultos e, como tal, da comunidade na qual vivem;

- Só quando toda comunidade estiver esclarecida e envolvida na proteção de crianças é que será transmitida uma mensagem clara e unificada de que a **SOCIEDADE NÃO TOLERARÁ A VIOLÊNCIA, O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS e ADOLESCENTES.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Violência** - mimeo, SCFBS/SP, 1993 (p.9).

AZEVEDO, M.A. **Infância e Violência Doméstica no Brasil**, da pesquisa à ação. Mimeo., apresentado na SCFBS, São Paulo, em reunião de 26/04/95.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A. **Pele de Asno Não é só História** ...Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. Roca, São Paulo, 1988.

AZEVEDO, M.A. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. Cortez Editora, São Paulo, 1985.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.A. (orgs.) **Crianças vitimizadas - a síndrome do pequeno poder**. Iglu Editora, São Paulo, 1989.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V.A **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. Robe Editorial, São Paulo, 1995

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V.A **A Morte Anunciada**. Video, 1995.

BELLAMY, C. Dr.Exec.UNICEF - **Situação Mundial da Infância 2000**. Metas a serem alcançadas até o ano 2000 - Editora do UNICEF, Versão em português sob responsabilidade do Escritório do Representante do UNICEF no Brasil, Brasília, DF, 2000

CARDOSO, A.C.M. **O jovem e seus direitos**. São Paulo, Editora Moderna, 1997.

COHEN, CDIO - **O incesto um desejo** - in AZEVEDO, M. A e GUERRA, V.A **N - INFÂNCIA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: fronteiras do conhecimento** São Paulo, Cortez Edtitora, 1993

DUARTE, J.C.; ARBOLEDA, M.R.C. **Malos Tratos y Abuso Sexual Infantil**. Madrid, Siglo Vinteuno de Spaña Editores S.A , 1997, cap. I.

FERRARI, D.C.A. **A Situação da Infância no Brasil**. mimeo, trab. apresentado na cadeira PSA - 5766 A Criança na Família, na Escola e na Sociedade, São Paulo, IPUSP, 1996.

FERRARI, D.C.A. (org.) **Debate em Mesa Redonda sobre Violência Doméstica**. In Revista da FEBRAP, Vol. 2. Fasc. II, 1994.

FERRARI, Dalka C.A. e VECINA, Teresa C.C.(orgs.) **O Fim do Silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática**. São Paulo, Editora Summus/Agora, 2002.

FERRARI, Dalka C.A., SCODELÁRIO, Arlete S., SOUSA e SILVA, Maria Amélia, CAMARGO, Cecília N. M., MIYAHARA, Rose P. **O Fim da Omissão: Implantação de Pólos de Prevenção de Violência Doméstica no Município de São Paulo**. Editado pela Fundação Abrinq, São Paulo, 2004. (obra acessível pelo site da Fundação Abrinq – www.fundabrinq.org.br - entrar em Prêmio Criança 2002 - CNRVV – Centro de Referência às Vítimas de Violência).

FURNISS, T. **Abuso Sexual da criança**. Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

GOLDBERG, M.A.A. **Educação Sexual: Uma Proposta, Um Desafio**. São Paulo, Edições Aruanda, 1982.

GUERRA, VIVIANE N.A. **Violência de Pais contra Filhos; procuram-se vítimas**. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

KEMPE, R.S.; KEMPE, C.H. **Niños Maltratados**. Madrid, Ediciones Morata S.A, 1985

KRYNSKI, S.; GUERRA, C. **A criança maltratada**. São Paulo, Almed, 1987.

MORENO, J.L. **Psicoterapia de grupo y psicodrama**, México, Fondo de Cultura Econômica, 1966.

NUNES, C.A. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas, Papirus, 1987

SAFFIOTTI, H. **Violência contra a mulher: dimensão necessária da dominação**. In: Azevedo, M.A. Mulheres Espancadas: a violência denunciada. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

SANTOS, H.O. **Crianças Espancadas**. Campinas, Papirus, 1987.

Painel com as políticas públicas do município de São Paulo

Dalka Chaves de Almeida Ferrari ¹¹

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Política Pública é a forma de efetivar direitos, intervindo na realidade social. Ela é o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicos.

A política pública que garante o Enfrentamento à Violência Sexual Infanto- Juvenil, no Brasil passou e passa por inúmeros desafios. Ela foi instaurada a partir da Constituição de 1988, e é definida com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, como uma doutrina de proteção. A partir daí, o Sistema de Garantias de Direitos, desta nova política, formula uma política de atendimento – que é desenvolvida por um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União e dos Estados, do DF e dos Municípios.

Na década de 90 as agências internacionais envolvidas na causa dos Direitos Humanos como Unicef, ECPAT organizaram encontros e seminários envolvendo organizações governamentais e não-governamentais que trabalhavam com esta temática, visando o fortalecimento das redes de proteção existentes, bem como iniciando a discussão de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes vítimas de violência.

Ações que também fortaleceram este movimento de sensibilização e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes: CPI, de 1993; participação do Brasil no Encontro das Mulheres em Beijing, em 1996; sediamos o Seminário contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas; participação no I Congresso Mundial contra a ESCA em Estocolmo. Depois do I e II ECPAT, com apoio do Unicef e Ministério da Justiça, governos estaduais e sociedade civil reuniram-se para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Infanto Juvenil, em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 2000.¹²

Breve histórico local

- 1ª Rede Criança de Combate à Violência (Azevedo & Guerra, 1993) em 1988 na cidade de SP - organizada pelo governo estadual, com o apoio de organizações governamentais e não governamentais voltadas para a criança e o adolescente.

¹¹ Psicóloga pela PUCSP. Especialista no Enfrentamento da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo Laci/IPUSP. Coordenadora Geral e de Parcerias do CNRVV – Centro de Referência às Vítimas de Violência e membro da Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae

¹² Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, editado pelo Ministério da justiça, Brasília, 2000.

- Capacitações do Lacri 1993 a 2010 – formação ministrada por especialistas do Lacri/IPUSP e do exterior para equipes que iriam realizar o atendimento e a prevenção deste fenômeno.

- Conveniados com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social SEADS 1996 até 2003: o CNRVV – Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae e a ong União de Mulheres, foram as primeiras instituições a realizar atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias, a partir de 2001, via Programa Sentinela, na cidade de São Paulo.

- Surge o Pacto São Paulo a partir de 2000, visando a formulação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Estado de SP, constituído por Organizações da Sociedade Civil (ONGs) e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), logo em seguida foi criada a Comissão Estadual Enfrentamento da Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

- Em 2003/2004 ocorreu a Municipalização das Ações com Criança /Adolescente. Trabalhou-se, com a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) regionalmente para adequação do Plano Nacional e Plano Estadual visando a elaboração do Plano Municipal de Combate à Violência e Exploração Sexual Infante Juvenil. Em 2004 foi elaborado o Plano Municipal de Enfrentamento, mas não foi assinado pela prefeita. A partir de 2005, estas discussões foram retomadas, com a coordenação da SMADS e os Serviços Sentinela, que atendiam às vítimas, familiares e os autores da violência. Somaram-se a este grupo, integrantes do Ministério Público do Trabalho, a SEADS e o enfrentamento de situações de violência e exploração sexual, no Município de SP, começaram a ocorrer, como a ação deste fenômeno no CEAGESP.

- Criação da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, CMESCA, em 2006 pelo Prefeito, em resposta à proposta do Secretário e sociólogo, Dr. Floriano Pesaro, da SMADS e do Vereador e médico, Dr. Carlos Alberto Bezerra Jr., da Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo.

Ações iniciais da CMESCA:

- Revisão e atualização do Plano Municipal;

- Participação da CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Município, realizada pela Câmara Municipal de São Paulo, em 2009, para a qual toda a rede e o fluxo de atendimento foi convocada. Levantou-se “os nós” da rede, e propostas para superação, em um Relatório com 18 proposições (Bezerra Jr., 2009).

- Publicação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência, Abuso e Exploração, Sexual de Crianças e Adolescentes (SMADS, 2009) em Diário Oficial do Município, em 2009

- Ações integradas e interinstitucionais da CMESCA: Mobilizações, apoio a Campanhas; 18 de maio, Fórmula 1, Carnaval.

Atualmente

Fazendo a relação entre as organizações que trabalham com o tema e o desafio da auto sustentação para a implementação dos eixos do Plano, bem como subsidiar e estimular a formulação de políticas públicas, temos hoje em São Paulo os seguintes Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência:

Região sul – Campo Limpo e Santo Amaro: Herdeiros do Futuro

Região leste – S. Miguel e Aricanduva: Rede Criança e Brasil Gigante

Região oeste – Lapa, Brasilândia, Jaguaré, Perdizes: CNRVV

Região centro/sudeste – Vila Mariana, Jabaquara: P. Quixote

Região norte – Perus, Pirituba, Santana, V. N.Cachoeirinha: Brasil Gigante

Este **Painel de Políticas Públicas, no Município de São Paulo**, será apresentado seguindo-se os eixos do Plano de Enfrentamento da Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

Sistematização da incidência, verificando como o fenômeno se manifesta em cada região e fazendo a troca de informações entre os serviços locais. Instituições como Cearas, Crami, Pavas, Quixote, Rede Criança e CNRVV, Lacti, universidades – desenvolvendo levantamentos, pesquisas específicas.

CNRVV:1996-1998 - Realizou pesquisa sobre Metodologia do Atendimento em Casos de Violência Doméstica com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Serviços de proteção: utilização do Relatório Qualiquantitativo previsto pela Coordenação Nacional do Programa Sentinela – primeira análise da situação da realidade nacional e local do atendimento às vítimas, suas familiares e ao autor da violência.

2004 a 2007 – Como exemplo de análise da situação realizada pelo CNRVV, temos alguns resultados de uma pesquisa em âmbito nacional, realizada com apoio do Unicef:

"Sistemas de Notificação e detecção da violência em escolas públicas - propostas para integração entre projetos políticos pedagógicos e o sistema de garantias de direitos"¹³,

Área de Abrangência do Projeto:

Nacional.

Mapa Ilustrativo do Brasil para pesquisa



A escolha destes municípios seguiu os critérios de regionalização e premiação – municípios que implantaram a política de proteção integral e obtiveram o prêmio Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq:

Municípios premiados: Araxá, Belém, Belo Horizonte, Boquim, Caarapó, Porto Alegre, São Bernardo do Campo, São Luís, Sobral.

Municípios não premiados: Alagoinhas, Atibaia, Boa Vista, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Novo Hamburgo, Porto Velho, Recife, Rio Verde.

População Atingida :

¹³A pesquisa foi realizada pela equipe de profissionais do CNRVV sob a coordenação de Cecília Noemí Morelli Ferreira de Camargo, coordenadora da área de pesquisa e Dalka Chaves de Almeida Ferrari, coordenadora geral do referido centro. Por parte do Unicef foram oficiais do projeto, Helena Oliveira Silva e Silvio Kaloustian. (No prelo).

- Alcance direto: crianças, adolescentes, e familiares que se beneficiarão com os resultados deste estudo.

- Alcance indireto: profissionais da área de educação / equipe pedagógica e administrativa das escolas, membros do Conselho Tutelar.

A população alvo indireta foi estimada em aproximadamente 5 profissionais por escola, nas 4150 instituições pesquisadas. A pesquisa quantitativa envolveu todos os municípios escolhidos, entre premiados e não premiados, através de questionários aos profissionais das escolas públicas. Destes foram escolhidos cinco municípios para serem visitados, nas cinco regiões do país, para a pesquisa qualitativa com a equipe de educação das escolas e membros do Conselho Tutelar.

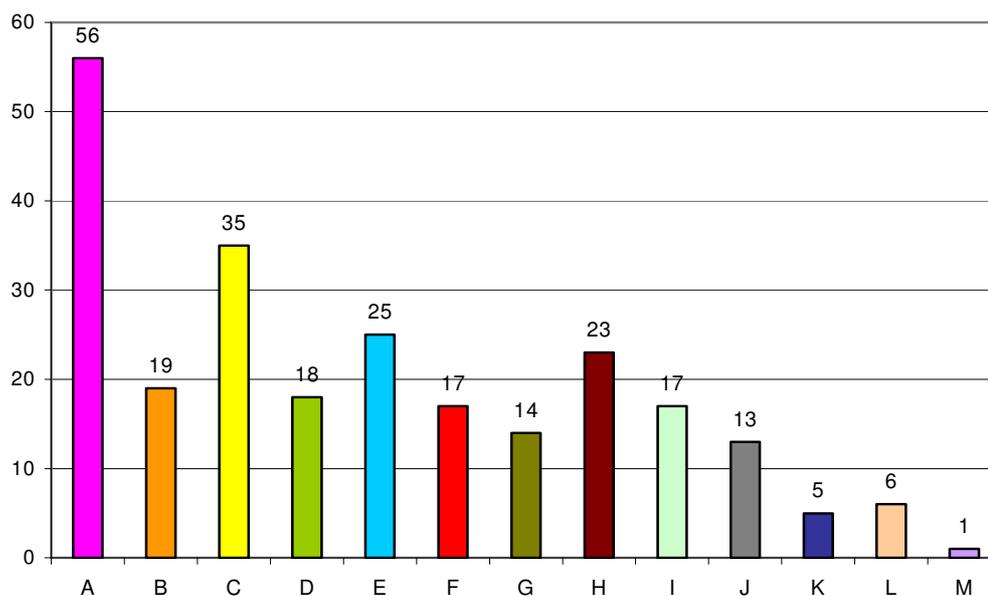
A pesquisa investigou como as escolas públicas detectam e encaminham as situações de violência contra crianças e adolescentes, seja a violência doméstica detectada na escola por seus profissionais, seja a violência contra crianças e adolescentes que ocorre dentro da escola, praticada por algum adulto que convive no meio escolar, ou por algum de seus pares, criança ou adolescente.

Verificou-se de que forma, detectada a situação de violência contra crianças e adolescentes, a escola integra projetos políticos, pedagógicos e o sistema de garantias de direitos encaminhando e acompanhando o caso para a rede local, que estratégias e mecanismos são disparados, ou qual a política de prevenção da violência é praticada, de que recursos pedagógicos lança mão para garantir os direitos de crianças e adolescentes.

A título de exemplo, temos os tipos de violência mais presentes nas escolas, de forma geral:

Para você quando está havendo violência contra criança/adolescente?

Visão Geral dos Municípios



A - Violência Social

B - Violência física na comunidade e/ou na escola

C - Violência física doméstica

D - Violência psicológica na comunidade e/ou na escola

E - Violência psicológica doméstica

F - Negligência

G - Violência sexual na comunidade e/ou na escola

H - Violência sexual doméstica

I - Despreparo para função de pais

J - Violência generalizada

K - Exploração sexual

L - Violência fatal

M - Trabalho infantil

O tipo de violência mais presente em todas as escolas foi a violência social, seguida de violência física doméstica, violência psicológica doméstica e violência sexual doméstica – o que estes dados e muitos outros, frutos desta pesquisa, poderiam influenciar políticas públicas, como as escolas usam o Sistema de Garantias de Direitos para reverter esta situação?

Cruzando estes dados com a questão abaixo, respondida nesta pesquisa, pela equipe de profissionais das escolas e pelo Conselho Tutelar, temos:

Dados Quali-quantitativos Referentes À Questão: *O Estatuto da Criança e do Adolescente fala sobre violência contra crianças e adolescentes, não é? O que você sabe sobre isso?*

A questão foi submetida ao mesmo tratamento. Assim, foram construídas categorias adequadas aos conteúdos encontrados, sendo elas:

A - Desconhece o assunto	21	17,50%
B - Fala sobre o ECA, mas vagamente	23	19,17%
C - Faz referências à problemática do ECA	28	21,67%
D - Conhece razoavelmente e/ou aplica o ECA	13	10,83%
E- Conhece aprofundadamente e/ou aplica o ECA	08	6,67%
F - Bonito na teoria mas ineficaz na prática	20	16,67%
G - É contra o ECA	09	7,50%
TOTAL DE RESPOSTAS DA PERGUNTA	120	

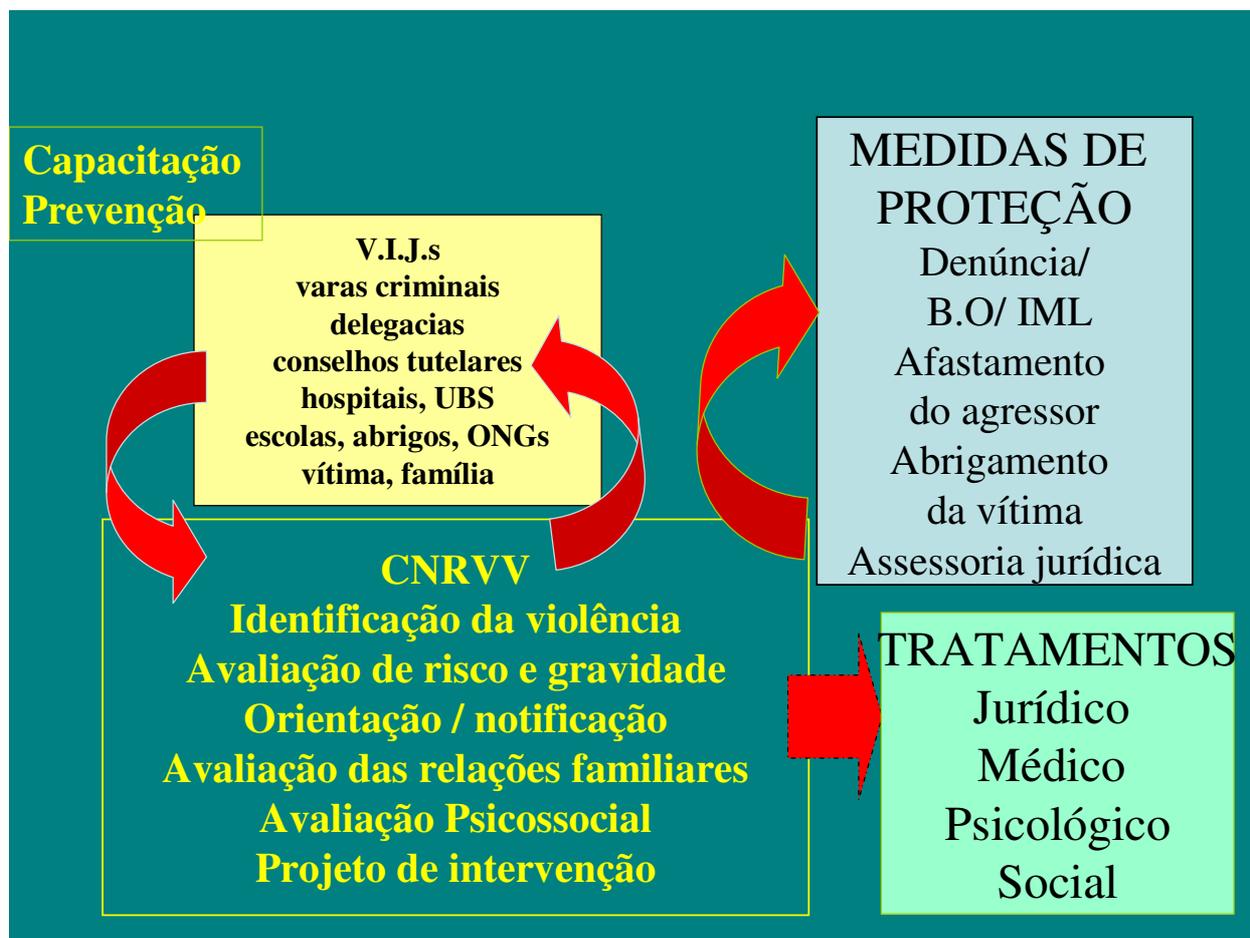
Constata-se, de modo geral, que as escolas estão reconhecendo a importância de se recorrer ao sistema de garantias de direitos, discordando da qualidade da prestação de serviços oferecida. Todavia, o fenômeno da violência doméstica está presente em todas as regiões brasileiras, refletindo-se na escola, reproduzindo novas formas de violência, clamando por uma intervenção eficaz.

ATENDIMENTO

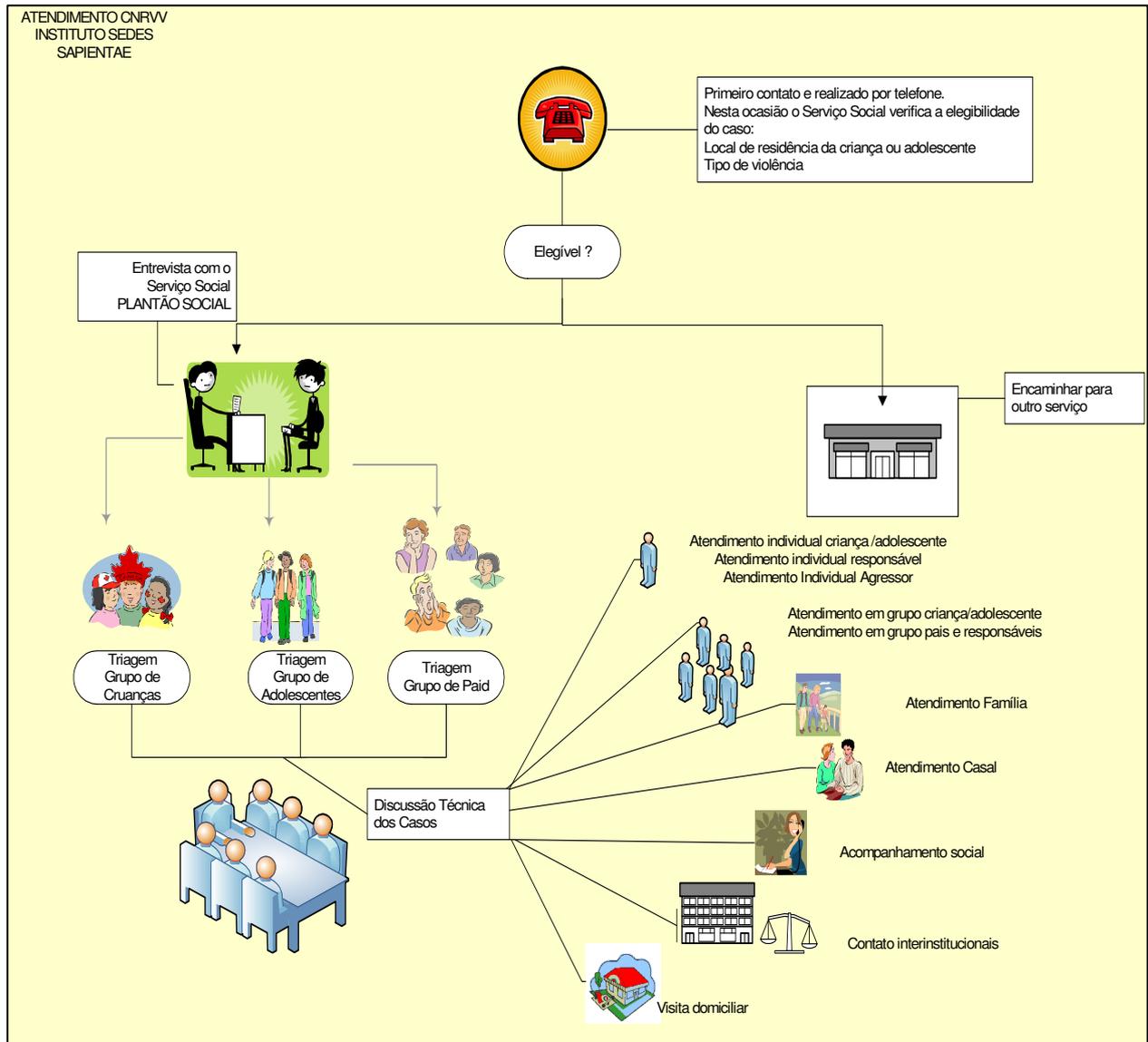
Estabelece metas de trabalho interdisciplinar por profissionais capacitados, “elencando prioridades a partir de risco e agravos identificados”. Daí a necessidade de trabalhar em rede, acionando CREAS e CRAS, se necessário, bem como SUS e o SGD.

Em São Paulo os *serviços de proteção social às crianças e aos adolescentes vítimas de violência*, são executados por Ongs, que ficam responsáveis pelo atendimento especializado: BRASIL GIGANTE; CNRVV/SEDES; HERDEIROS DO FUTURO; PROJETO QUIXOTE; REDE CRIANÇA.

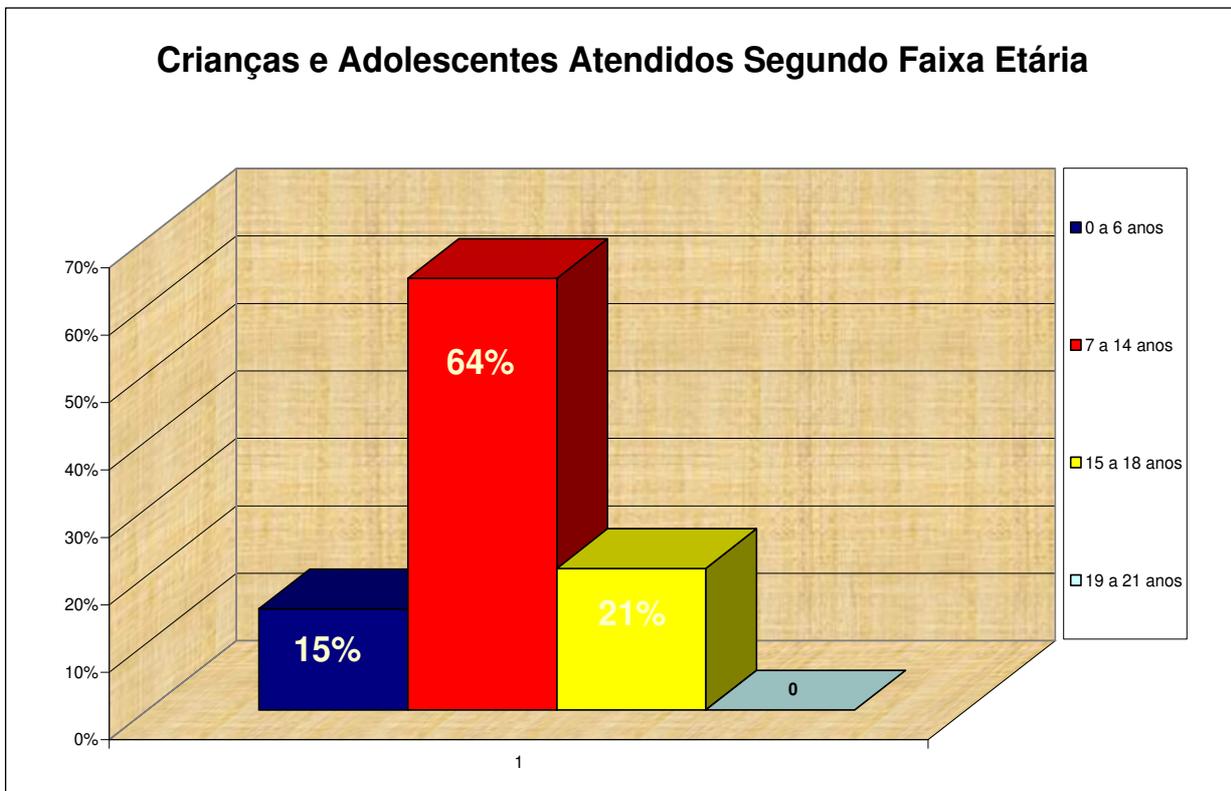
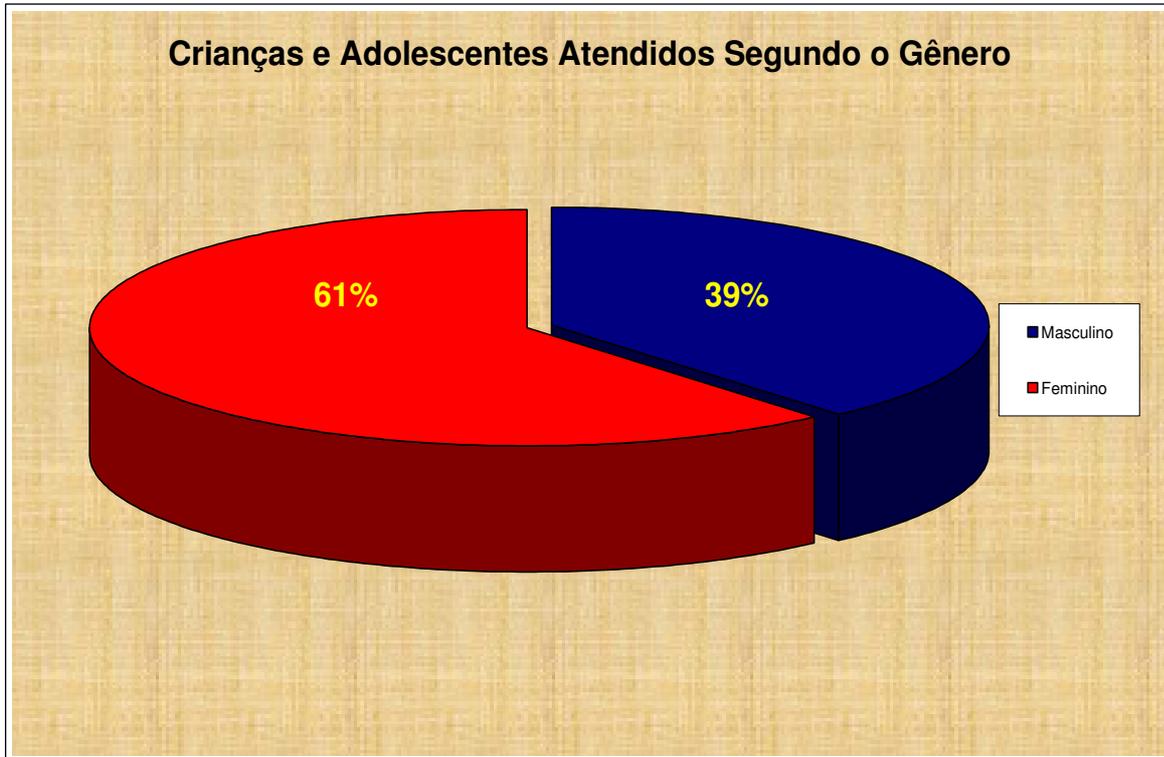
Fluxo de atendimento do CNRVV (Equipe CNRVV, 2004):



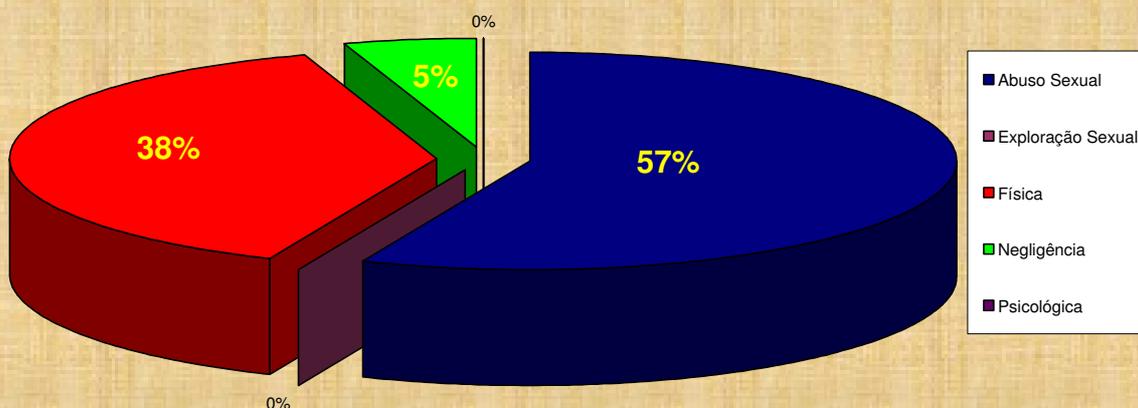
Detalhes do Fluxo Interno e Externo dos casos atendidos, a partir do Plantão Social, no CNRVV, do Instituto Sedes Sapientiae (Moura, 2009).



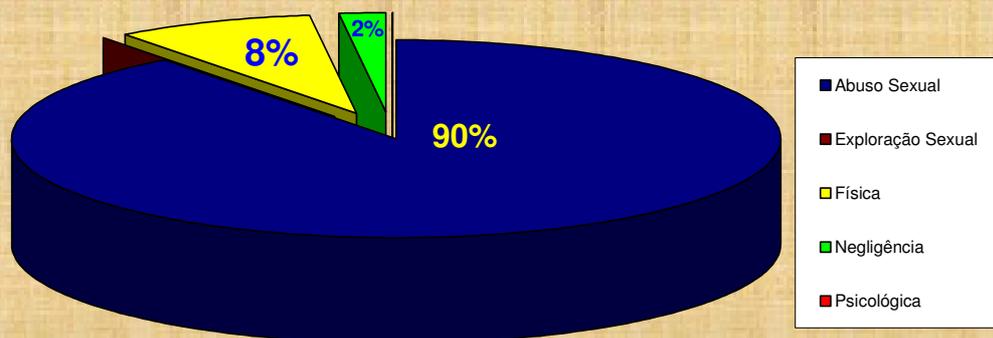
Dados refletidos no Atendimento do CNRVV (2010):



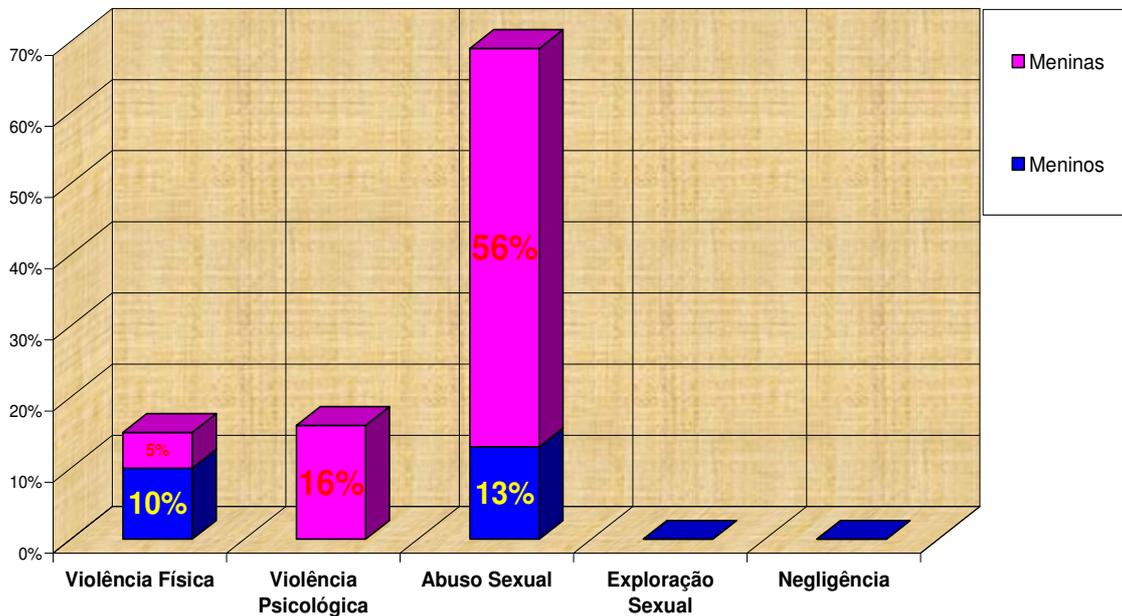
Crianças e Adolescentes Atendidos Segundo o Tipo de Violência e Gênero Masculino



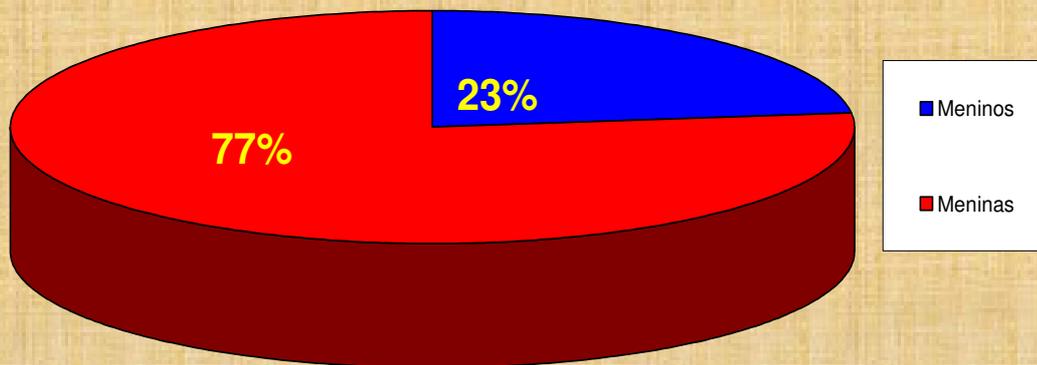
Crianças e Adolescentes Atendidos Segundo o Tipo de Violência e Gênero Feminino



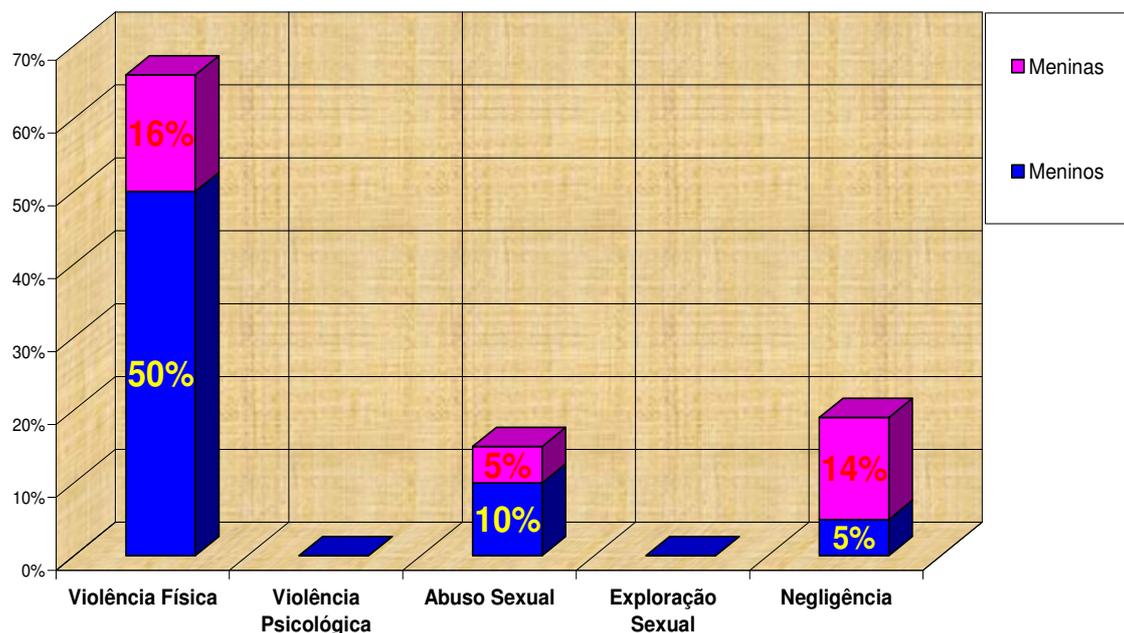
Número de Crianças e Adolescentes Atendidos Segundo Gênero e Vínculo com o Agressor (PAI)



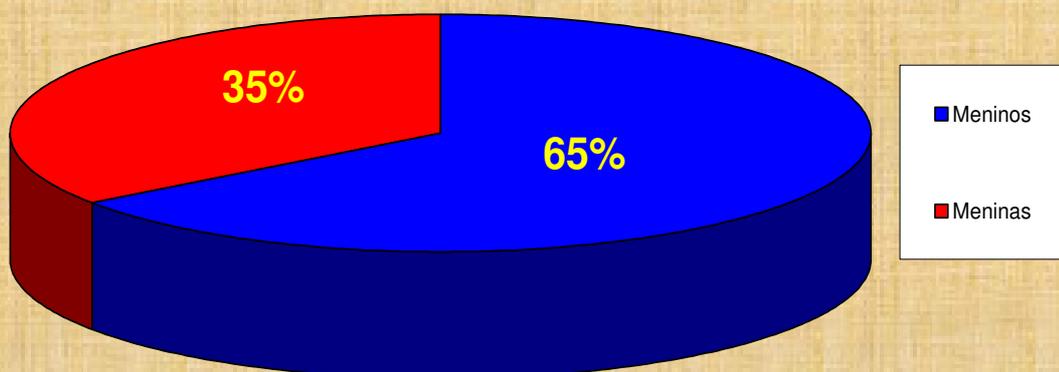
Número de Crianças e Adolescentes Atendidos Segundo Gênero e Vínculo com o Agressor (PAI)



Número de Crianças e Adolescentes Atendidos Segundo Gênero e Vínculo com o Agressor (MÃE)



Número de Crianças e Adolescentes Atendidos Segundo Gênero e Vínculo com o Agressor (MÃE)



MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Promove campanhas de sensibilização da população para dar visibilidade ao problema. Estimula reflexões e mudanças de concepções e práticas que estigmatizam a criança e o adolescente em situação de violência sexual. Enfatiza a capacitação das equipes de trabalho promovendo:

- a integração do saber prático com o saber técnico-científico;
- a visão crítica das ações;
- A parceria interinstitucional na rede de serviço.

Em São Paulo, a CMESCA tem desempenhado o papel de mobilizar e articular as campanhas, em diferentes datas, como 18 de maio, carnaval, de enfrentamento da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. As capacitações das equipes tem ocorrido de forma independente e isolada para os diferentes Serviços de Proteção. A SMADS, por vezes, ocupou o lugar de integrar os diferentes Serviços de Proteção, organizando capacitações mais temáticas. O CNRVV tem sido solicitado para realizar capacitações, workshops, formações para equipes de trabalho dentro desta temática, em diferentes lugares.

DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO:

Procura garantir a aplicação das Leis de Proteção, em consonância com os trabalhos dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) e Conselho Tutelar.

Hoje em São Paulo temos o Ministério Público atuando de forma constante neste Enfrentamento, bem como as Varas da Infância e Juventude por meio das Audiências Concentradas – onde toda a rede de serviços é acionada.

Projeto da Escuta Não Revitimizante e Justiça Restaurativa – envolvendo pesquisas e Projetos Piloto – Projetos do Tribunal de Justiça em prol da vítima e da responsabilização do agressor.

PREVENÇÃO (Ferrari et al., 2004)

Ações de prevenção no enfrentamento à violência doméstica e sexual: trabalho voltado à conscientização da população e dos profissionais envolvidos nestas situações.

Reconhecida como meio mais eficaz de combate à violência contra crianças e adolescentes pela Organização Mundial da Saúde (OMS), recomenda ação em três níveis: primário, secundário e terciário.

- Prevenção primária

Ações dirigidas ao conjunto da população: programas informativo, inserção de conteúdo curricular, campanhas, etc.

- Prevenção secundária

Envolve a identificação precoce de populações em risco capacitação de profissionais, orientação e encaminhamento a serviços.

- Prevenção terciária

Ações que objetivam reduzir as consequências e sequelas: implementação de programas de acompanhamento psicológico, social, médico e jurídico, implantação de abrigos e/ou serviços de proteção, inserção em programas de profissionalização.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO CNRVV (Coordenado por Arlete Salgueiro Scodelario)

As ações desenvolvidas a partir de uma instituição são amplamente irradiadas na comunidade formando o Polo de Prevenção. Desde 1996: Implantação de Polos de Prevenção – Ampliação a partir de 2004 – Fundação Abrinq de 2005 até 2008 – Childhood Brasil/WCF Brasil. Até este momento: “REDE DE PÓLOS DE PREVENÇÃO”.

O CNRVV optou por Programas de Prevenção que trabalhassem com a **prevenção primária**, num primeiro momento. Trabalhando junto à **educação e à mídia**, considerando todo tipo de imprensa, meio de comunicação. Para nós, **Educar é prevenir**. E é dentro dessa perspectiva que a **prevenção** deve centrar-se:

- Na formação de uma cultura de direitos humanos;
- Educação integral da criança e do adolescente com enfoques especiais na sexualidade e na colocação de limites por parte dos pais (disciplinamento) e educadores enquanto aspectos da construção da identidade;
- Combate a todas as formas de violência;
- Combate a todas as formas de desigualdade social e de discriminação.

A **prevenção** perpassa os diversos serviços e políticas públicas com diferentes alcances e níveis específicos. A articulação das instituições é um pressuposto fundamental para efetivação do paradigma da proteção integral – ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).



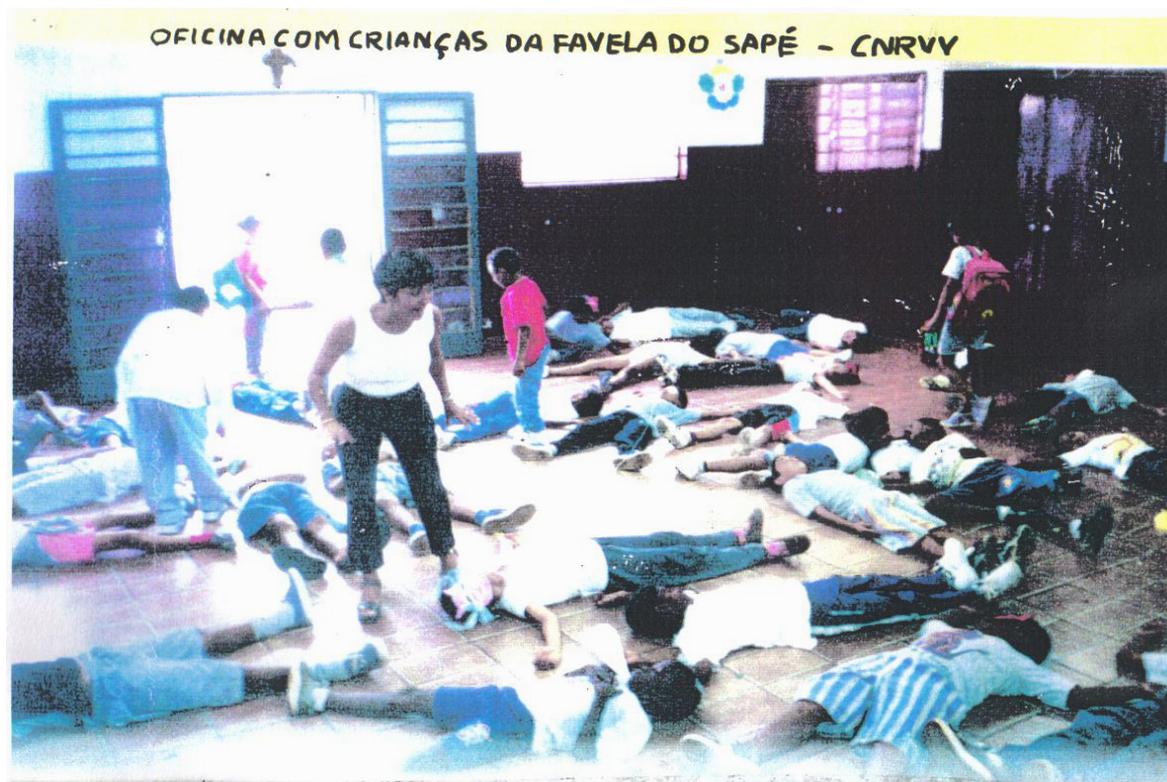
Portanto, destacamos como -

Objetivos Gerais:

1. Promover um sentimento positivo em relação à infância, um combate a padrões de relacionamento abusivos na família e um combate a toda forma de violência;
2. Evitar e interromper o ciclo da violência doméstica garantindo os direitos fundamentais do cidadão (criança, adolescente, família);
3. Construir uma cultura de direitos humanos;
4. Efetivar o sistema de garantias de direitos.

Objetivos Específicos:

1. Mobilizar diferentes setores da sociedade, incluindo a mídia defendendo a ÉTICA;
2. Criar programas psico-sociais, educativos e culturais voltados para crianças/adolescentes, pais e agentes educacionais/ de saúde/comunitários – que visem a perspectiva do exercício e da formação para a cidadania visando a construção do sujeito de direitos e agentes de transformação social bem como toda a organização coletiva;



3. Batalhar por uma política de capacitação em todos os níveis de organização (governamental e não-governamental);
4. Seguir uma programação que possa ser desenvolvida no âmbito da família, da escola e da comunidade, contemplando dentre outros temas: relacionamento pais-filhos; ser criança – desenvolvimento afetivo-emocional e intelectual; disciplinamento – limites, direitos e deveres; sexualidade – questão de gênero, desenvolvimento da sexualidade; violência doméstica – violência psicológica; violência física; violência sexual; violência fatal; recursos da comunidade – formação de rede.
5. Otimizar a utilização dos serviços e recursos da comunidade pela população articulando a rede de serviços intra e inter institucional.
6. Fortalecimento da Rede Comunitária de parceiros na proteção, atendimento e disseminação do aprendizado na prevenção à violência, abuso e exploração sexual.
7. Instrumentalizar os profissionais para que possam refletir e implementar ações de prevenção para serem desenvolvidas em suas instituições ou em outros locais da comunidade.



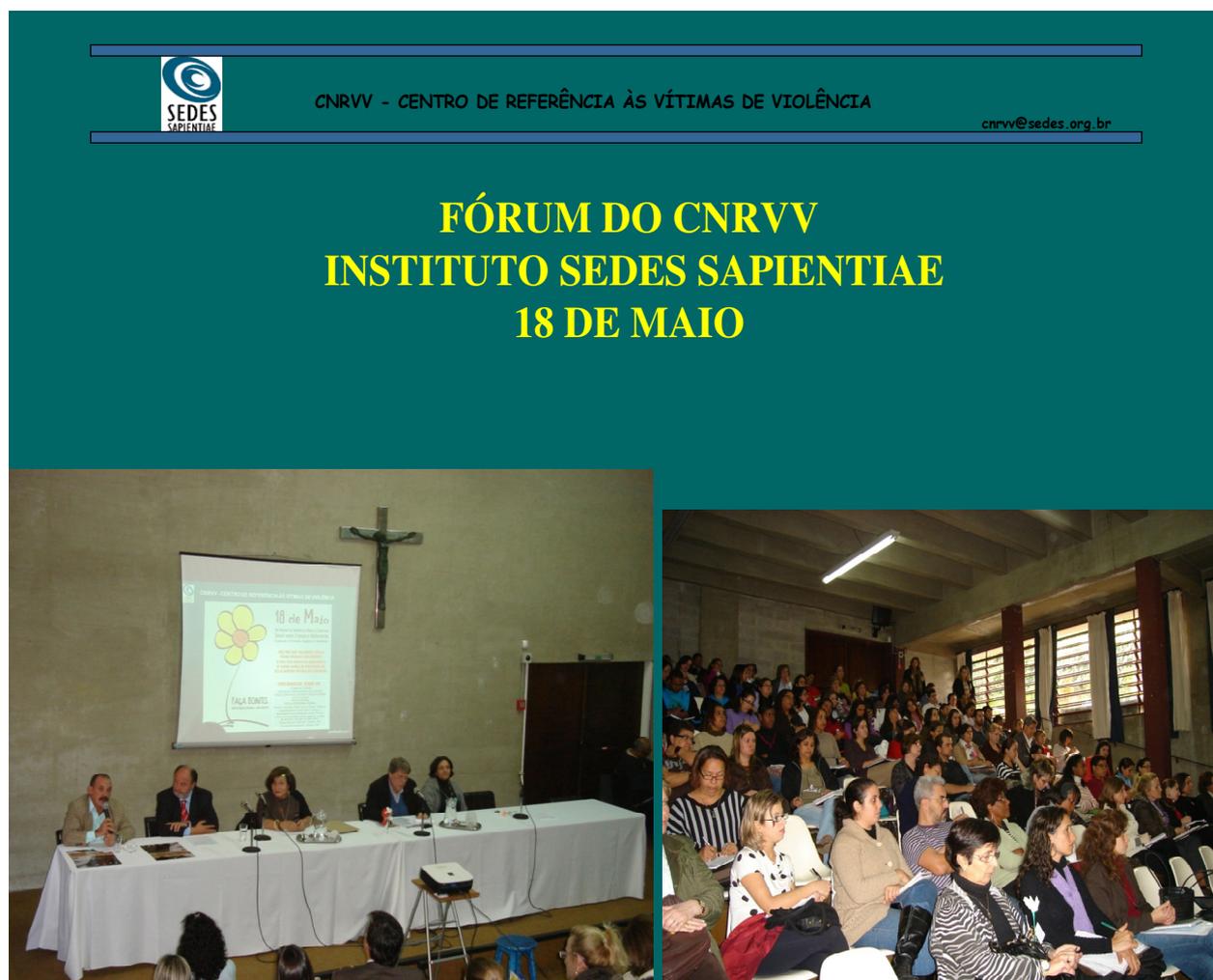
8. Criar e/ou participar de espaços de discussão, como fórum de debates, de modo que a produção de conhecimento e as ações de prevenção acerca deste fenômeno sejam discutidas, questionadas, aperfeiçoadas e possam subsidiar a formulação de políticas públicas.

Método:

Oficinas –

Optou-se pelo uso desta modalidade de trabalho por ser mais ampla e abrangente. Em muitas oficinas, utiliza-se da metodologia do sociodrama tematizado, em outras, do grupo operativo. Em ambas as situações, temos um evento tematizado, pois o grupo será formado em torno de uma preocupação coletiva, ou seja: a violência doméstica. Caracteriza-se por ter como objeto de trabalho não a individualidade de cada componente, mas questões comuns ao grupo. Nas duas abordagens, a etapa de aquecimento do grupo se faz presente de forma imprescindível. Assim, lança-se mão de várias das técnicas de aquecimento para trabalhos grupais visando chegar ao tema proposto, tais como jornal vivo, jogos dramáticos (verbais, corporais e

psicodramáticos), dramatização de contos, vídeos, teatro espontâneo, teatro de reprise, dinâmicas de grupo, recursos de arte/educação, etc.



PROTAGONISMO JUVENIL

Incentivar a participação de crianças e jovens na busca de solução de situações problemas;

Organização de suas demandas;

Estimular que atuem como agentes de seus direitos.

Ações com Jovens CNRVV:

Jovem desenvolveu um projeto na comunidade através de uma peça teatral acompanhada de discussão nas escolas da comunidade;

Nos Polos: realização de pesquisa e discussões temáticas sobre AVESCA.

No Fórum de Debates mensal do CNRVV, promove-se a participação dos adolescentes na plateia e/ou na mesa e/ou através de peças teatrais. Como exemplo, temos a participação de um grupo de jovens no nosso Fórum de Debates de julho de 2011, com a Peça de Teatro: *Violências Denunciadas*; Grupo teatral: *Pierrôs, os Protetores do Futuro*; Diretor: *Cristiano Rodineli de Almeida e Equipe de 17 atores*; Roteiro Original: *Vilma Barreto Gomes*. *SASF Jaraguá – Serviço de Assistência Social Familiar de Proteção Social Básica em Domicílio do Distrito Jaraguá*.

Redes de Proteção



Atores sociais (pessoas)

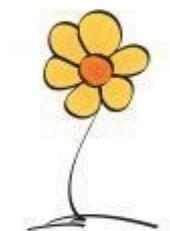


forças (instituições)

- Não hierárquica
- Descentralização do poder
- Corresponsabilidade

Prática:

- Complementaridade,
- Colaboração,
- Articulação e
- Integração.



A meta de alcançar eficiência e eficácia na intervenção **FAÇA BONITO.**

- Trabalhando em equipe interdisciplinar
- Sedimentando ações em níveis de prevenção e tratamento
- Integrando e articulando Rede Intra e Interinstitucional de Proteção Integral
- Estabelecendo parcerias para a participação na construção de Políticas Públicas
- Buscando os constantes “cuidados com o cuidador” (capacitação, supervisão, apoio psicológico)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS;

Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. (orgs.) *Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*, São Paulo: Cortez Editora, 1993.

Bezerra Jr, C. A. *Relatório CPI da Pedofilia e da Violência Sexual*, editado pela CMSP, 2009
PMEVAESCA - editado pela SMADS, 2009

Camargo, C. N. M. F.; Ferrari, D. C. A. (coords) Pesquisa CNRVV, Unicef (2004 -2006): "*Sistemas de Notificação e detecção da violência em escolas públicas - propostas para integração entre projetos políticos pedagógicos e o sistema de garantias de direitos*", no prelo (aguardando confirmação de financiador para publicação)

CNRVV – *Dados do Atendimento Psicossocial no CNRVV*, in Relatório Anual do Instituto Sedes Sapientiae, 2010

Equipe CNRVV – Fluxo de Atendimento às Vítimas, seus Familiares e ao Agressor, in material do Curso de Aperfeiçoamento *Violência Doméstica: O Fenômeno e as Possibilidades de Intervenção*, do CNRVV no Instituto Sedes Sapientiae, 2004.

Ferrari, D.C.A., Scodelário, A. S., Souza e Silva, M. A., Camargo, C. N. M., Miyahara, R. P. **O Fim da Omissão: Implantação de Pólos de Prevenção de Violência Doméstica no Município de São Paulo**. Editado pela Fundação Abrinq, São Paulo, 2004. (obra acessível pelo site www.sedes.org.br do Instituto Sedes Sapientiae/Centros/CNRVV – Centro de Referência às Vítimas de Violência).

Moura, A. C. A. M. *Fluxo Interno e Externo de Casos Atendidos a partir do Plantão Social no CNRVV*, do Instituto Sedes Sapientiae, 2009

Pacto SP e SEADS - PEEVESCA, 2002

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, editado pelo Ministério da justiça, Brasília, 2000.

Plano Municipal de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, SMADS, DO PMSP, 2009

A análise da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da Teoria Crítica da Sociedade

Ricardo Casco¹⁴

¹⁴ Doutor em Educação pela PUC/SP. Pesquisador PAIR/São Paulo; Membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LaEP/IPUSP) e Bolsista Pró-Docência/CAPES no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

A sociologia não é uma ciência do espírito. Os seus problemas não são, primordialmente, ou em sua essência, problemas da consciência ou mesmo do inconsciente dos homens que compõem a sociedade. Ela refere-se, sobretudo, à relação ativa entre o homem e a natureza, assim como às formas objetivas de associação entre os homens, não reintegráveis no espírito como estrutura interior do homem. A objetividade do caso social que, em grande medida, ilude a consciência individual e, inclusive, o conhecimento coletivo, é o que a investigação social empírica deve, precisamente, esclarecer rigorosamente e sem idealizações. (Horkheimer & Adorno, 1973, p.127)

O texto *Sociologia e investigação social empírica* de autoria de Max Horkheimer e Theodor Adorno (1973) apresenta formulações que dialogam com reflexões empreendidas em conjunto ou individualmente pelos autores da “Escola de Frankfurt” em diferentes momentos de sua ampla produção teórica. Podemos encontrar elementos que apontam para o mesmo campo de reflexões em textos como: *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* de autoria de Horkheimer (1973); *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*, de Adorno (1983); *Experiências científicas nos Estados Unidos*, do mesmo autor (1995) e *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, de autoria de Herbert Marcuse (1999). Entre outros objetos de reflexão, as contribuições desses autores, nesses textos, gravitam sobre a compreensão da racionalidade imanente aos processos que animam a vida social e os modos de conhecer da produção científica. Assim, problematizam os princípios, os modos, os usos e as consequências dos ideários subjacentes às bases constitutivas de um modo peculiar de pensamento, também presente nas investigações científica, particularmente, no campo das ciências sociais. Calcados nos moldes das ciências naturais, essas “novas bases” tomam a quantificação, a catalogação e o ordenamento de dados como operações lógicas que permitiriam levar a apreender e a compreender as regularidades empíricas que expressam os processos sociais.

Talvez decorra da compreensão dos impactos dessa perspectiva no interior da produção científica, a angústia de Adorno, em 1938, ao se deparar com o predomínio no seio da atividade intelectual norteamericana da “administrative research” que caracterizaria um tipo de produção que se orientaria para a sua aplicabilidade prática para a qual a “methodology” adquire o sentido de aplicação de técnicas e práticas de investigação pouco afeitas à crítica da organização social e do conhecimento que produz.

A perspectiva empreendida pela “pesquisa administrada” considera toda e qualquer reflexão que se situa além do dado empírico como falso, não científico. A forma de conceber conhecimentos a partir da utilização de métodos dedutivos rumo à formulação de enunciados

gerais distingue e confere status do que pode ser considerado ciência ou o que pode ser considerado mera especulação¹⁵. Ao refutar o pensamento “especulativo” tal tendência busca afastar-se do que considera um terreno inseguro para o desenvolvimento do espírito científico, pois ela visa a todo preço a harmonia do sistema lógico. Todas as partes são conectadas numa relação na qual a contradição é afastada pois coloca em risco a validade dos enunciados universais amplificados que devem ser aplicáveis a uma multiplicidade de situações. Segundo Adorno (1983):

Sua tendência harmonizadora permitindo, graças ao seu metódico tratamento mecânico, o desaparecimento dos antagonismos da realidade efetiva, repousa no método classificatório, sem qualquer intencionalidade dos que dele se utilizam. Reduz a um mesmo conceito coisas essencialmente irreduzíveis e contraditórias, por meio da escolha do aparato conceitual a serviço de sua unanimidade. (Adorno, 1983, p. 220)

Para Adorno (1973) tais ideários expressam o “estado da arte” da pesquisa científica atual que opera segundo a lógica que toma os objetos restringindo-os a sua mera aparência, operação esta que afasta a compreensão da relação de dependência que tais objetos mantêm com a totalidade da organização social. Para essa tendência investigativa, a verdade do objeto não se situa além de sua factualidade, reside apenas e necessariamente na ordem do que pode ser expresso sob a forma de mensuração, categorização e comprovação empírica.

Horkheimer (1973) também ocupou-se em compreender a lógica subjacente ao “novo” estatuto científico. Para o autor, nestas formulações, a dedução é a lógica que confere aos objetos seu estatuto de verdade: “a dedução tal como é usual na matemática deve ser estendida à totalidade das ciências sociais. A ordem no mundo abre-se para uma conexão de deduções intelectuais” (p.118). Ainda, para o autor: “sua validade real reside na consonância das proposições deduzidas com os fatos ocorridos” (p.117). A redução dos fenômenos sociais ao seu aspecto factual constitui um dos procedimentos exigidos para atingir a verdade, mesmo que esta verdade refira-se mais a busca e manutenção da coerência interna da construção lógica dos enunciados que se pretende verificar, de caráter transitório, do que a busca da compreensão do que o dado empírico possa revelar do caráter contraditório da totalidade social na qual encontra sua determinação.

Como atentam Horkheimer e Adorno (1973, p. 123):

¹⁵ Segundo Adorno (1973, p. 15), no positivismo “lo especulativo deja de ser concebido en sentido hegeliano, es decir, a la manera de una autorreflexión crítica del entendimiento, de cara a um conocimiento más intenso de sus propias limitaciones y a su autocorrección, para ser interpretado – inadvertidamente –, de acuerdo con su imagen vulgar, como una reflexión que se entrega orgullosamente a su ejercicio, sin control alguno, sin la menor autocrítica lógica y, sobre todo, sin confrontación con las cosas mismas”.

A restrição a objetos extraídos do contexto social e rigorosamente isolados, o que justamente, constitui a aproximação da investigação social às ciências naturais, inspirada pela sua exigência de exatidão e tendente a criar condições de investigação laboratorial – faz com que o tratamento da sociedade, como totalidade, continue excluído, não só temporariamente, mas por uma questão de princípio.

Ao negar as contradições presentes no objeto, como condição do próprio método investigativo, a pesquisa social empírica, nestes moldes, retira o conteúdo social dos objetos que pretende conhecer, elimina a tensão imanente entre a sua essência social e a sua aparência factual, tomando a última como suficiente para se conhecer a verdade. Essa operação desvela o caráter ideológico desse tipo de pensamento. A medida que falseia a realidade, tomando como verdade apenas o aspecto factual dos objetos de investigação, afasta-se a possibilidade de compreendê-los como mediação social e, neste sentido, o exercício científico afasta-se do comprometimento político de transformação.

O que a pesquisa social empírica define como não científico, o que transcende o meramente expresso como fato empírico, pois é fruto do pensamento especulativo, é, no pensamento dialético, justamente o que possibilita desvelar o objeto como mediação social. Ao se retirar esse momento do objeto – a mediação social – a pesquisa, assim orientada, sucumbe à mera comprovação do que já é dado, não se avança na compreensão do que o objeto revela de seu caráter contraditório, social e histórico. Segundo Horkheimer e Adorno (1973, p. 122):

A vitória das ciências individuais e de orientação positivista sobre a especulação não significou apenas a capitulação do espírito, enfraquecido e desiludido, mas foi também o resultado de tendências do desenvolvimento ou da própria realidade, contra a qual não tem valor as afirmações voluntárias em sentido contrário.

Na redução do pensamento aos moldes dos conhecimentos das ciências naturais está implícita a consagração do mundo como medida de si mesmo. O que aparece como triunfo da racionalidade subjetiva – a sujeição de todo ente ao formalismo lógico – é pago com a subordinação da razão aos achados imediatos. A tendência atual presente na investigação social empírica coaduna com a capitulação do espírito diante à hegemonia da racionalidade tecnológica própria ao capitalismo de monopólios. Na medida em que a vida social está padronizada, em virtude da grande concentração de poder político e econômico, as forças individuais sucumbem ao grande aparato, à racionalidade adaptativa.

Se ao longo da história da relação do homem e natureza a razão se fez necessária para a preservação da autoconservação, com a crescente racionalização dos meios de produção e o

desenvolvimento tecnológico, a razão, que outrora pode libertar o homem de sua fragilidade diante as forças ameaçadoras da natureza, volta-se contra ele próprio sob a forma de ideologia, sendo a ciência uma de suas bases. Tal racionalidade científica e tecnológica acaba por invadir todas as esferas da produção econômica e determina as formas como se desenvolvem as relações que se dão entre os homens e as formas de pensar. Segundo Marcuse (1999, p. 92):

a racionalização tecnológica criou uma estrutura comum de experiência para as várias profissões e ocupações. Esta experiência exclui ou restringe aqueles elementos que transcendem o controle técnico sobre os fatos e, assim, amplia a racionalização do mundo objetivo para o subjetivo. Por debaixo da complexa rede de controle estratificado encontra-se uma série de técnicas mais ou menos padronizadas, tendendo a um padrão geral, que assegura a reprodução material da sociedade.

A realidade objetiva dos objetos, a sua expressão como mediação social, não chega a ser percebida pelo intelecto. O indivíduo desenvolve uma forma de pensar padronizada, ajustada aos ideários da racionalidade do próprio aparato produtivo. Deste modo, as contradições dos objetos são afastadas do pensamento e as investigações sociais empíricas acabam por expressar a vitória da racionalidade tecnológica e a adaptabilidade exigida pelo aparato produtivo. Como comenta Adorno, a racionalidade técnica converte-se na racionalidade da própria dominação. A consciência coisificada é, segundo o autor “sobretudo uma consciência que se defende em relação a qualquer vir a ser, frente a qualquer apreensão do próprio condicionamento, impondo como sendo absoluto o que existe de um determinado modo” (Adorno, 1995,p.132).

Devido à ameaça à autoconservação, o espírito deve resignar-se para não perecer. Refletir sobre as determinações objetivas que regem a totalidade da vida social implica em colocar sob suspeita a racionalidade que mantém os ideários que sustentam a divisão de classes, o *status quo*. Deste modo, aquele que quer sobreviver deve ser fiel aos fatos consolidados e deles nada suspeitar. O apego à realidade sugere um mecanismo defensivo: a ordem estabelecida não pode ser questionada, quer na vida cotidiana quer na produção científica, pois a ameaça contra o indivíduo é brutal. Segundo Marcuse (1999, p. 82):

Sua factualidade, sua descrença em todos os valores que transcendem os fatos da observação, seu ressentimento contra todas as interpretações ‘quase pessoais’ e metafísicas, suas suspeitas de todos os padrões que relacionam a ordem observável das coisas, a racionalidade do aparato, à racionalidade da liberdade – esta atitude toda serve perfeitamente àqueles interessados em perpetuar o estado de coisas predominante.

Frente à ameaça de pauperização e exclusão social, os indivíduos tendem a renunciar a pensar para além da ordem dos fatos já dados, a adesão deve ser incontestável. Aquilo que

transcende a realidade observada deve ser afastado do pensamento pois tal operação implicaria numa instabilidade do sistema e o retorno da ameaça sobre o próprio indivíduo.

As produções da pesquisa social empírica também não estão imunes aos mesmos processos adaptativos, sucumbem aos ditames impostos pelo sistema produtivo. A redução do pensamento ao que é imediato coaduna com os princípios de otimização dos recursos que visam a dominação e a permanência do espírito num estágio de menoridade. Quanto maior a padronização e a redução a um conjunto de fatos isolados, maior a dominação infringida e menor a possibilidade de reflexão sobre os objetos que se pretende conhecer. Assim como a ideologia cumpre seu papel eliminando o que é contraditório, o positivismo exclui toda contradição imanente aos objetos que se propõe conhecer. Segundo Adorno (1973, p. 24):

Las teorías positivistas no pretenden sino sintetizar en un continuo lógico exento de contradicciones todas las contataciones, eligiendo para ello únicamente categorías de La mayor generalidad posible, y sin reconocer como condición de los estados de cosas esos conceptos estruturales culminantes en que éstos son subsumidos.

A ocultação das contradições sociais não se dá apenas na relação do pesquisador com o objeto que pretende conhecer, quando opera com a primazia do método sobre o objeto, mas na interpretação dos dados, quando desconsidera sua história e determinações sociais. Adorno (1995, p. 193) compreende que “a objetividade só pode ser descoberta por meio de uma reflexão sobre cada nível da historia e do conhecimento, assim como sobre aquilo que a cada vez se considera como sujeito e objeto, bem como sobre as mediações”.

Ao ser fiel a essa premissa, o pensamento dialético compreende os objetos como mediações sociais, momentos particulares da totalidade social, não são tomados, portanto, como átomos imóveis, indivisíveis e irredutíveis. Nestes termos, o pensamento dialético

(...) elimina la apariencia de cualquier posible dignidade naturalmente transcendental del sujeto, tomando consciência de si misma y de sus formas mentales a la manera de algo social en si mismo. En este sentido es más ‘realista’ que el cientificismo com todos sus ‘critérios empiristas. (Adorno, 1973, p.25)

Ao recusar ater-se ao que é dado como fato, o pensamento dialético recorre à crítica imanente¹⁶ como forma de compreender os objetos em sua complexidade. Este procedimento refere-se menos a uma crítica à lógica interna do enunciado formulado, mas, sobretudo, à confrontação do conceito com a coisa. Segundo Adorno (1973, p. 96):

(...) El requisito más modesto y al mismo tiempo más plausible, en el sentido de la crítica imanente y, en consecuencia, de acuerdo con las reglas del juego de la 'objetividad' sería el confrontar todas las posiciones dirigidas a la consciencia subjetiva y la inconsciencia de los hombres y de los grupos humanos con las realidades objetivas de su existencia.

É preciso contrapor à “administrative research” a Teoria Crítica da Sociedade para que as contradições sociais sejam explicitadas e esclarecidas. Uma verdadeira teoria da sociedade tem a responsabilidade de medir sua própria concepção, objetivando compreender os processos sociais, de modo que a factualidade dos objetos seja confrontada com suas determinações sociais. Segundo Horkheimer (1983, p. 154):

a teoria crítica não tem, apesar de toda a sua profunda compreensão dos fatos isolados e da conformidade de seus elementos com as teorias tradicionais mais avançadas, nenhuma instância específica para si, a não ser os interesses ligados à própria teoria crítica de suprimir a dominação de classe.

A confrontação do fenômeno observado com as condições sociais que tornaram possível sua manifestação consiste em não aceitar a operação lógica que reduz os objetos à seu momento factual. Ao considerar o aparente como mediação social, a verdade do objeto é recuperada, o conhecimento ganha objetividade, recupera-se o interesse das pesquisas sociais para a transformação da organização social em prol dos interesses humanos. Como advertem Horkheimer e Adorno (1973, p. 130), é necessária

(...) uma teoria da sociedade em que a transformação não seja apenas uma frase domingueira deve integrar a fatualidade, em toda a sua força de resistência, sob pena

¹⁶ Para Adorno (1983, p. 255): “nunca a crítica imanente é apenas puramente lógica, mas sempre também conteúdo, confrontação de conceito e coisa. Cabe-lhe perseguir a verdade que os conceitos, juízos e teoremas querem expressar por si mesmos; ela não se esgota na harmonia hermética das formações do pensamento. Em uma sociedade amplamente irracional está em discussão precisamente o primado cientificamente estipulado da lógica. Ater-se aos fatos do qual nenhum conhecimento, inclusive o procedimento puramente lógico, pode se libertar sem vestígios, exige que a crítica imanente, enquanto aplicada ao referido em proposições científicas e não ‘proposições em si’, não proceda apenas de modo argumentativo, mas examine se as coisas efetivamente se passam assim”.

de continuar sendo apenas um sonho impotente, cuja impotência só beneficia, uma vez mais, o poder do que está estabelecido.

Este marco teórico deve presidir as pesquisas que pretendem realizar o diagnóstico da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes na sociedade. Mais do que simplesmente agrupar dados oriundos de diferentes instituições, a pesquisa empreendida deve-se dedicar exaustivamente ao estudo das particularidades de cada uma das instâncias pesquisadas revelando suas determinações sociais.

A longa história de dominação constituída em nosso país, particularmente, as relações econômicas que pressionam os indivíduos para condições sociais que ferem a humanidade, a redução do corpo à condição de mercadoria, particularmente, das parcelas mais pobres dos estratos sociais, os negros, as mulheres e crianças, são elementos que devem ser considerados para a análise dos dados da pesquisa.

Do mesmo modo, se faz importante compreender as transformações históricas que atingem e transformam o status da família no que concerne aos processos formativos, compreender as condições que geram a miséria social, a hegemonia e os efeitos, no clima cultural do país, dos modelos identificatórios oferecidos pela indústria cultural, a qual inflige a erotização precoce da infância e prepara os novos objetos de consumo e novos consumidores. Desvelar as articulações que se dão entre as esferas do poder com o crime organizado, o tráfico de pessoas e a exploração sexual são elementos que não devem ser negligenciados.

Para se alcançar a compreensão de todos os elementos envolvidos na complexa trama que se evidencia na análise da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessário que todos os momentos sejam considerados no que diz respeito às mediações sociais que conformam os objetos pesquisados. Deste modo, os dados reinvestidos de sua relevância social podem apontar para medidas de caráter público, as quais devem ser mais do que ações isoladas ou justapostas, elas devem poder, partindo de um amplo esclarecimento, ganhar força de resistência em prol da transformação social.

Referências bibliográficas:

ADORNO, T.W. *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona – México, D. F. Ediciones Grijalb, S. A. 1973

_____ Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____ Experiências científicas nos Estados Unidos. In: *Palavras e Sinais – modelos críticos 2*. Ed. Vozes, 1995.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e Teoria Crítica. In: *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____ e ADORNO, T. W. Sociologia e Investigação Social Empírica. In: *Temas Básicos da Sociologia*. São Paulo, Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

Alguns aspectos para se pensar a mobilização e articulação para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.

Ednilton José Santa-Rosa¹⁷

¹⁷ Psicólogo, doutor em psicologia social pela PUC-SP; membro do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (LaEP/IP-USP) e pesquisador do PAIR/São Paulo.

O presente texto foi elaborado com o objetivo de contribuir para a discussão da mobilização e articulação para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. As ideias aqui apresentadas têm como objetivo colaborar para um avanço do processo de mobilização e articulação existente, refletido nas inúmeras ações desenvolvidas pelos diversos segmentos que lidam com o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes. Considerando que seja possível incrementar o já existente, o texto apresenta possíveis entraves, que, se não paralisam, podem prejudicar o desenvolvimento das suas ações.

A violência sexual de crianças e adolescentes é um fato social próprio de uma sociedade que admite estruturalmente a dominação de uns sobre outros. Uma vez que o tema a ser discutido está no domínio das ciências humanas, seu objeto é imbricado com o pesquisador e, dessa forma, há de se cuidar para que a teoria mantenha a lógica do objeto, evitando com isso escolhas baseadas em preferências individuais, que recairia no subjetivismo. A teoria crítica da sociedade orienta a presente análise, pois uma das grandes contribuições da teoria crítica: possibilitar a interpretação dos fatos sociais com base no objeto, permitindo que a reflexão não recaia no subjetivismo, o que dificultaria a discussão, uma vez que o subjetivismo gira em falso no eixo do relativismo. Os autores Adorno, Horkheimer e Marcuse, da Escola de Frankfurt, foram selecionados na elaboração desse texto, pois tais pensadores e fundadores da teoria crítica deram grandes contribuições para o entendimento da sociedade e do indivíduo na contemporaneidade, analisando as contradições próprias da sociedade industrial avançada. Destaca-se ainda que os temas da dominação e da sexualidade estão presentes em muitos de seus textos, o que para essa discussão se revela de grande importância.

Os segmentos que lidam com o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes procuram mobilizar e articular a sociedade em seus diversos setores, com o intuito de sensibilizar os cidadãos tal problema. Entende-se que com isso seja possível tanto prevenir como combater a violência já instalada e que atinge inúmeras crianças e adolescentes. A ampliação da participação é fundamental e deve envolver o cidadão comum, a sociedade civil organizada e o poder público. Mas não basta mobilizar, é necessário que haja, ao mesmo tempo, uma articulação entre todos os envolvidos, o que garante a efetividade da mobilização.

Em se tratando da articulação do movimento, há de se considerar uma dificuldade que aumenta na proporção da quantidade de pessoas envolvidas, a saber: se por um lado a ampliação dos setores torna as ações legítimas, intensificando a discussão e o compromisso de todos para a solução de um problema social, por outro se deve ponderar o fato de que nem sempre os

indivíduos envolvidos possuem engajamento político com a causa. Isso ocorre porque dentre os envolvidos pode existir aqueles que, por exemplo, sejam funcionários de um departamento de governo ou de alguma organização não governamental, cujo engajamento político é vinculado à função exercida. Muitas vezes participam da mobilização enquanto ocupam os respectivos cargos, cumprindo adequadamente sua missão, com muita dedicação e ética, mas ao sair de suas funções nem sempre permanecem ligados à mobilização, pois seu compromisso era com sua função e não necessariamente com a causa. Tal situação distingue o compromisso de participação de alguns em relação a outros e é uma realidade que deve ser enfrentada para efeito de melhor organização. Talvez esteja aqui uma das razões do por que há uma constante queixa de uns participarem mais que outros, ou ainda, que há mais compromisso de uns em relação a outros.

Esse é um fator objetivo, que pensado de maneira racional possibilita melhorar e entender o engajamento, já que de antemão é possível se planejar a participação tendo em vista as limitações de cada um. Contudo, devemos considerar que existem outros fatores que determinam não só a participação, mas também a forma dessa participação em termos subjetivos, pois seja individualmente ou representando qualquer instituição é o indivíduo o sujeito da ação. Entender como esse indivíduo é constituído se faz necessário, pois, embora a mobilização seja coletiva, é o indivíduo no final das contas que a conduz.

Crochík (2011), ao apresentar um ensaio sobre as dificuldades de se estudar a subjetividade, afirma que o indivíduo não é simplesmente influenciado pela sociedade, mas mediado, constituído por ela, pela sua introjeção. Segundo ele, o estudo da subjetividade deve levar em consideração as marcas que a sociedade impinge no indivíduo. Mas o autor também adverte para o fato de que a subjetividade não se constitui apenas das circunstâncias sociais, mas é resultante de um projeto histórico da civilização. Horkheimer (2003) já mostrara que a sociedade sempre produziu o indivíduo de acordo com o momento histórico, de tal sorte que é possível se verificar na história os tipos humanos que surgem em decorrência transformações pelas quais a civilização passa.

A sociedade atual, tão racional e desenvolvida, se tornou irracional e regredida, conforme afirma os autores frankfurtianos, que mostram a maneira como essa contradição se deu na formação da civilização. O medo que o homem sentia, ao se deparar com as dificuldades objetivas que a vida primitiva lhe trazia, fez com que procurasse compreender o que se passava à sua volta. Pelos mitos (resultado da projeção do subjetivo na natureza), o homem explicava primitivamente a força exercida pela natureza sobre sua vida. Com o passar do tempo, com a

justificativa de garantir sua autoconservação, julgou passou a controlar a natureza, submetendo-a aos seus propósitos.

As explicações míticas foram se tornando insuficientes, pois a cada problema resolvido, outro de maior complexidade era pela humanidade desafiado e vencido. A magia ia se perdendo frente às outras formas de explicação, levando ao contínuo desenvolvimento humano, que na tentativa de resolver os problemas que lhes chegavam a cada dia, proporcionou o progresso, fundado e mantido pelo esclarecimento.

Ocorre que, se por um lado o domínio da natureza se deu em face de um medo real, reagiu impondo-se como senhor e dominador, por outro, no exercício de dominação da natureza, os homens, por também ser natureza, estabelecem entre si as mesmas relações de dominação, justificadas pela autoconservação, que em uma sociedade de abundância como a nossa mostra-se absolutamente anacrônica. A sociedade se encontra tão esclarecida, mas cultua o que lhe aprisiona, o que nega o caráter do próprio esclarecimento.

No mesmo sentido, Marcuse mostra que o indivíduo da sociedade industrial avançada se constituía psicologicamente para aderir à sociedade de massa. O autor, criticando as ideias de Freud com relação à formação da criança, afirmava que com as transformações ocorridas na sociedade industrial, o indivíduo é cada vez menos formado pela família:

O modelo psicanalítico clássico, segundo o qual o pai e a família dominada pelo pai eram o agente da socialização psíquica, perde seu valor uma vez que a sociedade dirige diretamente, através dos mass media, dos agrupamentos escolares e esportivos, dos bandos de jovens etc., o ego que está se constituindo. (Marcuse, 1998, p. 94)

Vive-se em uma sociedade declaradamente de massa e, no entanto, poucas vezes se pensa criticamente no fato. Ao considerar que o indivíduo é formado psiquicamente para compor uma sociedade de massa, Marcuse aponta para um aspecto regressivo na civilização, que produz indivíduos regredidos:

O elemento mais geral e aos mesmo tempo fundamental na formação das massas na civilização desenvolvida é, segundo Freud, a singular “regressão a uma atividade primitiva da alma”, que faz retroceder a uma civilização avançada a inícios pré-históricos – à horda primitiva. (Marcuse, 1998, p. 96)

No trecho acima Marcuse se refere a Freud para mostrar o aspecto regressivo do indivíduo que adere à massa e mais à frente reflete que tal aspecto pode ser encontrado “nos domínios avançados da sociedade industrial” (Marcuse, 1998, p. 97) A regressão a que se refere Marcuse é de maneira generalizada na sociedade capitalista, mas é importante esclarecer que essa regressão se dá por conta da própria formação da civilização ocidental, é de certa forma frequente em nossa civilização: mesmo com todo o progresso, a civilização constantemente regride aos estágios anteriores (Adorno e Horkheimer, 1997).

O Estado capitalista permite e incentiva a exploração de uns sobre outros e em nome da harmonia social ainda se defende a ideia de que o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, que resulta no acúmulo cada vez maior do poder da classe dominante:

Quem é pobre tem de trabalhar duro para poder viver, tem mesmo de considerar este trabalho, na medida em que cresce o exército estrutural da reserva da indústria, um grande benefício e um favor, o que quer que ele faça, desde que pertença ao tipo burguês-autoritário. A venda de sua força de trabalho “por livre e espontânea vontade” resulta no contínuo aumento do poder dos dominantes; a diferença entre ganho e fortuna das duas classes chega às raias do fantástico. (Horkheimer, 2003, p. 210)

É importante lembrar que, quando o autor chama a atenção para a diferença entre ganho e fortuna não significa apenas que alguns vivem em situação melhor do que outros, mas – e fundamentalmente – que muitos padecem e até morrem em virtude da miséria a que foram histórica e socialmente determinados.

A violência da exploração na atualidade não necessita, salvo algumas exceções, da força bruta, mas pela convicção, racional ou não, de que a ordem deve ser mantida, convencimento esse que está presente na subjetividade do indivíduo. Assim, o que tudo indica, pensar em mobilização e articulação que leve em conta a presença da consciência, também passa pela compreensão da formação da subjetividade e esse parece ser um ponto central nessa análise, caso se tenha a clareza de que seja importante que os mobilizados tenham consciência daquilo que pelo qual estão se mobilizando. A maneira pela qual se dá esse entendimento, essa percepção, passa certamente pela subjetividade.

A discussão sobre a violência sexual de crianças e adolescentes implica na reflexão sobre a própria repressão sexual, que historicamente junto com a dominação acompanha o homem. Ao recorrer à mobilização e articulação sociais deve-se refletir tanto sobre a sexualidade quanto a violência; ou mais precisamente, sobre a repressão sexual e a dominação dos homens sobre os homens.

Anda no que concerne à sexualidade, diferente do que muitos possam pensar, Adorno (1969) mostra que a repressão sexual ainda se faz presente na sociedade contemporânea e a liberdade apregoada não passa de mera aparência. Também os tabus sexuais ainda são presentes, pairam sobre a sociedade como fantasmas que ameaçam os indivíduos e sustentam ideias moralistas, que impedem uma discussão efetiva sobre o que mantém tais amarras. O autor discute que a atual sociedade racional não necessita dos valores patriarcais tais como a castidade, virgindade e inocência. Para ele o sexo foi conformado à indústria e administrado pela sociedade. No mesmo sentido Marcuse (1998) afirma que a sexualidade se transforma em mercadoria, em atração comercial. Segundo Adorno (1969), tudo isso significa que o sexo foi dessexualizado.

Crochík (1998) contribuindo com a discussão mostra que, diferente de outrora, na contemporaneidade é a consciência que deve ser controlada, não mais os impulsos. Isso quer dizer que o fato de as pessoas estarem mais liberadas para se relacionarem sexualmente não significa que a sexualidade deixou de ser reprimida:

O conflito entre o princípio de prazer e o princípio de realidade é dirigido por meio de uma liberalização controlada, que realça a satisfação obtida com aquilo que a sociedade oferece. Mas nessa forma de liberação a energia libidinal muda sua função social: na medida em que a sexualidade é sancionada e até encorajada pela sociedade (...) ela perde a qualidade erótica essencial, a saber, o elemento de emancipação no que se refere ao social. (Marcuse, 1998)

Quando a sociedade, por meio de seus mecanismos de comunicação e principalmente pela indústria cultural, incentivam o relacionamento sexual, também ditam como este deve ocorrer. A sexualidade passa a ser treinada de maneira massificada; os indivíduos se submetem a manuais de como proceder, ficando à mercê da aprovação dos demais, o que dá um caráter autoritário para o processo. O mesmo autoritarismo se vê no jovem que, frente aos colegas se obriga a dizer que já manteve relações sexuais, quando na verdade ainda não passou pela experiência. A dita liberdade sexual também mostra sua face totalitária quando a jovem passa a ser motivo de chacota, ao dizer às suas amigas que ainda não teve sua primeira experiência sexual.

O aspecto velado da repressão sexual torna sua emancipação mais difícil, pois se a maioria se diz livre e até mesmo se sente livre, não há o porquê de lutar para libertação. É nisso que o controle da consciência se mostra mais eficaz do que o dos impulsos, que são socialmente modificados para atuarem em prol da dominação.

Outro obstáculo a ser superado no caso de um tema que envolve a sexualidade é como lidar com os tabus que pairam sobre o assunto. Realizar um debate sobre a violência na sociedade brasileira deve considerar as bases do Estado capitalista que, na sua constituição não só admite a violência da exploração como também a regulamenta, legítima. Algumas explorações são permitidas enquanto outras não, e caberia aqui pensar sobre os determinantes que autorizam algumas formas de exploração.

Pensar em estratégias de mobilização e articulação sem considerar as contradições sociais que determinam a formação dos indivíduos na sociedade, e portanto, sem considerar a formação psíquica dos indivíduos que se pretende mobilizar, pode levar a algumas dificuldades, que sem a devida interpretação, pode redundar em esforços inúteis fazendo com que aqueles, efetivamente engajados na causa, se desmobilizem e passem a acreditar que não há nada a se fazer.

Um aspecto que chama a atenção é a grande importância conferida às campanhas, principalmente àquelas produzidas pelos publicitários. O argumento em defesa de serviços de publicidade e propaganda encontra guarida, muitas vezes, no fato de que os meios de comunicação de massa transmitem informação e esta contribui para que as pessoas, mais esclarecidas, possam contribuir para que mudanças ocorram na sociedade. Caberia pensar que realmente muitos, ao se depararem com informações vinculadas pelos meios de comunicação de massa, modificam sua forma de agir, de pensar sobre determinadas questões. Dado o volume de recurso que muitas vezes são tornados disponíveis para tais peças publicitárias, seria de grande valia mensurar o impacto que tais campanhas causam no sentido de diminuir a violência sexual contra crianças e adolescentes. Considerar que, pelo fato das vendas aumentarem com propagandas significa que a publicidade possa atuar em favor de causas humanitárias seria, no mínimo, ingenuidade. É claro que a propaganda ganha adesão dos clientes potenciais não pela razão, mas pela irracionalidade. É difícil encontrar alguém que aceite racionalmente o que a publicidade prega, mas emocionalmente a pessoa se identifica com o produto. Acontece que, quando tratamos de sexualidade, mexemos com tabus. Quando associamos a sexualidade à violência de crianças estamos a um passo de mobilizar conteúdos emocionais, pois invocamos algo moralmente descabido: a junção de uma pureza infantil com a sexualidade; por outro lado, juntam-se muitas vozes em coro que defendem que alguns jovens seduzem os adultos. Nesse caso, o horror da violência se dá pelo fato de envolver crianças e sexo. Perde-se o conteúdo mais importante, a meu ver, que é o da violência, seja de crianças, adultos ou velhos.

Para finalizar, gostaria de atentar para o fato de que a mobilização e a articulação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes garante que a discussão em tono do problema se amplie, contudo as questões que envolvem a formação do indivíduo na

sociedade atual devem ser levadas em conta, pois ajudam a entender as limitações que toda mobilização enfrenta, evitando que aqueles que têm um forte engajamento percam a motivação, o que pode ameaçar até mesmo a continuidade de tal empenho.

Referências bibliográficas

HORKHEIMER, M. Autoridade e família *in Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CROCHÍK, J. L. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia *in Teoria crítica da sociedade e psicologia: alguns ensaios*. Araraquara: Junqueira e Marin, 2011.

CROCHÍK, J. L. *O computador no ensino e a limitação da consciência*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARCUSE, H. A obsolescência da psicanálise *in Cultura e sociedade* Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. O conceito de esclarecimento *in Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ADORNO, T. W. Los Tabus Sexuales y El Derecho Hoy. *In: Intervenciones: Nueve Modelos de Crítica*. Caracas: Ed. Monte Avila, 1969.

Tabus sexuais e direitos hoje e a relação com o eixo de defesa e responsabilização dos Planos de Enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes

Marcelo Moreira Neumann¹⁸

Ao tratar de “defesa e responsabilização” os Planos de Enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente, seja municipal, estadual ou federal exprimem uma concepção demarcatória frente à garantia de direitos da criança e o adolescente. Todavia, essa demarcação é meramente formal, mas que revela uma “defesa” e uma “responsabilização” daqueles que estão envolvidos na situação de abuso e exploração sexual.

Ao considerar os dois termos utilizados subjaz uma compreensão de seus criadores calcados no direito positivado, que mostram uma realidade fragmentada de seus operadores. Por um lado a criança que necessita de toda a proteção e de sua integral defesa e por outro a responsabilização incondicional daqueles que atentam contra a sexualidade.

O presente texto apresentará os aspectos da defesa e responsabilização à luz dos teóricos críticos, especialmente Adorno no texto “Tabus sexuais e direitos hoje”. Serão trazido outro texto do mesmo autor em parceria com Horkheimer que tem relação com o nosso objeto que é o excurso II “Juliette ou Esclarecimento e Moral” do livro *Dialética do Esclarecimento*. Cabe ressaltar as importantes contribuições de Herbert Marcuse nos livros “Ideologia da Sociedade Industrial” e “Eros e a Civilização” a respeito da integração da energia libidinal do homem à ordem cultural e pode-se associar ao texto de Walter Benjamin “Franz Kafka – A propósito do décimo aniversário de sua morte”, escrito em 1934.

A relevância de discutir Kafka encontra aderência ao nosso objeto de discussão principalmente no que tange ao poder judiciário e os operadores do sistema de garantia de direitos. Posto que no processo kafkaniano existe uma compreensão de uma justiça inacessível ao homem, ou como bem ressaltou Benjamin “...O processo que esse procedimento judicial não deixa via de regra nenhuma esperança aos acusados, mesmo quando subsiste a esperança da absolvição”. Ou nas palavras escritas pelo próprio Kafka “Faz parte da natureza desse sistema judicial condenar não apenas réus inocentes, mas também réus ignorantes”.

¹⁸ Psicólogo, Doutor em Serviço Social e Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, Professor de Psicologia Jurídica da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador do PAIR-SP.

O indivíduo pseudo-formado não vê as leis, pois ela é distante de si, assim “o homem pode transgredi-las sem o saber”, como destaca Benjamin. As referências das quais o indivíduo possa se projetar e identificar, como os familiares que possibilitaria a interdição de alguns elementos da cultura são mais raros. Assim o indivíduo fica solto em seu processo formativo de subjetivação. As instituições de direito passam a substituir no sistema social a interdição dos pais, forçando o indivíduo a se integrar na cultura.

Por outro lado, os operadores do sistema de garantia de direitos como outros indivíduos da cultura são formados para executar procedimentos dentro de uma lógica da chamada ideologia da racionalidade tecnológica, que se preocupa mais com o “processo em si” do que as pessoas. No espírito da sociedade de produção não há espaço para as manifestações seja da singularidade, como das paixões, desejos, amarguras e conflitos. Falta tempo e todo o procedimento deve ser rápido impedindo a possibilidade de pensamento. A razão instrumental prevalece sobre a racionalidade.

A dominação não se restringe a razão, ela é também exercida sobre a afetividade estendendo as relações com os outros, dentro de uma administração de conteúdos psíquicos adequado ao padrão de administração das relações produtivas. Com isto há uma mudança da natureza pulsional do homem convertendo aos propósitos dessa mesma sociedade de produção e a manutenção dos interesses repressivos.

No texto “Tabus sexuais e direitos hoje”, Adorno instiga a reflexão sobre a aparente liberdade sexual da cultura moderna e da incorporação do sexo e de suas contradições, como uma forma da neutralização da crítica à estrutura social:

O sexo deformado e modificado, gravado com impostos e explorado de mil maneiras pela indústria material e cultural é dirigido, institucionalizado, administrado pela sociedade, conforme sua manipulação. Apenas enquanto é submetido é permitido (Adorno, 1969, p. 93)

Com a repressão dos impulsos sexuais, a sexualidade torna-se dessexualizada. Freud já falava sobre a importância da gratificação dos impulsos sexuais, e Marcuse repõe a questão inferindo que a submissão dos impulsos parciais (oral, olfativa, anal, visual...) do sexo são colocados à primazia genital e à função procriadora. Nesse sentido, a sexualidade que deveria ser gratificada como um todo é parcialmente satisfeita alterando sua natureza. Adorno (1969) mostra como a educação da família burguesa doméstica e modifica a natureza dos impulsos pondo-os a serviço da procriação.

A sexualidade procriadora é canalizada para as instituições monogâmicas, com isso há uma redução do impulso sexual, qualitativa e quantitativa, que altera a natureza da sexualidade. Poderíamos inferir também que os indivíduos ajustam-se aos moldes do mundo administrado, ou seja, sujeitam-se ao sexo integrado e submetido à genitália, com fins unicamente de reprodução. O sexo genital é uma redução da sexualidade, é um forte aliado dos tabus sexuais existentes, pois suprime o impulso sexual. Adorno, em *Tabus Sexuais e Direitos hoje* (1969, p. 96), adverte:

...os instintos sexuais postos em jogo em atividades consideradas perversas tornam-se empobrecidos, purificados da relação com os genitais, ensurdecidos, levados a uma redução. A dessexualização da sexualidade deve ser entendida, psicodinamicamente, como aquela forma de sexo genital em que este mesmo se converte em uma força que impõe tabus e que aterroriza ou suprime o instinto sexual ... (tradução nossa)

As instituições sociais que apregoam o sexo genital agem como repressivas, exageram em sua aplicação e utilizam o medo para obter o controle sobre a sexualidade dos indivíduos. Neste sentido os indivíduos se sentem exigidos e ameaçados a todo o momento pelas instituições poderosas em seu campo de ação, na verdade, em sua vida. Esse temor – acrescenta Adorno, recorrendo à psicanálise – está associado à castração. Considerando que são os pais que interditam os desejos da criança, a família torna-se a primeira instituição a reprimir o indivíduo.

Dessa maneira a manutenção da dominação sobre a sexualidade vem sendo executada pelas instituições que buscam obter total controle moral do indivíduo. A religião, o Estado e a família são seus representantes. Marcuse também reflete que a dominação do homem e da natureza é resultante de várias formas históricas do *princípio da realidade*. Nas sociedades em que os membros trabalham pela vida, a dominação requer modos de repressão diferentes daqueles de uma sociedade em que o trabalho é o terreno exclusivo de determinado grupo. A repressão varia de acordo com o modo de produção, voltando-se para o consumo individual ou para o lucro. O próprio conteúdo do *princípio de realidade* é afetado por essas diferenças, pois deve vincular-se ao sistema de instituições e relações sociais, leis e valores que transmitem e impõem as modificações dos instintos (Neumann, 2002).

Contudo devemos deixar claro que as relações de dominação vão além das relações interpessoais, elas ocorrem nas relações entre sociedade-indivíduo, como ocorre na relação histórica entre civilização-indivíduo. Marcuse (1981), ao considerar a especificidade das diferentes formas históricas de estruturação do *princípio de realidade*, destacou os controles

adicionais gerados pelas instituições específicas de dominação, nomeando essa porção, sempre excessiva de repressão, como mais-repressão.

A dominação por meio de seus representantes ao se apropriar da libido humana para seus propósitos modifica os instintos, controlando-os com a mais-repressão. Essa invasão sobre os impulsos individuais podem caracterizar um tipo de abuso sexual ou de exploração sexual. A sociedade burguesa com suas instituições e ideologias transgride o poder para alcançar a realização de seus objetivos. Canaliza a sexualidade para a produção (industrial ou de serviços) e para o dito progresso da civilização.

As leis podem ser consideradas registros históricos de uma determinada cultura ou civilização e expressam os “modus operandi” de cada sociedade. Elas versam sobre determinados comportamentos considerados corretos que à rigor passam a gerir a vida social das pessoas. Essas regras e normas de convivência não têm necessariamente a ver com seus direitos ou como fora defendido por Rousseau por seus direitos naturais, mas sim por convenções calcadas em determinados interesses de uma classe dominante. Repousa nas leis portanto, uma moral que servem a determinados grupos e lhes interessam defender, sem a necessária reflexão ética sobre o direito efetivo do homem. Desta forma, as contradições são colocadas:

Em geral, a legislação não tenderia que ser atenuada. Algumas coisas deveriam ser agravadas, como as penas previstas contra delitos cometidos com violência brutal. Porém resulta, como assinalou Karl Kraus, que se castiga mais severamente as ternuras proibidas efetuadas a menores, que violências tais como castigos de professores ou pais que chegam por um triz do homicídio. (1969, p.106 - tradução nossa)

Dentro do contexto dos tabus sexuais, aquele que comete a violência sexual está definitivamente estigmatizado por toda a sua vida. São presos, assassinados ou servem sexualmente a outros detentos. Os atenuantes e as brechas encontradas pelos profissionais do direito nas leis, muitas vezes, deixam nas prisões por mais tempo os agressores sexuais do que aqueles que cometem crimes contra a vida. Se o crime for “culposos”, ou seja, não houve a intencionalidade de matar, ou ocorreu por negligência, imprudência ou imperícia, o indivíduo chega a responder pelo crime em liberdade. Quando há “dolo” e se o criminoso não possuir antecedentes criminais sua pena pode ser bastante reduzida. No caso da violência sexual, se o crime for de estupro, a lei pode condenar o indivíduo por vários anos. Nos casos em que não existem provas suficientes contra o agressor, como a felação ou outras manipulações sexuais que

não deixam marcas físicas, muitas vezes, fica a palavra da criança ou do adolescente contra a palavra do suposto agressor.

Esse estado de vulnerabilidade em que a criança ou o adolescente são colocados faz com que muitos profissionais e entidades de proteção à infância e juventude lutem impiedosamente pelos seus direitos. Adorno assinala porque ocorre essa tendência:

O sentimento de culpa universal é fundado nos maiores, não podem se libertar do que considera a inocência das crianças, como sua imagem contraposta e como refúgio, e para salvar essa imagem todo meio parece adequado. É bem sabido que os tabus se fazem mais fortes quando os sujeitos desejam, inconscientemente, realizar no que o tabu castiga. (Adorno, 1969, p. 103)

Com as modificações das leis como ocorreu no Brasil, após a Constituição de 1988 e a promulgação da Lei 8.069, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, os profissionais da área passaram a lutar cegamente pela defesa desses direitos como se defendessem a si próprios. Os discursos mais radicais a favor das crianças e dos adolescentes, contraditoriamente, querem penas mais duras contra os agressores sexuais, pois acredita-se que os indivíduos que cometem esse delito não podem conviver em sociedade. A violação e a responsabilização do agressor é uma discussão sem fim, para alguns juristas do Brasil e todo ato de violência sexual deve ser coibido, desde os casos de estupro até os mais “leves”, isto é, casos que não resultariam em marcas ou traumas físicos. Outras correntes menos punitivas alertam sobre a possibilidade de tratamento desses agressores. Estas defendem que o indivíduo não tratado repetirá seu ato logo após sua soltura. Deve-se verificar se os agressores considerados perversos têm possibilidades de tratamento ou de ajustamento social.

Com a progressiva aceitação social da genitalidade, aumenta a pressão contra o instinto sexual e contra suas representações nas relações genitais. Como um resíduo, só se cultiva um voyeurismo socializado, ao pré-prazer. Substitui a união com uma pessoa pela observação em comum e, assim, da expressão a tendência socializante do sexo, que constitui um dos aspectos de sua fatal integração. (p. 97 – tradução nossa)

Na sociedade repressiva há um aumento considerável dos discursos dos defensores do moralismo, que não permitem a expressão da sexualidade e isto é proporcional ao fanatismo por programas de televisão que expõe a vida de outros. A indústria cultural é um forte aliado ao

voyeurismo social e também as manifestações sexuais aparentes, que se contrapõe a visão de Adorno “Justamente o sexo não mutilado nem sufocado não produz nunca algo mal ao homem” (Adorno, 1969, p. 105 – tradução nossa). Com relação à adolescente, a descoberta de um corpo delineado, atraente choca os partidários da moralidade. Adorno exemplifica o sucesso de *Lolita*, que na época causou certo escândalo e que de modo algum é obscena.

Seguramente essa imagem desejada e proibida deve contar com aspectos sociais, suscitados por uma repulsão acumulada contra uma situação que, temporariamente, impede que se tenha juntas a puberdade e a autonomia do ser humano. (1969, p. 104 – tradução nossa)

A sexualidade é natural e bela, é dessa forma que deveria ser tratada, seja da criança, do adolescente, do adulto ou do idoso. *Eros* é a energia da vida e como essa energia é reprimida, ela é canalizada para outras funções sociais, assim tornam-se “perversas”. O olhar sobre a sexualidade nesta sociedade passa a ser o olhar sobre o objeto sexual, aprisionado na genitalidade ou na possibilidade que outrem pode oferecer para saciar os desejos negados pela cultura.

Adorno sustenta que não se pode admitir a violência contra menores de idade:

Claro está que se deve impedir-se a ocorrência da violência contra crianças, as pessoas dotadas de algum tipo de autoridade utilizam-se de sua posição para obrigá-las a converter-se em pessoas sob sua dependência, contra sua vontade. (1969, p 104 – tradução nossa)

No caso também é complicado manter uma pessoa que cometeu atentados sexuais contra crianças e adolescentes seguir em liberdade, pois se ocorresse um atentado com a vida dessas reforçaria a tese da perseguição. A contradição nos permite a refletir sobre essas pessoas que cometem tais atos, se é o momento de prender, de tratar ou de deixar em liberdade. Atualmente alguns estados americanos vêm adotando a castração química como forma de controle social sobre os agressores sexuais ou do monitoramento de satélite por meio de sensores fixos no corpo do condenado. Até que ponto isto é ressocializante? A sociedade administrada tende a colocar a culpa no indivíduo de questões que são sociais, com a ideologia que Foucault denominou de “Vigiar e Punir” protegendo os interesses do capital em detrimento dos problemas que efetivamente deveriam ser enfrentados.

Verifica-se a ambiguidade de sentimentos da criança com relação aos pais. Amor e ódio são faces da “mesma moeda”, como o amor expressado pela ternura. Tanto os sentimentos quanto as atitudes são sublimações dos desejos, como afirmam Horkheimer e Adorno no texto de “Juliette”.

Mas a ternura, até mesmo a mais incorpórea, é a sexualidade metamorfoseada. A mão acariciando os cabelos e o beijo na fronte, que exprimem o desvario do amor espiritual, são formas apaziguadas de golpes e mordidas que acompanham, por exemplo, o ato sexual dos selvagens australianos. A separação é abstrata. (1985, p.103)

Adorno adverte que se deve-se investigar se os menores de idade são realmente vítimas. É de conhecimento que alguns casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são denunciados com o intuito de prejudicar pessoas. Existem vários casos em que o próprio adolescente por não ter uma boa relação com o padrasto ou madrasta acusam-os de molestamento sexual. É crescente o número de casos no Poder Judiciário de avós que acusam o companheiro da mãe de abusar sexualmente da neta, com a finalidade de ficar com a guarda. Em outras situações em que o vizinho por motivos desavenças pessoais notifica a violência como forma de vingança. Os tabus sexuais são tão fortes que podem levar uma comunidade inteira a linchar o acusado, mesmo que ele seja inocente. Por outro lado a sociedade não pode se omitir contra essas violações. Entretanto é melhor notificar os casos de violência sexual do que deixá-los no silêncio, acreditar na criança e no adolescente, mas desenvolver um processo de investigação psíquica e social dos envolvidos e realizar todos os procedimentos de acolhimento e escuta, evitando a revitimização da vítima e preservando ao máximo a família e os supostos agressores.

A discussão que Adorno traz no texto “Tabus Sexuais e os Direitos hoje” remete também a reflexão sobre outros aspectos jurídicos, relacionando os tabus sexuais com a legislação, sobretudo as indicações de alguns elementos pensados em seu final, que resumidamente será apresentado a seguir. Esses elementos foram debatidos na dissertação de Mestrado por Neumann, 2002:

O primeiro aspecto refere-se à utilização do instrumento da pesquisa da *Personalidade Autoritária*, principalmente as questões referentes ao sexo, ponderando, é claro, a adequação de algumas questões à nossa realidade, com o intuito de investigar as predisposições ideológicas e inclinações de tipo autoritário como também a relação entre os preconceitos sexuais e as fantasias punitivas. Com certeza daria um ótimo trabalho, sobretudo se fosse feita para os

indivíduos que cometeram a violência sexual tanto nos casos mais graves, como estupro, como nos casos de assédio sexual. Concomitantemente seria importante ter um grupo de controle dos chamados indivíduos “normais” para comparação do escore entre as categorias analisadas.

O segundo aspecto destacado pelo autor refere-se a investigação “...dos fundamentos das sentenças ditadas em processos referentes a delitos contra a moralidade...” (Adorno, 1969, p. 111 – tradução nossa) relacionando-os com a estrutura de argumentação.

O terceiro refere-se a um estudo comparativo, que consiste em observar psicanaliticamente, por um tempo, os agressores sexuais e relacionar esse estudo com os fundamentos das sentenças. O objetivo é traçar um ponto médio entre uma coisa e outra. É sabido que não adianta penas longas sem acompanhamento profissional adequado, principalmente, para os compulsivos, que correm risco grande de revitimizar outras pessoas.

O quarto aspecto discutido por Adorno refere-se à análise crítica da estrutura categorial das leis penais e o quinto aspecto sugere a possibilidade de um estudo dos direitos sexuais e dos procedimentos penais. No Brasil isto se aplicaria com as modificações que houveram recentemente no Código Penal, mas precisamente com relação a mudança dos crimes contra os costumes para os crimes contra a dignidade humana.

O sexto aspecto propõe a realização de uma análise minuciosa de alguns processos que contenham delitos contra a moralidade, para assim precisar se algum elemento em particular determina a condução dos procedimentos jurídicos e de sua sentença. São comuns os casos em que os juristas, especialmente o advogado de acusação, trazem em seu discurso algo que resgate toda a possibilidade de uma sexualidade feliz e sadia. A ingenuidade da criança faz com que juízes determinem as penas, baseados tanto no Código Penal como também em alguns elementos que vão além do crime em si, que se justificam pela jurisprudência. Em muitos desses elementos estão a conduta sexual do agressor ou a relação sexual “perversa com a mulher”. O fato de o indivíduo praticar o sexo anal ou oral com a companheira pode determinar, num caso jurídico, penas mais pesadas. Porém, nos casos em que o indivíduo é mais integrado aos modelos sexuais da sociedade, o que é frequente, sua culpa pode ser amenizada.

No sétimo aspecto Adorno recorda o que dissemos com relação a opinião admitida na moral natural: “Especialmente, seria importante prestar atenção à fundamentação racionalista do meio jurídico de ações que, em realidade, se cumprem segundo leis de irracionalidade psicológica” (1969, p. 113).

No oitavo aspecto, o autor traz toda a reflexão sobre as consequências danosas para os jovens e para as crianças com relação aos encontros com os exibicionistas. Entretanto para não deixar qualquer dúvida sobre este aspecto reforçamos a posição nossa e do autor. O nu em si não

é ofensivo, somente é para os indivíduos que tiveram uma experiência ruim, portanto não podemos descartar que isto poderia acontecer por motivos do próprio indivíduo, como bem assinalou Adorno. O autor sugere a execução de uma metodologia que poderia ponderar seus resultados quanto aos efeitos nocivos das representatividades obscenas nos jovens. Com certeza este estudo serviria para desmistificar este aspecto, visto que a moralidade é irracional e perde de vista a razão da coisa em si. Portanto deve-se ter um espírito resistente contra os discursos mais inflamados, que mantêm a irracionalidade da questão. Assim Adorno adverte quanto ao cuidado que devemos ter no manejo desta questão, a qual traz a ideia de que estas atitudes causam preconceitos. Todavia devemos recordar que é mais desgastante para criança e para o adolescente, do ponto de vista emocional, o processo jurídico. Às vezes, o trâmite desse processo é mais prejudicial que a atitude em si. Em consequência disto vimos um alto grau de retratação nos processos. Sabemos que isso ocorre por inúmeros motivos, tais como: pressão ou ameaça do agressor em matar a vítima ou pessoa próxima a ela, falta de apoio da própria família, especialmente a despreocupação da figura da mãe ou até equívocos nos procedimentos na delegacia ou no judiciário que passam a culpar a vítima. Esta que encontra-se desamparada e com um sentimento de culpa grande, por achar que foi ela quem desagregou a família, retira a queixa de violência sexual, mesmo tendo ciência que poderá novamente ser revitimizada.

No último aspecto, Adorno salienta a persistência dos tabus sexuais nos costumes populares, relaciona o que comentamos sobre a indústria cinematográfica e a crueldade, que esconde a violência sexual, e conclui: “Sucedem que os tabus sexuais atuam de forma tão duradoura como o assentimento mesmo que a sociedade presta ao princípio da violência” (Adorno, 1969, p. 115 – tradução nossa). Portanto não é difícil pensar que exista uma aprovação social das diversas formas de violência, ou seja, das mais sutis até as mais bárbaras. Exemplificando, o preconceito é uma violência sutil, que não deixa de existir, está bem presente para aqueles que a sofrem, mas não necessariamente para aqueles que a cometem, aí está a irracionalidade, é violência naturalizada. Em alguns países, por exemplo, a conduta para as penas de adultério é a humilhação pública ou a morte dos envolvidos. A cultura ocidental vem se acostumando com as indenizações milionárias e a exposição pública de indivíduos que supostamente cometeram assédio sexual. O crescimento da visibilidade da violência hoje é igualmente proporcional aos que pedem a pena de morte. Na Alemanha nazista, por exemplo, a visão estereotipada, fez da “Justiça” uma instância imediatizada e sem qualquer reflexão, tornando o processo penal antes complicado em um procedimento rápido. Ao contrário, hoje, a “Justiça” tornou-se morosa, contudo trabalha no ritmo da produção em série, prevalecendo ainda assim o pensamento estereotipado. Ela passa a negligenciar todo o conhecimento acumulado,

optando por conceitos vazios, rígidos e sem mediação. Neste sentido não é difícil constatar que a injustiça é a mãe da justiça.

Referências Bibliográficas

Adorno, T.W. et al. *La Personalidade Autoritaria*. Buenos Aires: Ed Proyección, 1965.

_____ *Los Tabus Sexuales y El Derecho Hoy*. In: Intervenciones – Nueve Modelos de Critica. Caracas-Venezuela: Ed. Monte Avila, 1969.

Benjamim,W. *Franz Kafka – A propósito do décimo aniversário de sua morte* in *Magia e Técnica, Arte e Política – Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Crochik, J. Leon. *Preconceito: Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Robe ed., 1997.

Horkheimer & Adorno. *Excurso II Juliette ou Esclarecimento e Moral* in *Dialética do Esclarecimento*.Rio de janeiro: Jorge Zahar editor, 1985.

Marcuse, Herbert. *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____ *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Neumann, M. M. *Violência Sexual: Dominação e Sexualidade*. São Paulo. Pontícia Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2002.

(Anexo I)

PLANO OPERATIVO LOCAL – SÃO PAULO

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

1º Problema: Divulgação dos direitos para o grande público.

Ação: Recorrer aos meios para pautar a mídia.

Instituições Responsáveis: Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura e Ministério dos Direitos Humanos.

Parcerias: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA); Poder Público; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Imprensa - Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI); Sociedade Civil.

2º Problema: Fluxo da demanda.

Ação: Integrar a rede: fluxo de informações permanente (notificações).

Instituições Responsáveis: Conselhos de Direito; Poder Público - Poder Executivo, Poder Judiciário; Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA).

Parcerias: Toda a rede.

3º Problema: Falta de capacitação para lidar com as informações da rede.

Ação: Capacitação dos profissionais.

Instituições Responsáveis: Poder Executivo; Poder Municipal, Poder Judiciário - Conselhos Tutelares.

Parcerias: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Organizações não Governamentais; Poder Executivo; Poder Municipal, Poder Judiciário - Conselhos Tutelares.

4º Problema: Desconhecimento da rede local (do distrito).

Ação: Realizar diagnóstico sobre a especificidade dos distritos.

Instituições Responsáveis: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Organizações não Governamentais; Poder Judiciário; Educação; Conselho Tutelar.

Parcerias: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

Organizações não Governamentais; Poder Judiciário; Educação; Conselho Tutelar.

5° Problema: Falta de capacitação dos atores sociais do território.

Ação: Fortalecimento por meio da capacitação dos atores sociais locais (diversos setores integrados); capacitar lideranças locais.

Instituições Responsáveis: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Organizações não Governamentais; Poder Judiciário; Educação; Conselho Tutelar.

Parcerias: Poder Público – Poder Executivo, Poder Legislativo por meio das Secretarias responsáveis pelo orçamento.

6° Problema: Implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) distritais e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) regionais.

Ação: Concurso público e capacitação - viabilizar financeiramente.

Instituições Responsáveis: Poder Legislativo por meio das Secretarias responsáveis pelo orçamento, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

7° Problema: Carência de oferta de serviços públicos.

Ação: Mapeamento dos serviços locais e atualização das informações.

Instituições Responsáveis: Poder Público Municipal e Secretaria da Segurança Pública do Estado.

Parcerias: Poder Público Municipal e Secretaria da Segurança Pública do Estado.

8° Problema: Pouca qualificação dos profissionais dos serviços.

Ação: Formação continuada.

Instituições Responsáveis: Poder Público Executivo e Organizações Sociais.

MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

1° Problema: Falta de comunicação e ações continuadas.

Ação: Ações permanentes e continuadas; formação continuada dos profissionais do território; criação do portal da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA).

Instituições Responsáveis: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

(SMADS).

Parcerias: Poder Executivo e rede local.

2º Problema: Falta de integração das redes locais do território (Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), escolas, Unidades Básica de Saúde, Conselhos Tutelares e Organizações Sociais).

Ação: Organizar agenda formativa comum regional e municipal para troca de experiências; otimização de recursos evitando a sobreposição de ações.

Instituições Responsáveis: Poder Executivo; Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA).

Parcerias: Poder Executivo e rede local.

3º Problema: Não há consideração nos planos nacionais das particularidades municipais e regionais.

Ação: Ações permanentes e continuadas; formação continuada dos profissionais do território; criação do portal da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA).

Instituições Responsáveis: Poder Executivo e Organizações Sociais; Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA).

Parcerias: Poder Executivo e rede local.

4º Problema: Como realizar uma mobilização permanente sobre o tema?

Ação: Levantar dados concretos para que possamos divulgar nas campanhas permanentes, como: campanhas noturnas, campanhas específicas para crianças; em meios de transportes, com ênfase em momentos de grandes eventos nacionais e internacionais etc.

Dar mais formação para os profissionais das diversas áreas (Assistência, Educação, Saúde, Segurança Pública, entre outros) que realizam o atendimento na ponta.

Preparar a sociedade para identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente e para lidar com o tema.

Instituições Responsáveis: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA); Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI); secretarias e órgãos representantes da mídia.

Parcerias: Todas as instâncias das políticas públicas (Federal, Estadual e Municipal); ações entre secretarias e entre os três poderes e a Sociedade Civil.

5º Problema: Dificuldade de articulação entre as instâncias das políticas públicas (Federal, Estadual e Municipal); articulação de ações entre secretarias e entre os três poderes.

Ação: Garantir o aperfeiçoamento, registro, a coleta de dados e informações sobre o tema e a implementação do SIPIA.

Constituir uma agenda de audiências públicas temáticas, garantindo a participação de representantes das políticas públicas e da sociedade civil. Criar uma agenda política para o tema. Garantir com as frentes parlamentares a disponibilidade de recursos específicos para o enfrentamento à violência, ao abuso e a exploração sexual em todas as pastas dos governos Federal, Estadual e Municipal.

Instituições Responsáveis: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Ministério Público.

Parcerias: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA); Prodam - Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo e Subprefeituras.

6º Problema: Dificuldade de tratar o tema sobre sexualidade em nossa sociedade.

Ação: Dar mais formação para os profissionais que realizam o atendimento na ponta.

Preparar a sociedade para identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente e para lidar com o tema.

Garantir a inserção do tema sexualidade no currículo escolar da Educação Infantil; Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Universitário de diversas áreas (comunicação, serviço social, pedagogia entre outros).

Instituições Responsáveis: Ministério da Educação; Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde; Conselhos Profissionais.

Parcerias: Todas as instâncias das políticas públicas (Federal, Estadual e Municipal; ações entre secretarias e entre os três poderes e a sociedade civil).

DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO

1º Problema: Falta de formação específica dos membros do Conselho Tutelar; falta de estrutura dos Conselhos Tutelares (para assegurar a defesa e atendimento).

Ação: Formação continuada; melhora da infraestrutura (fortalecer o Conselho Tutelar).

Instituições Responsáveis: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Poder Público.

Parcerias: Rede conveniada, Organizações Sociais; Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público.

2º Problema: Demora na averiguação das denúncias (revitimizando a criança e a família) nas instituições: conselhos tutelar, delegacias, Secretaria Segurança Pública, saúde.

Ação: Estruturação do Fluxo: formação para compreensão e definições de papéis para cada setor.

Instituições: Conselhos de Direito, Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário.

Parcerias: Rede conveniada, Organizações Sociais; Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público.

3º Problema: Falta de formação continuada para os profissionais envolvidos no sistema de garantia de direitos.

Ação: Formação dos profissionais dos diversos setores; cada setor deve dispor de recurso e organizar a formação específica para o setor.

Instituições Responsáveis: Conselhos de Direito, Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário.

Parcerias: Rede conveniada, Organizações Sociais; Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público.

4º Problema: Falta de padronização do fluxo para a garantia de direitos do munícipe.

Ação: Elaboração de um fluxo conjunto Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP).

Instituições Responsáveis: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA) e representantes do Poder Público (secretarias).

Parcerias: Organizações não Governamentais, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente (CMDCA), Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) entre outros.

5º Problema: Falta de qualificação da estrutura física e recursos humanos de atenção às vítimas de violência (delegacias e conselhos tutelares).

Ação: Criação de infraestrutura adequada. Criação de equipe multiprofissional nas delegacias.

Instituições Responsáveis: Secretaria de Segurança Pública; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Polícia Civil.

Parcerias: Polícia Militar e Polícia Civil; Guarda Civil Metropolitana; Associação dos Conselhos Tutelares; Escola de Conselhos.

6º Problema: Escassez (falta de equipamentos) que garantam a defesa e responsabilização.

Ação: Operacionalização das políticas públicas previstas em lei. Ampliação dos serviços nos territórios.

Instituições Responsáveis: Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Finanças; Defensoria Pública; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Parcerias: Organizações não Governamentais, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) entre outros.

7º Problema: Morosidade da implementação do SIPIA.

Ação: Responsabilização dos Conselheiros Tutelares pela efetivação do SIPIA.

Instituições Responsáveis: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Ministério Público; Conselhos Tutelares.

Parcerias: Associação dos Conselheiros Tutelares.

ATENDIMENTO

1º Problema: Desarticulação e fragmentação da rede de atendimento.

Ação: Definição de fluxo de atendimento, protocolo intersetorial.

Reuniões periódicas com diversos atores para discussão do fluxo e protocolo em nível local.

Reuniões periódicas para discussão dos casos com os atores envolvidos.

Instituições Responsáveis: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA); Poder Executivo Municipal; Secretaria de Saúde; Assistência Social; Educação; Tribunal de Justiça; Conselhos Tutelares; Habitação; Transportes; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Comissão Municipal de Direitos Humanos.

Parcerias: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA); Terceiro setor, Organizações não Governamentais; Universidades; Secretaria de Turismo.

2º Problema: Demanda excessiva.

Ação: Ampliação dos serviços e ampliação do número de profissionais de atendimento.

Mapeamento, atualização e divulgação dos serviços (Rede Cuidar e de toda a rede de atendimento).

Instituições Responsáveis: Secretarias de Saúde (Municipal e Estadual); Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Secretaria de Comunicação (mapeamento, atualização e divulgação).

Parcerias: Organizações não Governamentais; Universidades.

3º Problema: Procedimentos de atendimento devido à violação de direitos

Ação: Formação de profissionais que atendem as vítimas (atendimento especializado).

Ampliar e garantir o acompanhamento da família e o tratamento do agressor.

Instituições Responsáveis: Secretaria da Saúde; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Centros especializados.

Parcerias: Universidades; Escola de conselhos; Tribunal de Justiça; Conselhos Regionais de Classe.

4º Problema: Falta de profissionais e capacitação contínua, adequada e específica dos profissionais (educação, saúde, assistência social).

Ação: Cursos; seminários; formação contínua; acompanhamento e supervisão; formação de supervisores para cada setor.

Instituições Responsáveis: Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretária da Educação, Secretaria de Gestão; Poder Executivo Municipal.

Parcerias: Organizações não Governamentais; Universidades; Secretarias da Educação e Secretarias da Saúde.

5º Problema: Falta de garantia de destinação de recursos orçamentários.

Ação: Garantia de previsão e recursos orçamentários.

Instituições Responsáveis: Poder executivo, Poder legislativo (Federal, Estadual e Municipal); Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e respectivos fundos.

Parcerias: Sociedade Civil e Iniciativa Privada.

6º Problema: Falta de acolhimento qualificado nas “portas de entrada” (primeira escuta).

Ação: Formação e supervisão para a compreensão integral da situação da criança.

Instituições Responsáveis: Secretarias de Assistência Social, Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria de Segurança Pública; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Parcerias: Universidades; Sociedade Civil; Terceiro Setor.

7º Problema: Falta de acompanhamento no território de origem.

Ação: Garantir que o acompanhamento seja feito no território.

Instituições Responsáveis: Conselho Tutelar; Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Unidade Básica de Saúde (UBS), Assistência Médica Ambulatorial (AMA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Ministério Público, Poder judiciário; Equipamentos da Educação; Redes de Serviços.

Parcerias: Sociedade Civil e Iniciativa Privada; Secretaria de Transportes.

8º Problema: Condições desfavoráveis de trabalho dos profissionais que estão na “linha de

frente” no atendimento a situações de violência e abuso sexual.

Ação: Garantir condições adequadas de trabalho com revisão de carga horária, garantia de um piso salarial.

Garantir a proporcionalidade de número de acompanhamentos por profissional.

Instituições Responsáveis: Secretaria de Gestão, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Finanças, Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Parcerias: Conselhos de Classe; Sindicatos; Sociedade Civil; Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD); Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (NACIONAL, ESTADUAL MUNICIPAL) e Fórum de Assistência Social (FAS).

PREVENÇÃO

1º Problema: Ausência do empoderamento da sociedade civil organizada (informações, espaços de discussão, comitês).

Ação: Criar e implementar fóruns regionais de discussão e articulação de forma a garantir: informação, mobilização e ações integradas.

Criação de comitês regionais de discussão e enfrentamento (assento dos representantes da Saúde, Educação, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares, Sociedade Civil).

Instituições Responsáveis: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA); Sociedade Civil; Fóruns Regionais.

Parcerias: Subprefeituras; Centro de Assistência Social (CAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Coordenadorias Regionais; Terceiro Setor.

2º Problema: Ausência de capacitação da rede.

Ação: Fortalecer estratégias de ação local (criação de comitês regionais) para o reconhecimento das competências por meio de seminários e/ou oficinas de conteúdos gerais e específicos.

Formar e capacitar os responsáveis pelo atendimento jurídico e psicossocial (Conselhos de Classe).

Instituições Responsáveis: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), Secretarias Executivas de Comunicação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria de Assistência Social;

Tribunal de Justiça; Conselhos de Classe; Conselhos Tutelares; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Parcerias: Universidades; Terceiro Setor.

3° Problema: Baixa formação dos profissionais que lidam com as crianças.

Ação: Cursos e seminários, capacitação continuada dos multiplicadores e dos que cuidam da prevenção; solicitar às instituições conveniadas municipais a criação de políticas internas de intervenção.

Instituições Responsáveis: Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), Secretaria Executivas de Comunicação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria de Assistência Social; Tribunal de Justiça; Conselhos de Classe; Conselhos Tutelares; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Parcerias: Universidades; Terceiro Setor.

4° Problema: Poucas ações da rede de prevenção.

Convivência de crianças e adolescentes com seus familiares.

Ação: Implementar e ampliar as ações da rede de prevenção.

Garantia da prioridade da inclusão de famílias em situação de violência sexual nos programas de transferência e geração de renda.

Instituições Responsáveis: Poder Executivo Municipal; Secretarias de Estado da Assistência Social.

Parcerias: Ministério Público; Poder Legislativo; Conselhos de Classe; Conselhos Tutelares; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Conselhos de Direitos.

5° Problema: Necessidade de conscientização da opinião pública (educação, mídia).

Evitar a exposição da criança.

Ação: Cartilhas específicas para famílias e redes de serviços.

Material lúdico-educativo para crianças.

Material com linguagem específica para crianças e adolescentes

Instituições Responsáveis: Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria da Comunicação.

Parcerias: Terceiro Setor; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Iniciativa Privada.

6° Problema: Dificuldade de abordar o assunto com crianças, adolescentes e famílias. Como romper com o pacto do silêncio.

Ação: Oficinas temáticas (cultura de paz, comunicação não violenta, sexualidade, mediação de conflitos e encontros socioeducativos).

Instituições Responsáveis: Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Comunicação; todos os serviços articulados; Poder executivo; Organizações não Governamentais.

7° Problema: Falta de preparo e responsabilidade social por parte da imprensa, universidades, escolas, Poder Executivo e Poder Legislativo.

Ação: Introduzir no currículo na formação de profissionais - mídia e comunicação.

Criação de agenda do problema para a mídia, instituições públicas e privadas.

Instituições Responsáveis: Ministério de Educação, Secretaria da Educação. Secretaria Municipal de Comunicação, Secretaria da Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer.

8° Problema: Carência de oferta de serviços públicos – Creches, Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Assistência Médica Ambulatorial (AMA).

Ação: Ampliação de vagas e ampliação da rede de serviços.

Instituições Responsáveis: Poder Público; Secretaria da Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer.

Parcerias: Organizações Sociais.

PROTAGONISMO

1° Problema: Ausência de oferta de espaços formais (fóruns e conselhos) para garantia de direitos e o exercício do protagonismo.

Ação: Garantir a abertura dos espaços formais para o exercício do protagonismo por meio de reuniões e encontros entre profissionais.

Garantir a inserção de adolescentes (representantes por região) nos fóruns, conselhos municipais

e na implementação do Plano Operativo Local.

Fomento de pesquisas.

Instituições Responsáveis: Delegados retirados na plenária do Plano Operativo Local.

Rede de serviços; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Conselhos Tutelares; Secretaria da Educação; Coordenadoria da Juventude.

Parcerias: Universidades e Sociedade Civil.

2º Problema: Precariedade dos trabalhos que garantam o protagonismo juvenil antes da violação de direitos.

Ação: Propiciar espaços e serviços da proteção básica. Mapear e disseminar ações bem sucedidas.

Fomentar ações para o protagonismo.

Instituições Responsáveis: Poder Executivo Municipal; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Parcerias: Imprensa, Iniciativa Privada; Terceiro Setor; Universidades.

*Proceder a explicitação da resolução 113/117 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) no conjunto das propostas do Plano Operativo Local, a serem implementadas no período de um ano.



ISBN 978-85-7613-355-1



9 788576 133551

Realização



Programa
ESCOLA DE
CONSELHOS
PREAE-UFMS

Apoio



Programa de Ações Integradas e
Referenciais de enfrentamento à
violência sexual infanto-juvenil no
território brasileiro

Secretaria de
Direitos Humanos

